



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação, por meio de Sistema de Registro de Preços, de empresa especializada na prestação de serviços de locação, fornecimento de licença de uso, implantação, migração de dados, treinamento e suporte técnico, com manutenção corretiva e preventiva, de softwares de solução integrada de gestão administrativa, financeira e social, em ambiente 100% WEB, em atendimento à Prefeitura Municipal de Santa Luzia/MG, à Câmara Municipal de Santa Luzia e ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Santa Luzia, de natureza comum, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA			
Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Sistema de Planejamento de Governo	Mensal	12
2	Sistema de Contabilidade Pública	Mensal	12
3	Sistema de Tesouraria	Mensal	12
4	Sistema de Folha de Pagamento e Recursos Humanos	Mensal	12
5	Sistema de Atendimento ao E-Social	Mensal	12
6	Sistema de Contratação Pública	Mensal	12
7	Sistema de Gestão de Notas do Fornecedor	Mensal	12
8	Sistema de Gestão de Almoxarifado e Estoques	Mensal	12
9	Sistema de Gestão de Patrimônio	Mensal	12
10	Sistema de Gestão de Frotas	Mensal	12
11	Sistema de Gestão Tributária	Mensal	12
12	Sistema de Alvará Eletrônico	Mensal	12
13	Sistema de Nota Fiscal Eletrônica	Mensal	12
14	Sistema de Gestão Fiscal	Mensal	12
15	Sistema de Processos e Protocolo	Mensal	12
16	Sistema de Assistência Social	Mensal	12
17	Sistema de Gestão de Obras Públicas	Mensal	12
18	Portal da Transparência	Mensal	12

19	Portal do Cidadão	Mensal	12
20	Portal do Servidor	Mensal	12
21	Portal do Gestor (B.I.)	Mensal	12
22	Técnico Residente	Serviço	1
23	Migração, Implantação e Treinamento	Serviço	1

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA			
Item	Descrição	Unidade	Quantidade
24	Sistema de Contabilidade Pública	Mensal	12
25	Sistema de Tesouraria	Mensal	12
26	Sistema de Folha de Pagamento e Recursos Humanos	Mensal	12
27	Sistema de Atendimento ao E-Social	Mensal	12
28	Sistema de Contratação Pública	Mensal	12
29	Sistema de Gestão de Almoxarifado e Estoques	Mensal	12
30	Sistema de Gestão de Patrimônio	Mensal	12
31	Sistema de Gestão de Frotas	Mensal	12
32	Portal da Transparência	Mensal	12
33	Migração, Implantação e Treinamento	Serviço	1

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - IMPAS			
Item	Descrição	Unidade	Quantidade
34	Sistema de Contabilidade Pública	Mensal	12
35	Sistema de Tesouraria	Mensal	12
36	Sistema de Folha de Pagamento e Recursos Humanos	Mensal	12
37	Sistema de Atendimento ao E-Social	Mensal	12
38	Sistema de Contratação Pública	Mensal	12
39	Sistema de Gestão de Almoxarifado e Estoques	Mensal	12
40	Sistema de Gestão de Patrimônio	Mensal	12
41	Sistema de Gestão de Frotas	Mensal	12
42	Portal da Transparência	Mensal	12
43	Migração, Implantação e Treinamento	Serviço	1

1.1.1. Os quantitativos indicados na tabela acima representam estimativa de consumo, para fins de planejamento e formação de preços, não caracterizando obrigação de contratação integral, ficando a efetiva contratação condicionada à demanda, à conveniência administrativa e à celebração de contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços.

1.1.2. A Ata de Registro de Preços terá vigência de até 12 (doze) meses, na forma da legislação vigente. Os contratos dela decorrentes poderão ter vigência de até 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, observados os limites legais, a conveniência administrativa e a efetiva demanda de cada órgão ou entidade aderente.

1.1.3. A contratação será realizada em lote único, compreendendo os sistemas e serviços elencados neste instrumento, sem prejuízo da implantação gradual e faseada dos módulos, conforme cronograma, prioridades administrativas e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato, considerando a expectativa de consumo/necessidade anual.

1.1.4. A divisão da contratação implicaria na perda de garantia de integridade referencial de dados caso duas ferramentas de desenvolvedores distintos necessitem se intercomunicar. Além disso, a contratação em um único lote garante economia de escala e maior eficiência na gestão contratual.

2. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

2.1. REQUISITOS GERAIS NÃO FUNCIONAIS:

2.1.1. Os sistemas deverão ser utilizados em ambiente 100% WEB, operando nos seguintes Sistemas Operacionais: Windows, Linux, Mac Os;

2.1.2. Os sistemas deverão ser acessíveis pela internet, permitindo seu uso adequado e de forma nativa, sem necessidade de softwares/plugins de terceiros. Excetuam-se a utilização de plugins para funções específicas como integração com periféricos;

2.1.3. Os sistemas deverão utilizar protocolo HTTPS para navegação das aplicações na internet, garantindo a segurança das informações tramitadas através de criptografia. E deverá ser compatível com, pelo menos, os principais navegadores disponíveis no mercado, tais como Firefox, Chrome, Safari, além de rodar nos ambientes Windows, Linux, MAC OS;

2.1.4. Os sistemas deverão ser construídos com o conceito de SGBD (Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados) que permite garantir a integridade das informações dos bancos de dados em casos de queda de energia, falhas de sistema ou hardware, sendo que as transações uma vez efetivadas não sejam perdidas. O SGDB somente poderá ser acessado por meio do SISTEMA (para fins de operação) ou por meio do console de administrador, sendo exigido para isso que o usuário informe o seu login e senha;

2.1.5. Os sistemas deverão oferecer total segurança contra a violação dos dados ou acessos indevidos às informações. Essa segurança deve ser aplicada em camadas que vão desde validações no lado cliente com o controle de acesso às funcionalidades, passado pelo canal de comunicação com o uso de protocolos seguros, e aplicando restrições de acesso aos endereços e portas dos serviços para o gerenciamento técnico e eventuais manutenções;

2.1.6. A infraestrutura de nuvem a ser hospedada a aplicação e banco de dados, deverá possuir certificações internacionais de segurança da informação, tais como ISO/IEC 27001, ISO/IEC 27017, ISO/IEC 27018, SOC 3, ou outras equivalentes reconhecidas por entidades certificadoras independentes ou órgãos reguladores competentes, compatíveis com o setor público brasileiro. Essa exigência visa assegurar boas práticas de segurança, privacidade, gestão de riscos e continuidade de serviços;

2.1.7. Os sistemas deverão possuir integridade referencial em nível de tabelas, não permitindo a exclusão de informações que tenham vínculo com outros registros ativos via sistema e via banco de dados;

2.1.8. Os sistemas deverão ser multitarefa, ou seja, permitir que em uma mesma sessão da aplicação utilize-se de rotinas e executem-se ações simultaneamente, incluindo rotinas e ações de módulos distintos;

2.1.9. Os sistemas deverão ter sua interface totalmente responsiva, compatível com a visualização e operação em qualquer dispositivo (desktop, tablets e smartphones) sem a necessidade de aplicativos nativos;

2.1.10. Os sistemas deverão permitir controlar as permissões de acessos por usuário e perfil de usuários, com definição das permissões de consulta, alteração, inclusão, exclusão e outras ações da aplicação, quando disponíveis;

2.1.11. Os sistemas, objetivando atender a regras impostas pela LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), deve permitir acesso apenas por usuários devidamente cadastrados. Para isto, o mesmo deverá utilizar o seu login de usuário que poderá ser nome, e-mail ou CPF;

2.1.12. Os sistemas não deverão ter limite de usuários, bem como poderá ser usado por inúmeros usuários simultaneamente;

2.1.13. Os sistemas deverão obrigatoriamente ter nível de segurança que permita realizar consultas ao log de todas as operações realizadas no mesmo, disponibilizando no mínimo:

- Usuário que executou a transação;
- Data e Hora que a transação foi executada;
- IP da estação de trabalho onde a transação foi executada;

2.1.14. Os sistemas deverão permitir que um usuário possa conceder acesso a um outro usuário, desde que o mesmo tenha permissão para isso;

2.1.15. Os sistemas não deverão aceitar que os usuários manipulem informações que não tenham permissão de acesso;

- 2.1.16. Os sistemas devem permitir ao usuário do sistema a troca de senha quando necessário;
- 2.1.17. Os sistemas devem permitir ao usuário recuperar sua senha através do e-mail;
- 2.1.18. Os sistemas deverão permitir a inativação de cadastros de usuários impedindo-os de acessar e utilizar o sistema;
- 2.1.19. Os sistemas deverão possibilitar a geração de notificações aos usuários logados, bem como dispor de serviço que permita rotinas para envio de e-mails aos usuários, quando necessário;
- 2.1.20. Os sistemas deverão fornecer a funcionalidade de pesquisa e localização de registros nas telas de cadastros;
- 2.1.21. Os sistemas deverão permitir a visualização da quantidade total de registros retornados pelos filtros aplicados deve ser exibida nas pesquisas;
- 2.1.22. Os sistemas deverão trabalhar com menu dinâmico, onde só aparece as funcionalidades que o usuário tem acesso;
- 2.1.23. Os sistemas deverão apresentar os dados filtrados nas telas de cadastros em uma grade. Deverá possuir a opção de ordenação de forma ascendente e descendente pelas colunas de dados dos registros;
- 2.1.24. Os sistemas deverão permitir que os relatórios solicitados sejam executados em segundo plano, possibilitando ao usuário a execução de outras rotinas do sistema enquanto o relatório é gerado;
- 2.1.25. Os sistemas deverão possuir opção de auto cadastramento para criação de credenciais de acesso ao sistema, com validação por e-mail;
- 2.1.26. Os sistemas deverão permitir informar em qual endereço ip ou quais, o usuário poderá acessar o sistema;
- 2.1.27. Os sistemas deverão permitir a criação de usuários, possibilitando especificar os menus que determinado usuário poderá acessar;
- 2.1.28. Os sistemas deverão permitir a criação de grupos de usuários, possibilitando especificar os menus que determinado grupo poderá acessar;
- 2.1.29. Os sistemas deverão permitir a inserção de senhas em relatórios no formato PDF;
- 2.1.30. Os sistemas deverão permitir a criação de filtros de consulta por tabela, possibilitando a pesquisa conforme o tipo de dado (numérico, texto ou data), posição da informação no campo

(início, meio ou fim), bem como um conjunto de campos, podendo especificar a ordem do resultado, e ainda sendo possível salvar o filtro para sua futura utilização;

2.1.31. Os sistemas deverão possuir mecanismo de ajuda nas telas/campos que forem relevantes;

2.1.32. Os sistemas deverão permitir a impressão de guias de pagamento que incluam QR Code para transações via PIX. Essa funcionalidade deve facilitar o processo de pagamento, permitindo que os contribuintes realizem suas quitações de forma rápida e segura por meio de dispositivos móveis. As guias geradas devem seguir os padrões de segurança e usabilidade, garantindo a integridade das informações;

2.1.33. Os sistemas deverão fazer a emissão de Guias com Autenticidade em QR Code. O sistema deve permitir a emissão de guias contendo um QR Code para autenticação, tanto de forma programada (através de rotinas automatizadas) quanto de forma eventual (sob demanda). O QR Code gerado deve possibilitar a verificação de autenticidade do documento por meio de uma consulta digital, assegurando que as informações contidas na guia possam ser confirmadas e validadas eletronicamente. Essa funcionalidade deve seguir as normas vigentes de segurança e garantir a integridade dos dados;

2.1.34. Os sistemas deverão permitir que relatórios, bem como quaisquer documentos impressos pelo sistema, deverão possuir QRCode de forma a permitir verificação de sua autenticidade através da leitura dos mesmos;

2.1.35. Os sistemas deverão possuir um cadastro único de pessoas (física ou jurídica) possibilitando a utilização em qualquer local do sistema que se faz necessário, de forma a evitar redigitações e duplicações de informações;

2.1.36. Os sistemas deverão permitir a customização do dicionário de tela, possibilitando a definição de descrições dos campos, condições de obrigatoriedade de preenchimento e seleção das colunas a serem exibidas nos GRIDs. Além disso, os usuários poderão especificar os tipos de arquivos permitidos para anexação e os limites de tamanho desses arquivos. Essa flexibilidade garantirá que o sistema atenda às necessidades específicas de cada usuário e facilite a usabilidade e organização das informações;

2.1.37. Os sistemas deverão permitir o usuário monte relatórios personalizados, definindo nome, formato, extensão, colunas a serem incluídas e opções de agrupamento. Os usuários poderão salvar essas configurações em seus perfis, facilitando o acesso e a reutilização de relatórios específicos conforme suas necessidades. Além disso, os relatórios poderão ser gerados em segundo plano, permitindo que o usuário continue suas atividades enquanto o relatório é processado, e enviados diretamente para o e-mail do usuário, garantindo praticidade e agilidade na obtenção de informações;

2.1.38. Possuir ferramenta que permita ao usuário Gestor realizar e baixar backups dos bancos de dados a qualquer momento, em formato nativo (sql), inclusive de forma agendada e automatizada, como meio de garantir a segurança dos dados gerados e mantidos no sistema.

3. REQUISITOS FUNCIONAIS POR MÓDULO

3.1. SISTEMA DE PLANEJAMENTO DE GOVERNO

3.1.1. Plano Plurianual (PPA)

- 3.1.1.1. Permitir o armazenamento dos vários produtos resultantes do Plano Plurianual;
- 3.1.1.2. Permitir agregar programas de governo de acordo com seus objetivos comuns; Armazenar descrição detalhada dos objetivos para cada ação governamental (projetos/atividades e operações especiais), vinculando o produto resultante de sua execução;
- 3.1.1.3. Permitir o desdobramento das ações, criando um nível mais analítico para o planejamento;
- 3.1.1.4. Permitir o estabelecimento de indicadores que permitam a avaliação dos programas;
- 3.1.1.5. Possibilitar o estabelecimento de metas quantitativas e financeiras para os programas de governo e suas respectivas ações;
- 3.1.1.6. Permitir a vinculação de uma mesma ação de governo para vários programas governamentais;
- 3.1.1.7. Permitir que todos os anexos possam ser emitidos de forma consolidada, por entidade ou por junção de entidades específicas;
- 3.1.1.8. Emitir relatório que agrupe os programas governamentais de acordo com seus objetivos comuns;
- 3.1.1.9. Emitir relatórios que identifiquem e classifiquem os programas de governo;
- 3.1.1.10. Emitir relatórios que identifique e classifique as ações governamentais;
- 3.1.1.11. Emitir relatório que demonstre as metas físicas e financeiras dos programas e ações;
- 3.1.1.12. Permitir armazenar todas as alterações do PPA com base no cadastro de projetos de leis, onde o usuário poderá emitir todos os anexos de cada alteração efetuada, mantendo assim um histórico das alterações;
- 3.1.1.13. Estar totalmente em conformidade com a padronização de códigos orçamentários de receitas, despesas, fontes e destinação de recursos estabelecidos pelo Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM (TCE/MG);
- 3.1.1.14. Gerar todos os arquivos necessários no formato exigido pelo Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM (TCE/MG) de forma a atender o Módulo de Instrumento de Planejamento. Os arquivos deverão ser gerados e compactados em um único arquivo, conforme especificação técnica do TCE/MG;

3.1.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

- 3.1.2.1. Permitir a emissão dos seguintes demonstrativos de metas anuais, inclusive com a memória e metodologia de cálculo das metas anuais de receitas e despesas, resultado primário, resultado nominal e montante da dívida pública;
- 3.1.2.2. Permitir a missão do demonstrativo de avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- 3.1.2.3. Permitir a emissão do demonstrativo de Metas Fiscais Atuais comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos três exercícios anteriores;
- 3.1.2.4. Permitir a emissão do demonstrativo de avaliação do patrimônio líquido;
- 3.1.2.5. Permitir a emissão do demonstrativo de origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- 3.1.2.6. Permitir a emissão de demonstrativo de avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS;
- 3.1.2.7. Permitir a emissão do demonstrativo de estimativa e compensação da renúncia de receita;
- 3.1.2.8. Permitir a emissão do demonstrativo de margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- 3.1.2.9. Permitir armazenar todas as alterações do PPA com base no cadastro de projetos de leis, onde o usuário poderá emitir todos os anexos de cada alteração efetuada, mantendo assim um histórico das alterações.

3.1.3. Lei Orçamentária Anual (LOA)

- 3.1.3.1. Permitir cadastramento e identificação em qualquer nível de classificação das fontes de financiamento (receitas) da administração direta e indireta;
- 3.1.3.2. Gerar a proposta orçamentária para o ano seguinte utilizando o orçamento do ano em execução e permitir a atualização do conteúdo e da estrutura da proposta gerada;
- 3.1.3.3. Disponibilizar, ao início do exercício, o orçamento aprovado para a execução orçamentária. Em caso de ao início do exercício não se ter o orçamento aprovado, disponibilizar dotações conforme dispuser a legislação municipal;
- 3.1.3.4. Armazenar dados do orçamento e disponibilizar consulta global ou detalhada por órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional;
- 3.1.3.5. Permitir que todos os anexos possam ser emitidos de forma consolidada, por entidade ou por junção de entidades específicas;
- 3.1.3.6. Permitir a gerência e a atualização da tabela de Classificação Econômica da Receita e Despesa, da tabela de componentes da Classificação Funcional Programática e da tabela de Fontes de Recursos especificadas nos anexos da Lei 4320/64 e suas atualizações, em especial a Portaria MOG nº 42, de 14 de abril de 1999;
- 3.1.3.7. Permitir incluir informações oriundas das propostas orçamentárias dos órgãos da

administração indireta para consolidação da proposta orçamentária do Município, observando o disposto no artigo 50, inciso III da Lei Complementar 101/2000 (LRF);

3.1.3.8. Permitir configurar os percentuais de limite constitucional, ou seja, saúde, educação e recurso próprio de forma que o sistema possa automaticamente fazer a distribuição dos valores arrecadados em suas devidas fontes de recursos;

3.1.3.9. Emitir relatório da proposta orçamentária municipal consolidada (administração direta e indireta) conforme exigido pela Lei 4320/64, Constituição Federal e pela Lei Complementar 101/2000 (LRF);

3.1.3.10. Emitir todos os anexos de orçamento, global e por órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, exigidos pela Lei 4320/64 e pela Lei Complementar 101/2000 (LRF);

3.1.3.11. Anexo 1 – Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;

3.1.3.12. Anexo 2 – Receita Segundo as Categorias Econômicas e Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas;

3.1.3.13. Anexo 3 – Programa de Trabalho;

3.1.3.14. Anexo 4 – Demonstrativo de Funções, Programas e Subprogramas por Projetos e Atividades (adequado ao disposto na Portaria MOG nº 42/99, de 14 de abril de 1999);

3.1.3.15. Anexo 5 – Demonstrativo da Despesa por Função, Programas e Subprogramas, conforme o vínculo com os Recursos (adequado ao disposto na Portaria MOG nº 42, de 14 de abril de 1999);

3.1.3.16. Anexo 6 – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (adequado ao disposto na portaria 42/99 do Ministério do Orçamento e Gestão).

3.1.3.17. Possibilitar a emissão automática do Anexo de Previsão de Gastos com a Educação – Demonstrativo das Receitas;

3.1.3.18. Permitir a emissão automática do Anexo de Previsão de Gastos com a Educação – Demonstrativo das Despesas;

3.1.3.19. Permitir a emissão automática do Demonstrativo de Previsão de Gastos com Pessoal;

3.1.3.20. Permitir a emissão automática do Anexo de Previsão de Gastos com a Saúde - Demonstrativo das Receitas;

3.1.3.21. Permitir a emissão automática do Anexo de Previsão de Gastos com a Saúde - Demonstrativo das Despesas;

3.1.3.22. Integrar-se totalmente as rotinas da execução orçamentária possibilitando o acompanhamento da evolução da execução do orçamento;

3.1.3.23. Permitir que o Orçamento possa ser enviado a entidades fora da rede do Município de forma que a mesma possa fazer a sua execução de maneira independente;

3.1.3.24. Permitir a inclusão de novas receitas não previstas no Orçamento de forma que as mesmas possam ser processadas pela Tesouraria.

3.2. SISTEMA DE CONTABILIDADE PÚBLICA

3.2.1. Módulo de Controle e Execução Orçamentária e Financeira

3.2.1.1. Estar totalmente em conformidade o Decreto 1540 – SIAFIC.

3.2.1.2. Usar o Empenho para comprometimento dos créditos orçamentários, a Nota de Lançamento, ou documento equivalente definido pelo Município para a liquidação de receitas e despesas e a Ordem de Pagamento para a efetivação de pagamentos;

3.2.1.3. Permitir o cadastramento dos responsáveis pela execução orçamentária e financeira, de forma que os empenhos, liquidações, ordens de pagamentos extras, etc., possam automaticamente serem apropriados aos mesmos;

3.2.1.4. Permitir vincular ao cadastro de responsáveis os cargos que o mesmo possui, controlando também o período de vigência dos cargos, de forma a não permitir a sua utilização em documentos cuja data de movimento não esteja contida no período de vigência;

3.2.1.5. Permitir que ao final do exercício, os empenhos que apresentarem saldo possam ser inscritos em restos a pagar, de acordo com a legislação, e posteriormente liquidados ou cancelados;

3.2.1.6. Permitir o bloqueio e desbloqueio de dotações, inclusive objetivando atender ao artigo 9 da Lei Complementar 101/2000 (LRF);

3.2.1.7. Permitir fazer o contingenciamento das despesas, onde o mesmo poderá ser feito através de diversas seleções, tais como órgãos, unidades, subunidades, funções, subfunções, programas, projetos ou atividades, códigos de despesas, fontes de recursos, etc.;

3.2.1.8. A rotina deverá permitir que o usuário informe a data, histórico e decreto para o processamento dos contingenciamentos.

3.2.1.9. O usuário deverá informar o percentual a ser contingenciado e ter uma prévia das dotações a serem bloqueadas e os saldos remanescentes nas mesmas antes de fazer os lançamentos, em definitivo;

3.2.1.10. O usuário poderá interferir nas dotações apresentadas através da seleção, retirando uma dotação ou alterando o valor determinado pelo sistema através do percentual informado.

3.2.1.11. Permitir a anulação de contingenciamento das despesas, onde a mesma poderá ser feita através de diversas seleções, tais como órgãos, unidades, subunidades, funções, subfunções, programas, projetos ou atividades, códigos de despesas, fontes de recursos, etc.;

3.2.1.12. A rotina deverá permitir que o usuário informe a data, histórico e decreto para o processamento das anulações.

3.2.1.13. O usuário deverá informar o percentual a ser anulado e ter uma prévia das dotações e seus saldos remanescentes antes de fazer os lançamentos nas mesmas, em definitivo;

3.2.1.14. Permitir a emissão da relação das dotações contingenciadas com os seus saldos

disponíveis;

3.2.1.15. Permitir o cadastramento de Leis e Decretos de forma a controlar o percentual autorizado para suplementações e emissão de decretos;

3.2.1.16. Permitir a abertura de créditos adicionais, exigindo informação da legislação de autorização e resguardando o histórico das alterações de valores ocorridas;

3.2.1.17. Permitir o cadastramento de Ordens de Pagamentos (OP's) Extra- Orçamentárias, fornecendo assim informações para os demonstrativos de contas a pagar;

3.2.1.18. Permitir iniciar mês ou ano, mesmo que ainda não tenha ocorrido o fechamento do mês ou exercício anterior, mantendo a consistência dos saldos;

3.2.1.19. Permitir lançamentos automáticos provenientes dos sistemas de arrecadação, gestão de pessoal, compra de materiais, patrimônio, almoxarifado;

3.2.1.20. Permitir o cadastro dos Adiantamentos de forma a controlar os valores empenhados, liquidados e pagos, mediante a informação do mesmo no momento do cadastro do empenho;

3.2.1.21. Permitir o lançamento da prestação de contas dos Adiantamentos;

3.2.1.22. Possuir relatórios e consultas de forma a demonstrar a situação atual dos adiantamentos;

3.2.1.23. Permitir a inclusão de informações relativas ao processo licitatório e fonte de recursos, quando cabível, no cadastro de empenho;

3.2.1.24. Possuir bloqueio mensal deste módulo, independente dos demais, não permitindo assim que nenhum lançamento possa ser feito em meses já fechados. O bloqueio deverá ter a opção de ser feito de forma consolidada ou por entidade, mediante a validação de senha;

3.2.1.25. O sistema também poderá permitir o desbloqueio do mesmo, mediante a validação de senha;

3.2.1.26. Permitir a utilização de históricos padronizados e históricos com texto livre;

3.2.1.27. Possuir tabela de eventos patrimoniais a ser utilizada no momento da liquidação do empenho, de forma a gerar automaticamente os lançamentos contábeis, quando o empenho for de natureza patrimonial;

3.2.1.28. Permitir a apropriação de custos na emissão do empenho;

3.2.1.29. Permitir a reapropriação de custos a qualquer momento;

3.2.1.30. Permitir o cadastramento dos documentos fiscais, tais como, notas fiscais, notas fiscais eletrônicas, bilhetes de passagens, recibos, diárias, etc.;

3.2.1.31. Permitir colocar as informações referente ao EFD/REINF durante o cadastramento do documento fiscal;

3.2.1.32. Permitir a classificação das retenções orçamentárias e/ou extraorçamentárias durante o cadastramento do documento fiscal;

3.2.1.33. Permitir a utilização de Subempenho para empenhos globais ou estimativos;

3.2.1.34. Ser obrigatório a informação do documento fiscal, no momento da liquidação do

empenho e controlar o saldo dos mesmos, de forma a garantir que os valores liquidados estão em conformidade com o documento fiscal;

3.2.1.35. Permitir que um mesmo documento fiscal, possa ser relacionado a diversos empenhos, controlando os saldos do mesmo;

3.2.1.36. Permitir a montagem das contas a pagar de forma automática (na emissão ou liquidação do empenho);

3.2.1.37. Permitir a utilização de objeto de despesas na emissão de empenho para acompanhamento de gastos da entidade;

3.2.1.38. Permitir controle de empenho, referente a uma fonte de recurso;

3.2.1.39. Ser integrado ao Sistema de Folha de Pagamento de forma a gerar automaticamente todos os empenhos, liquidações, ordens de pagamento extras e retenções orçamentárias e extra - orçamentárias após o fechamento da folha;

3.2.1.40. Ser integrado ao Sistema de Compras e Licitações, possibilitando que os empenhos possam ser feitos de forma automática, mediante a informação da AE (Autorização de Empenho);

3.2.1.41. Permitir que a numeração dos empenhos seja feita de forma individual por entidade ou de forma global;

3.2.1.42. Permitir a exportação de várias informações referentes a execução orçamentária de forma que o usuário possa trabalhar nas mesmas para a emissão de relatórios e gráficos;

3.2.1.43. Ser totalmente integrado ao módulo orçamentário;

3.2.1.44. Ser totalmente integrado ao sistema de credores, de forma a permitir os lançamentos de empenhos, ordem de pagamento extra e outros.

3.2.1.45. Possuir total integração com o sistema contábil efetuando a contabilização automática dos lançamentos deste módulo em tempo real;

3.2.1.46. Permitir que as Entidades possam enviar de forma eletrônica todas as suas movimentações para que a mesma possa fazer a importação das informações para a emissão dos relatórios de forma consolidada;

3.2.1.47. Permitir que todos os relatórios gerenciais, possam ser emitidos de forma consolidada por entidade ou por junção de entidades específicas;

3.2.1.48. Gerar informações para importação no sistema de coleta de dados do TCE/MG – SICOM, incluindo o módulo LRF e todas as suas deliberações atuais e futuras;

3.2.1.49. Emitir Relatório das Receitas e Despesas nos mesmos formatos a serem digitados nas telas de entradas de dados do SIOPE e/ou gerarem dados para exportação;

3.2.1.50. Emitir Relatório das Receitas e Despesas nos mesmos formatos a serem digitados nas telas de entradas de dados do SIOPS e/ou gerar dados para exportação;

3.2.1.51. Gerar relatórios gerenciais de Restos a Pagar (processados e não processados), demonstrando as suas movimentações no exercício corrente, emitidos de forma consolidada,

por órgãos, por entidade ou por junção de entidades específicas;

3.2.1.52. Permitir geração de decreto de créditos adicionais (suplementar, especial e extraordinário), em formato PDF e DOC/ODT, especificando a respectiva fonte de recursos (anulação, superávit financeiro, excesso de arrecadação ou operação de crédito);

3.2.1.53. Estar totalmente em conformidade com a padronização de códigos orçamentários de receitas, despesas, fontes e destinação de recursos estabelecidos pelo Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM (TCE/MG);

3.2.1.54. Gerar todos os arquivos necessários no formato exigido pelo Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM (TCE/MG) de forma a atender o Módulo de Acompanhamento Mensal.

3.2.1.55. Ser integrado ao Sistema de Folha de Pagamento de forma a gerar automaticamente as informações necessárias para a SEFIP referente aos Autônomos.

3.2.2 Módulo de Contabilidade

3.2.2.1 Permitir a execução da escritura contábil nos moldes compilados pela Secretaria do Tesouro Nacional através do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), das Instruções de Procedimento Contábeis (IPC's), Portarias e Notas Técnicas no contexto da NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade aplicada ao Setor Público, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) vigentes e das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP);

3.2.2.2 Contabilizar de forma automática, todos os lançamentos feitos nos demais módulos, utilizando o conceito de eventos associados a roteiros contábeis de partidas dobradas permitindo assim a emissão de diversos relatórios e demonstrativos;

3.2.2.3 Possuir nas telas de inserção de dados como empenhos, liquidações, pagamentos, despesas extraorçamentárias, receitas orçamentaria, receitas extraorçamentárias dentre outras a consulta do lançamento contábil gerado no momento da inserção dos dados.

3.2.2.4 Permitir iniciar mês ou ano, mesmo que ainda não tenha ocorrido o fechamento do mês ou exercício anterior, mantendo a consistência dos saldos;

3.2.2.5 Possuir bloqueio mensal deste módulo, independente dos demais, não permitindo assim que nenhum lançamento possa ser feito em meses já fechados. O sistema também poderá permitir o desbloqueio do mesmo, mediante a validação de senha;

3.2.2.6 Não permitir a exclusão de lançamentos contábeis gerados de forma automática pelos demais módulos do sistema;

3.2.2.7 Permitir lançamentos contábeis manuais, para os casos em que se apliquem;

3.2.2.8 Permitir estorno de lançamento nos casos em que se apliquem;

3.2.2.9 Permitir a transferência automática para o exercício seguinte de saldos de balanço no encerramento do exercício;

3.2.2.10 Apuração automática, dos saldos das contas financeiras e patrimoniais componentes do plano de contas na data informada pelo usuário;

3.2.2.11 Contabilizar os lançamentos oriundos dos demais sistemas, de forma a contemplar as necessidades da NBCASP, tais como: Créditos a Receber, Provisões de Décimo Terceiro e Férias, Lançamentos de Almoxarifado, Incorporações Patrimoniais, Depreciações, Amortizações, Reavaliações Patrimoniais;

3.2.2.12 Permitir a emissão do Balancete Contábil detalhando-o por conta corrente de forma a melhorar a análise por parte da contabilidade.

3.2.2.13 Para atender ao NBCASP, permitir o cadastramento das Notas Explicativas e permitir associá-las a determinados demonstrativos constantes no DCASP.

3.2.2.14 Permitir que o Sistema de Contabilidade (CASP) possa bloquear também os demais sistemas que geram informações contábeis, de forma a contemplar as necessidades da NBCASP, tais como: Sistema de Tributos, Sistema de Patrimônio, Sistema de Almoxarifado, Sistema de Compras e Sistema de Folha de Pagamento;

3.2.2.15 Permitir a geração dos relatórios no padrão CASP estabelecido pela STN em seu Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MBCASP) da 7ª Edição ou supervisor e suas respectivas Instruções de Procedimento Contábeis (IPCs).

3.2.2.16 Disponibilização de tabelas de eventos com indicação das contas contábeis envolvidas no momento da execução orçamentária, financeira, contábil e controle, seja no preenchimento das telas de cadastro e/ou documentos de entrada no sistema para registro dos atos administrativos;

3.2.2.17 Permitir que todos os anexos possam ser emitidos de forma consolidada por entidade ou por junção de entidades específicas, e/ou gerar dados para exportação;

3.2.2.18 Possuir os relatórios:

- Balancete Contábil podendo ser emitido por Sem Conta Corrente ou Com Conta Corrente, por Evento, por Atributo.
- Balanços
- Livro Diário
- Livro Razão
- Relatórios de Conferência
- Relatórios de Fechamento

3.2.3 Atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF

3.2.3.1 Gerar relatórios e arquivos em meio eletrônico solicitado na LRF com vistas a atender aos artigos 52 e 53 (Relatório Resumido da Execução Orçamentária), artigos 54 e 55 (Relatório da Gestão Fiscal) e artigo 72 (Despesas com serviços de terceiros), observadas as portarias 559 e 560 da Secretaria do Tesouro Nacional, de 14/12/2001 Permitir que todos os anexos possam ser emitidos de forma consolidada por entidade ou por junção de entidades específicas

e/ou gerar dados para exportação;

3.2.3.2 Emitir relatório da proposta orçamentária consolidada (administração direta e indireta) conforme exigido pela Lei Complementar 101/2000 (LRF);

3.2.3.3 Emitir os relatórios ou gerar arquivos exigidos pelo TCE/MG – LRF para prestação de contas da LRF e atendimento das deliberações publicadas pelo órgão;

3.2.3.4 Permitir geração e envio do cadastro básico do TCE/MG.

3.2.3.5 Permitir geração e envio do módulo edital.

3.2.3.6 Permitir geração e envio do módulo Obras.

3.2.4 Atendimento ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público - SICONFI

3.2.4.2 Permitir que todos os anexos possam ser emitidos de forma consolidada por entidade ou por junção de entidades específicas, e/ou gerar dados de exportação;

3.2.4.3 Permitir a emissão dos seguintes demonstrativos, de modo que estejam no mesmo formato para o preenchimento das planilhas disponibilizadas pelo Tesouro Nacional, e/ou gerar dados para exportação, conforme abaixo:

3.2.4.3.1 Balanço Orçamentário;

- Anexo I - F - Balanço Orçamentário - Subquadro - Execução dos Restos a Pagar;
- Anexo I - G - Balanço Orçamentário - Subquadro - Execução dos Restos a Pagar (Por Função);
- Balanço Orçamentário (Receitas Orçamentárias);
- Balanço Orçamentário (Patrimonial Ativo e Passivo);
- Balanço Orçamentário (Despesas por Função);
- Anexo I - H - Demonstrativo das Variações Patrimoniais e Resultado Patrimonial;

3.2.4.4 Atendimento ao formato, periodicidade e procedimentos estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para geração automática de relatórios e demonstrativos de propósito geral, no contexto da Matriz dos Saldos Contábeis (MSC);

3.2.4.5 Permitir importar a Matriz de Saldos Contábeis de outros órgãos como Câmara Municipal e Instituto de Previdência.

3.2.4.6 Emitir o relatório com as informações geradas no arquivo da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) para avaliação do usuário.

3.2.4.7 Permitir que todos os anexos possam ser emitidos de forma consolidada por entidade ou por junção de entidades específicas quando os mesmos permitirem;

3.2.4.8 Permitir a emissão dos demonstrativos, de modo que os mesmos estejam no mesmo formato para o preenchimento das planilhas disponibilizadas pelo Tesouro Nacional, conforme abaixo;

- Anexo 1 - Balanço Orçamentário;
- Anexo 2 - Demonstrativo da Execução Orçamentária da Despesa por Função e

Subfunção;

- Anexo 3 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
- Anexo 5 - Demonstrativo do Resultado Nominal;
- Anexo 6 - Demonstrativo do Resultado Primário;
- Anexo 7 - Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão;

Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS - Plano Financeiro;

3.2.4.9 Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS – Plano Previdenciário.

3.2.5 Atendimento ao Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS

3.2.5.1 Permitir que todos os anexos possam ser emitidos de forma consolidada por entidade ou por junção de entidades específicas quando os mesmos permitirem;

3.2.5.2 Realizar a exportação de dados para o SIOPS;

3.2.5.3 Permitir a emissão Demonstrativo da Receita;

3.2.5.4 Permitir a emissão Demonstrativo da Despesa;

3.2.5.5 Permitir a emissão Demonstrativo da Despesa por Subfunção.

3.2.6 Atendimento ao Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação - SIOPE

3.2.6.1 Permitir que todos os anexos possam ser emitidos de forma consolidada por entidade ou por junção de entidades específicas quando os mesmos permitirem;

3.2.6.2 Realizar a exportação de dados para o SIOPE

3.2.6.3 Permitir a emissão Demonstrativo do Quadro Consolidado da Receita;

3.2.6.4 Permitir a emissão Demonstrativo da Despesa;

3.2.6.5 Permitir a emissão Demonstrativo da Despesa por Subfunção;

3.2.6.6 Permitir a emissão Relação de Empenhos para o SIOPE.

3.2.7 Atendimento ao Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM

3.2.7.1 Permitir a exportação de todos os arquivos exigidos pelo SICOM para a prestação de contas;

3.2.7.2 Gerar todas as planilhas exigidas pelo TCE/MG para o atendimento a LRF:

– RREO - Anexo 1 – Balanço Orçamentário

– RREO - Anexo 2 – Demonstrativo da Execução Orçamentária por Função e SubFunção;

– RREO - Anexo 3 – Demonstrativo das Receita Corrente Líquida

– RREO - Anexo 4 – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias – RPPS

– RREO - Anexo 6 – Demonstrativo do Resultado Primário

– RREO - Anexo 7 – Demonstrativo dos Restos a Pagar

- RREO - Anexo 8 – Demonstrativo das Despesas com MDE
- RREO - Anexo 12 – Demonstrativo de Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde;
- RREO - Anexo 13 – Demonstrativo das Parcerias Públicos Privadas
- RREO - Anexo 14 – Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária;
- RGF - Anexo 1 – Demonstrativo das Despesas com Pessoal;
- RGF - Anexo 2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida;
- RGF - Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito

3.2.8 Atendimento ao REINF

- 3.2.8.1 Emitir o relatório das movimentações do EFD - REINF – R2000
- 3.2.8.2 Emitir o relatório das movimentações do EFD - REINF – R4000
- 3.2.8.3 Permitir o envio das informações referentes as Contribuições Previdenciárias – EFD - R2000
- 3.2.8.4 Permitir o envio das informações referentes os Impostos Federais – EFD - R4000
- 3.2.8.5 Emitir o relatório das movimentações do EFD - REINF – R2000

3.2.9 Encerramento do Exercício/ Prestação de Contas

- 3.2.9.1 Permitir a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do município e de todas as entidades de sua administração direta, indireta e fundacional para atender ao controle interno e externo, com atendimento a todos os prazos estabelecidos pelo TCE/MG–SICOM, incluindo a emissão de relatório de exigências;
- 3.2.9.2 Permitir que todos os anexos e relatórios possam ser emitidos de forma consolidada ou por junção de entidades específicas;
- 3.2.9.3 Emitir todos os anexos de orçamento, global e por órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, exigidos pela Lei Nº. 4320/64 e suas atualizações:
 - 3.2.9.3.1 Anexo 1 – Demonstrativo das Receitas e Despesas Segundo as Categorias Econômicas;
 - 3.2.9.3.2 Anexo 2 – Demonstrativo das Receitas;
 - 3.2.9.3.3 Anexo 3 - Demonstrativo das Despesas por Função e Subfunção;
 - 3.2.9.3.4 Anexo 4 – Programa de Trabalho;
 - 3.2.9.3.5 Anexo 5 – Demonstrativo de Funções, Programas e Subprogramas por Projetos e Atividades (adequado ao disposto na Portaria MOG nº 42, de 14 de abril de 1999);
 - 3.2.9.3.6 Anexo 6 – Demonstrativo da Despesa por Função, Programas e Subprogramas, conforme o vínculo com os Recursos (adequado ao disposto na Portaria MOG nº 42, de 14 de abril de 1999);
 - 3.2.9.3.7 Anexo 7 – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (adequado ao

disposto na Portaria MOG nº 42, de 14 de abril de 1999). Obs.: Ser capaz de se adequar as novas solicitações do TCE/MG;

3.2.9.3.8 Anexo 8 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada;

3.2.9.3.9 Anexo 9 – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada;

3.2.9.3.10 Anexo 10 – Balanço Orçamentário;

3.2.9.3.11 Anexo 11 – Balanço Financeiro;

3.2.9.3.12 Anexo 12 – Balanço Patrimonial;

3.2.9.3.13 Anexo 13 – Demonstrativo das Variações Patrimoniais, ajustado também às exigências do Artigo 53, parágrafo 1, inciso III da Lei complementar 101/2000 (LRF).

3.2.9.3.14 Anexo 14 – Demonstrativo da Dívida Fundada Interna;

3.2.9.3.15 Anexo 15 – Demonstrativo da Dívida Flutuante;

3.2.9.3.16 Anexo 16 - Demonstrativo das Despesas com Publicidade;

3.2.9.3.17 Anexo 17 - Demonstrativo da Prestação de Contas de Adiantamento;

3.2.9.3.18 Anexo 18 - Demonstrativo de Convênios e Instrumentos Congêneres;

3.2.9.4 Emitir relatório Demonstrativo de Repasse de Recursos para a Educação, conforme Lei 9394/96 (LDB), que demonstre as receitas que compõem a base de cálculo, o percentual de vinculação, o valor arrecadado no período e o valor do repasse;

3.2.9.5 Emitir relatórios conforme Resolução do Senado Federal 78/98 com a Síntese da Execução Orçamentária, compreendendo os Anexos 16 e 17 da Lei 4320/64 e suas atualizações;

3.2.9.6 Emitir o Relatório de Gastos com a Educação, conforme Lei 9424/96;

3.2.9.7 Emitir o Relatório de Gastos com o FUNDEB, conforme Lei 9394/96;

3.2.9.8 Emitir o Relatório de Gastos com a Saúde, conforme Emenda Constitucional;

3.2.9.9 Emitir todos os relatórios da contabilidade previstos na Lei 4320/64, atendendo ao inciso III do Artigo 50 da Lei Complementar 101/2000 (LRF):

3.2.9.10 Emitir o Demonstrativo de Restos a Pagar.

3.3. SISTEMA DE TESOURARIA

3.3.1. Módulo de Tesouraria

3.3.1.1. Possuir integração com o sistema de arrecadação possibilitando a baixa de tributos pagos na tesouraria, bem como a classificação automática das receitas arrecadadas;

3.3.1.2. Permitir que no momento do lançamento de uma receita constitucional, que o sistema faça a distribuição do valor em suas devidas fontes de recursos com base nos percentuais definidos para saúde, educação e recurso próprio;

3.3.1.3. Permitir alterar os percentuais dos limites constitucionais definidos inicialmente;

3.3.1.4. Permitir a reclassificação da receita;

3.3.1.5. Permitir a emissão de cheques, borderôs, débitos em conta, malotes para os

pagamentos das despesas orçamentárias e extras;

3.3.1.6. Permitir que em um só cheque, ou borderô, ou débito em conta, ou malotes, possam ser relacionados diversas Ops orçamentárias e extra-orçamentárias;

3.3.1.7. Permitir a configuração automática do formulário de modelo do cheque, informando apenas o número da instituição financeira, vinculada ao cadastro de contas bancárias;

3.3.1.8. Possuir módulo de conciliação bancária manual, de forma a permitir a emissão do relatório em um determinado período;

3.3.1.9. Possuir módulo de conciliação bancária automática, feita através do processamento de arquivos "txt's", formato FEBRABAN;

3.3.1.10. Permitir geração de borderôs em meio magnético, ajustável conforme as necessidades do estabelecimento bancário de acordo com o layout FEBRABAN;

3.3.1.11. Permitir Geração de Arquivos OBN em meio magnético de forma a atender as determinações contidas na Lei 4.320, de 17.03.1964 e ao Decreto 7.507, de 27.06.2011;

3.3.1.12. Permitir a utilização de históricos padronizados e históricos com texto livre;

3.3.1.13. Possuir total integração com o sistema contábil NBCASP, efetuando a contabilização automática dos pagamentos e recebimentos e outras movimentações bancárias efetuados pela tesouraria;

3.3.1.14. Possuir bloqueio mensal deste módulo, independente dos demais, não permitindo assim que nenhum lançamento possa ser feito em meses já fechados. O bloqueio deverá ter a opção de ser feito de forma consolidada ou por entidade, mediante a validação de senha;

3.3.1.15. O sistema também poderá permitir o desbloqueio do mesmo, mediante a validação de senha;

3.3.1.16. Permitir que todos os relatórios financeiros possam ser emitidos de forma consolidada por entidade ou por junção de entidades específicas;

3.3.1.17. Possuir um módulo de Controle Financeiro, onde o mesmo deverá emitir consultas e relatórios da posição financeira da entidade com base na arrecadação e nas despesas liquidadas e/ou empenhadas;

3.3.1.18. Permitir que o usuário possa alterar as datas de vencimentos das despesas a pagar, de acordo com a sua disponibilidade financeira, alimentando assim o relatório de fluxo financeiro;

3.3.1.19. Permitir que o usuário possa informar receitas e despesas futuras, alimentando assim o fluxo financeiro;

3.3.1.20. Emitir um demonstrativo das disponibilidades financeiras, levando em consideração os lançamentos de previsões de receitas e despesas;

3.3.1.21. Permitir agrupar diversos pagamentos orçamentários e/ou extra orçamentários a um mesmo fornecedor em um único cheque;

3.3.1.22. Possuir controle de talonário de cheques (emitidos, não emitidos, pagos, cancelados);

3.3.1.23. Permitir a emissão de Ordem de Pagamento;

- 3.3.1.24. Permitir a exportação anual das informações referentes a DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte) de forma que as mesmas possam ser importadas pelo sistema da Receita Federal;
- 3.3.1.25. Permitir a exportação a qualquer momento dos arquivos digitais denominados “MANAD” de forma a atender a Receita Federal;
- 3.3.1.26. Ser totalmente integrado ao módulo de execução orçamentária de forma a controlar os saldos dos empenhos e ordens de pagamentos extraorçamentários, de acordo com as suas respectivas baixas;
- 3.3.1.27. Permitir emissão de relatório que demonstre a base de cálculo para apuração do valor a ser recolhido para o PASEP, mensalmente e acumulado no exercício;
- 3.3.1.28. Emitir os relatórios de transferências descendias para a saúde e educação.

3.4. SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO E RECURSOS HUMANOS

3.4.1 Módulo de Recursos Humanos

- 3.4.1.1. Permitir configurar formas de acesso ao sistema, por meio de log, com data, IP da máquina, tabelas acessadas, e ações;
- 3.4.1.2. Permitir envio dos dados de usuário e senha do servidor criados a partir do sistema por e-mail, do cadastro do servidor;
- 3.4.1.3. Permitir aos usuários redefinir a senha de acesso;
- 3.4.1.4. Permitir a captação e manutenção de informações pessoais e funcionais de pessoal ativo ou inativo, registrando a evolução histórica;
- 3.4.1.5. Permitir cadastro de diversos horários de trabalho;
- 3.4.1.6. Permitir cadastro de justificativas para abono de faltas;
- 3.4.1.7. Permitir lançamento de faltas;
- 3.4.1.8. Permitir o registro de advertência e punição;
- 3.4.1.9. Permitir a captação e manutenção de informações do vínculo que o servidor teve e/ou tem com o Órgão, com no mínimo os seguintes dados: Regime Jurídico, Vínculo, Cargo, Salário, Data de Nomeação, Data de Posse, Data de Admissão, Data de Término de Contrato Temporário, Lotação, Unidade Orçamentária, Horário de Trabalho, Local de Trabalho;
- 3.4.1.10. Permitir o cadastro dos dados estrangeiros da pessoa, ano de chegada ao Brasil e se naturalizado;
- 3.4.1.11. Permitir indicar para cada funcionário substituto, quem está substituindo;
- 3.4.1.12. Permitir a inclusão e manutenção das informações do cadastro de dependentes, tais como nome do dependente, CPF, RG, data de nascimento, estado civil, grau de instrução, grau de parentesco, tipo de deficiências, plano de saúde, dependências de salário família, IRRF, Pensão alimentícia, com data inicial e final;
- 3.4.1.13. Permitir lançamento de averbação, com emissão de relatório;

- 3.4.1.14. Permitir selecionar os funcionários que utilizam vale transporte, selecionando pela empresa fornecedora de vale e ou linha utilizada, possibilitando ainda gerar por competência os números de dias que o funcionário utiliza o vale transporte; e ainda permitir o desconto de dias de faltas e afastamentos;
- 3.4.1.15. Permitir o registro de feriados fixos, variáveis e pontos facultativos;
- 3.4.1.16. Permitir a captação e manutenção de informações da Qualificação profissional incluindo a escolaridade, formação, treinamentos realizados e experiências anteriores;
- 3.4.1.17. Registrar e manter o histórico das alterações de nome, cargo, salário, unidade gestora, lotação, custeio, vínculo, regime jurídico, local de trabalho e Banco/Agência/Conta Bancária dos servidores, garantindo a disponibilidade e segurança das informações históricas, inclusive verbas e valores de todos os pagamentos e descontos;
- 3.4.1.18. Permitir parametrização de escolaridade para o cargo, permitindo o bloqueio ou somente aviso no momento da admissão de pessoas que têm a escolaridade inferior àquela exigida na configuração do cargo informado;
- 3.4.1.19. Permitir a descrição das atividades no cadastro de cargos;
- 3.4.1.20. Permitir o controle de vagas ocupadas e disponíveis, automaticamente, não permitindo que ocorram admissões sem vagas disponíveis;
- 3.4.1.21. Permitir a descrição das atividades no cadastro de Funções;
- 3.4.1.22. Permitir parâmetro de escolaridade mínima no cadastro de cargos; e configurar se será obrigatório para o cadastro de novos servidores;
- 3.4.1.23. Permitir o registro e o controle da promoção e progressão de cargos e salários dos servidores;
- 3.4.1.24. Permitir o controle de vagas do cargo, por secretaria relacionando com os níveis salariais e atribuições do cargo;
- 3.4.1.25. Permitir controlar a lotação e localização física dos servidores;
- 3.4.1.26. Permitir o controle do tempo de serviço efetivo, emitindo certidões de tempo de serviço e disponibilizar informações para o cálculo da concessão de aposentadoria;
- 3.4.1.27. Possibilitar registrar processo de aposentadorias e pensões, permitindo documentar os trâmites legais, desde o início da análise até o deferimento.
- 3.4.1.28. Permitir o registro e controle de advertências e suspensões;
- 3.4.1.29. Permitir configurar afastamentos de forma que se possa apurar a quantidade de dias afastados, se a quantidade de dias é contínua, controle pelo CID para encaminhamento para previdência;
- 3.4.1.30. Permitir configurar afastamentos de forma que se possa apurar a quantidade de dias afastados, inclusive faltas para que o período de aquisição de férias do funcionário seja cancelado, ou postergado, quando for o caso;
- 3.4.1.31. Permitir a manutenção do movimento de Ato Legal por servidor, independente da Movimentação de Pessoal, Afastamentos e Benefícios;
- 3.4.1.32. Permitir o cadastramento de currículos e cursos;

- 3.4.1.33. Permitir a emissão da Certidão Tempo de Serviço com grade de Efetividade;
- 3.4.1.34. Cadastro e emissão das CAT's (Comunicação de acidente do trabalho), permitindo envio ao eSocial;
- 3.4.1.35. Permitir a emissão do PPP individual ou por grupo de funcionários;
- 3.4.1.36. Permitir gerenciar e manter atualizado todas as informações cadastrais, pertinentes ao PPP, como alteração de cargos, mudança de agente nocivo, transferências, descrição dos cargos e atividades exercidas pelo funcionário;
- 3.4.1.37. Localizar servidores por qualquer campo da tela e ainda no caso do nome poder buscar pelo nome todo, alguma parte e até mesmo busca fonética, por nomes parecidos. Ex. Wagner e Vagner;
- 3.4.1.38. Atualizações globais de informações cadastrais, com várias opções de filtros;
- 3.4.1.39. Poder guardar junto ao cadastro de funcionários, qualquer documento, digitalizado e visualizá-los sempre que precisar;
- 3.4.1.40. Permitir foto no cadastro do Servidor;
- 3.4.1.41. Permitir que posições superiores dentro do organograma possam ter acesso às informações históricas dos servidores hierarquicamente subordinados através de relatórios ou gráficos.
- 3.4.1.42. Gerar automaticamente através da opção de documentos mesclados, qualquer documento, tal como contratos de trabalho, de acordo com o regime do funcionário, atos administrativos ao cadastrar advertências, suspensões e afastamentos, podendo ser emitido individualmente ou por grupo de seleções;
- 3.4.1.43. Cadastrar concursos públicos e processos seletivos para provimento de vagas de cargos públicos com número do edital, critérios de aplicação de provas na área de conhecimento, funções dos fiscais, Nome da empresa que realizará o concurso, Gabarito oficial das provas, candidatos inscritos com CPF, e-mail, telefones de contato, nota final, classificação, data efetivação, data desistência e motivo da desistência quando existir;
- 3.4.1.44. Permitir separar os candidatos por região, área, avaliações, candidatos e perfil do cargo concorrido a vaga;
- 3.4.1.45. Permitir cadastrar as comissões avaliadoras dos concursos e seus membros;
- 3.4.1.46. Permitir importar o arquivo do SISOB (Sistema de Controle de Óbitos) para atender ao convênio firmado entre o Ministério da Previdência Social e os governos estaduais e municipais visando identificar as pessoas falecidas e assim suspender o pagamento de aposentados e pensionistas;
- 3.4.1.47. Permitir controle de atualizações de CTPS;
- 3.4.1.48. Permitir cadastro dos Riscos ambientais. o registro e gerenciamento dos Equipamento de Proteção Individual - EPI, certificados, exposição a agentes nocivos, e responsável pelos registros;
- 3.4.1.49. Permitir monitoramento da saúde do servidor;
- 3.4.1.50. Permitir Cadastro de exames Toxicológicos;

- 3.4.1.51. Permitir a importação de dados de monitoramento da Saúde do Servidor;
- 3.4.1.52. Permitir a importação de dados de Riscos ambientais;
- 3.4.1.53. Possui módulo de recadastramento dos funcionários, onde os responsáveis designados para esta função, poderão ir ao local dos funcionários com notebooks e depois integrar estas informações diretamente no sistema da folha.
- 3.4.1.54. Permitir a criação de novos campos personalizados para alguns cadastros do sistema;
- 3.4.1.55. Permitir o registro da formação acadêmica dos servidores e cursos de extensão;
- 3.4.1.56. Permitir cadastrar a configurar a licença prêmio, com tempo para aquisição, informando quais tipos de afastamentos que poderão prorrogar e ou cancelar, permitindo ainda fracionar o gozo das férias prêmio;
- 3.4.1.57. Ter a opção parametrizável, ao calcular e gravar a rescisão de um funcionário, caso tenha usuário de acesso aos sistemas do Credores, Estoque, Patrimônio, compras/Licitações, Contabilidade/Orcamento e Folha de pagamento, sejam automaticamente desativados.

3.4.2. Módulo de Folha de Pagamento

- 3.4.2.1. Possibilitar parametrizações pelo próprio usuário seguindo o PCCR (Plano de cargo, carreira e recebimento) de proventos; permitindo parametrizações por cargos, funções e regimes, e que estas regras sejam por exclusividade, ou por exclusão.
- 3.4.2.2. Permitir travar automaticamente o cálculo da folha, quando uma dessas regras não forem cumpridas; emitindo relatórios de servidores fora da regra;
- 3.4.2.3. Permitir o cadastro de tabelas de previdências RGPS;
- 3.4.2.4. Permitir o cadastro de várias tabelas de Previdências RPPS;
- 3.4.2.5. Permitir o cadastro de tabela de previdência Complementar simultaneamente a tabela de RPPS para descontos nas duas tabelas e integração contábil separadamente;
- 3.4.2.6. Permitir cadastro de tabela de IRRF com dedução mínima, desconto mínimo, e valor da deduzir aos 65 anos;
- 3.4.2.7. Permitir a configuração de quais proventos e descontos devem fixos e automáticos para os cálculos;
- 3.4.2.8. Permitir a configuração dos proventos para cálculos de férias, rescisão, 13º salário, líquido, Bruto;
- 3.4.2.9. Permitir a configuração da quantidade de vezes proventos e descontos serão calculados, individualmente ou com opções de filtro;
- 3.4.2.10. Permitir configurar quais proventos e descontos pertencerão aos autônomos para o envio ao eSocial;
- 3.4.2.11. Permitir configuração para proventos e descontos, incidências ou não para o patronal;
- 3.4.2.12. Permitir que o usuário realize cálculos de horas com várias opções de porcentagem;

- 3.4.2.13. Permitir a configuração de todas as fórmulas de cálculo em conformidade com o estatuto dos servidores do Município;
- 3.4.2.14. Possuir rotina que permita controlar e ajustar valores de modo a satisfazer limites de piso ou teto salarial;
- 3.4.2.15. Permitir controlar e ajustar valores de modo a calcular automaticamente com o devido desconto para que o limite de piso ou teto salarial não seja excedido;
- 3.4.2.16. Permitir emissão de relatório com o detalhamento do cálculo (médias em horas, médias em valores, último valor) para o décimo terceiro salário, rescisões e férias;
- 3.4.2.17. Permitir o cálculo para pagamento do pessoal ativo, inativo e pensionistas, tratando adequadamente os diversos regimes jurídicos, adiantamentos, pensões e benefícios, permitindo recálculos gerais, parciais ou individuais;
- 3.4.2.18. Permitir o registro e controle de convênios e empréstimos que tenham sido consignados em folha;
- 3.4.2.19. Possuir rotinas que permitam administrar salários, possibilitando reajustes globais e parciais;
- 3.4.2.20. Permitir o controle automático dos valores relativos aos benefícios dos dependentes, tais como salário família, abono família, auxílios creche, e auxílio educação;
- 3.4.2.21. Permitir simulações parciais ou totais da folha de pagamento;
- 3.4.2.22. Calcular e processar os valores relativos a contribuição sindical e patronal para previdência, IRPF, FGTS, PIS/PASEP, RGPS e RPPS, gerando os arquivos necessários para envio das informações aos órgãos responsáveis;
- 3.4.2.23. Permitir a geração de pagamento de funcionário ou grupo de matrículas que já tenham o processamento da folha calculado, com datas diferentes;
- 3.4.2.24. Gerar arquivo texto com os participantes do PASEP, para o Banco do Brasil, e importar arquivo de retorno do banco para pagamento do PASEP em folha de pagamento;
- 3.4.2.25. Permitir cálculo Regime Previdência Complementar com emissão de relatório detalhado da Contribuição do Servidor e Patronal;
- 3.4.2.26. Emitir Guia de Recolhimento de RGPS e RPPS;
- 3.4.2.27. Gerar as informações de admissão e rescisão necessárias ao CAGED, via arquivo texto, para importação no software do Ministério do Trabalho;
- 3.4.2.28. Integração com o Sistema Integrado de Informações Previdenciárias – SIPREVWeb (XML), versão 2.02.01 ou superior.
- 3.4.2.29. Poder gerar as planilhas eletrônicas exigidas pelo Tribunal de Contas do Estado.
- 3.4.2.30. SICOM - Módulo Folha de Pagamento – Permite a validação e geração de todos os arquivos;
- 3.4.2.31. SIOPE - Geração dos arquivos de pagamento dos funcionários da Educação com opções de filtro;
- 3.4.2.32. Gerar planilha piso da enfermagem;

- 3.4.2.33. Permitir a comparação, por funcionário, do cálculo da folha atual com relação ao cálculo das folhas anteriores, com crítica quando os valores estão divergentes; - Permitir a inclusão de valores variáveis na folha, como os provenientes de horas extras, periculosidade, insalubridade, faltas, empréstimos, descontos diversos e ações judiciais;
- 3.4.2.34. Permitir Validação Pensão Judicial - Possibilitar a validação de inconsistências na geração de pensão Judicial; verificando se tem funcionários com um único desconto para mais de um pensionista; comparando total descontado do funcionário com o total pago ao pensionista
- 3.4.2.35. Possuir rotina de cálculo de rescisões de contrato de trabalho, individualmente com várias opções de filtro;
- 3.4.2.36. Possuir rotina que permita fazer rescisões globais para determinado grupo de funcionários. Ex: Contratos temporários
- 3.4.2.37. Permitir cálculo e a emissão de Rescisão Complementar, a partir do lançamento do valor complementar via movimento de rescisão pela competência do pagamento, gerando automaticamente o registro destes valores na Ficha Financeira do mês, de pagamento para integração contábil e envio ao eSocial;
- 3.4.2.38. Possuir rotina global para prorrogação global de contrato de servidores com contratos de prazo determinado, com várias opções de filtro;
- 3.4.2.39. Possuir rotina para readmitir, individual ou por grupo de funcionários, aproveitando todos os dados já cadastrados anteriormente;
- 3.4.2.40. Permitir a configuração das formas de desligamento por regime de trabalho e motivo de rescisão, para garantir que não seja informado um desligamento inadequado para o servidor, por exemplo: término de contrato para um servidor efetivo;
- 3.4.2.41. Possibilitar a configuração das formas de admissão por regime de trabalho, categoria funcional, regime previdenciário e tipo de admissão, para garantir que não seja admitido um servidor com informações fora dos padrões permitidos;
- 3.4.2.42. Permitir o cadastramento de todos os lançamentos fixos dos servidores (adicionais, gratificações, consignações) para efeito de pagamento ou desconto em folha, com no mínimo, o código da verba (verificando se a verba está prevista para o regime e/ou para o cargo do servidor) e histórico dos valores ou percentuais;
- 3.4.2.43. Ser integrado ao sistema de contabilidade permitindo a contabilização automática da folha de pagamento após fechamento;
- 3.4.2.44. Após a integração automática, poder emitir relatório na folha, por empenho, com a numeração utilizada, lista de funcionários, proventos/descontos com os respectivos valores e respectivos valores patronais.
- 3.4.2.45. Permitir a emissão de contracheque, com diversas opções, seguindo layout específico do cliente, em papel em branco, frente e verso para envelopar dobrar e colar, inclusive com endereço do funcionário;

- 3.4.2.46. Permitir a geração de arquivos para geração do Contracheque eletrônicos, de acordo com *layouts* das instituições financeiras;
- 3.4.2.47. Permitir Emissão dos contracheques, com controle e consulta de autenticidade, comprovantes de rendimentos, Ficha financeira e relatório de margem consignável;
- 3.4.2.48. Permitir a geração de arquivos para crédito dos funcionários que possuam conta corrente, contas salários, poupanças e até mesmo sem contas;
- 3.4.2.49. Permitir suspender a conta do funcionário (retirar do cadastro) e ter a opção de retorná-la sem a necessidade de nova digitação;
- 3.4.2.50. Possuir bloqueio do cálculo da Folha Mensal (Com mensagem de Alerta) para servidores com término de contrato no mês, o qual deverá ser rescindido ou prorrogado;
- 3.4.2.51. Possuir controle dos autônomos/tomadores de serviço, pagamentos por RPA, Nota Fiscal e outros, integrando essas informações para eSocial;
- 3.4.2.52. Permitir controle dos períodos de aquisitivos e de gozo de férias
- 3.4.2.53. Permitir controlar os períodos aquisitivos de férias em relação a quantidade de dias disponíveis para gozo de férias;
- 3.4.2.54. Permitir visualizar a quantidade de faltas nos lançamentos das férias;
- 3.4.2.55. Permitir selecionar os dias de abono pecuniário, calculo de abono pecuniário configurando se no início ou fim das férias;
- 3.4.2.56. Permitir adiantamento de 13º salário nas férias;
- 3.4.2.57. Permitir importar do Sistema de contabilidade diárias a serem enviadas para o eSocial, permitindo a armazenar todo o histórico da diária: data, quilometragem, valor, etc.;
- 3.4.2.58. Manter o registro das informações históricas necessárias às rotinas anuais, 13º Salário, rescisões de contrato e férias;
- 3.4.2.59. Permitir o cadastramento de contratos de trabalho (estagiários, temporários e efetivos), permitindo o cadastramento de diversos contratos para um mesmo servidor;
- 3.4.2.60. Possuir cadastro de beneficiários de pensão judicial e das verbas para pagamento por ocasião de férias, 13º salário e folha de pagamento, com suas respectivas fórmulas, conforme determinação judicial;
- 3.4.2.61. Permitir o controle de benefícios concedidos devido ao tempo de serviço (anuênio, quinquênio, licença prêmio, progressões salariais e outros), com controle de prorrogação ou perda por faltas e afastamentos;
- 3.4.2.62. Permitir o controle de diversos regimes jurídicos, bem como contratos de duplo vínculo, quanto ao acúmulo de bases para INSS e IRRF, e também quanto aos limites de piso e teto salarial;
- 3.4.2.63. Permitir o cálculo de Folha Retroativa com encargos (IRRF/Previdência), para admissões do mês anterior, que chegaram com atraso para cadastramento;
- 3.4.2.64. Permitir o cálculo de Folha Complementar COM ou SEM encargos (IRRF/Previdência), para pagamento de diferenças de meses anteriores, a serem pagas no mês da Folha Atual;

- 3.4.2.65. Permitir emissão de relatórios com a evolução do gasto mensal com a folha de pagamento e das admissões/demissões (vários meses ao mesmo tempo), podendo selecionar ou não pelo organograma do órgão;
- 3.4.2.66. Restringir as alterações no cálculo da folha após ter sido feita a integração contábil;
- 3.4.2.67. Permitir a emissão de todos os relatórios, inclusive Contracheques, de folhas antigas com o mesmo conteúdo da época;
- 3.4.2.68. Permitir que o próprio usuário elabore os cálculos dos recebimentos e descontos da folha e suas incidências legais, inclusive com controle de valores mínimos e máximos;
- 3.4.2.69. Controle de contracheques negativos, permitindo gerar um crédito para o funcionário e depois descontar esta dívida nos próximos pagamentos automaticamente;
- 3.4.2.70. Controle automático das parcelas dos empréstimos, emitindo no Contracheques a parcela atual e o total de parcelas dos empréstimos;
- 3.4.2.71. Integração via arquivo, com a parametrização pelo próprio usuário, de qualquer arquivo externo (TXT ou Planilha Eletrônica), como empréstimos, farmácias, cooperativas e ainda comparação e crítica entre o arquivo e os pagamentos;
- 3.4.2.72. Permitir a descentralização da digitação e integração das frequências, sendo executada por cada setor, onde os usuários digitadores terão acesso somente aos funcionários, proventos e descontos do setor, independentemente de estarem ligados em rede ou não;
- 3.4.2.73. Controle automático do pagamento parcial (dias que trabalhou) para as admissões, demissões e afastamentos;
- 3.4.2.74. Integração através de arquivos com sistemas de ponto, exportando para o sistema de ponto as informações de licenças, afastamentos, férias, licença prêmio e desligamentos e importando para o sistema de folha de pagamento dados do sistema de ponto para cálculo de faltas, atrasos, horas extras, adicionais noturnos, plantões extras, etc.;
- 3.4.2.75. Ao calcular a folha fazer verificações de inconsistências (tanto cadastrais quanto de valores após o cálculo) que influenciam no resultado final do valor a ser pago aos funcionários. Mínimo que deverá ser verificado: Valor líquido negativo, valor bruto ou líquido final por matrícula ou CPF (mais de um vínculo) superior ao do maior cargo público da entidade (Ex. Prefeito, Presidente etc.), funcionário sem a informações: Banco/agencia, PIS, CPF, cargo, função, previdência, mais de 70 anos;
- 3.4.2.76. Permitir lançar os Proventos/Descontos Globalmente, individualmente por nome ou matrícula e por código do Provento/Desconto;
- 3.4.2.77. Cálculo automático de diferença salarial, quando se fizer necessário, como no caso do aumento retroativo;
- 3.4.2.78. Permitir cadastrar todos os dados referentes à pensão alimentícia, nome e endereço do pensionista, inclusive mais de uma pensão por servidor em bancos distintos e sendo enviado estas informações automaticamente para o sistema de credores.
- 3.4.2.79. No cadastro de funcionários, possuir validador de CPF e PIS;

- 3.4.2.80. Ter opção para controlar ou não os vencimentos e descontos permitidos em cada regime de trabalho, impossibilitando que seja efetuado o lançamento de um vencimento ou desconto exclusivo de um regime em um outro;
- 3.4.2.81. Emissão das guias para pedido de Seguro desemprego;
- 3.4.2.82. Possuir rotina, para gerar mesclar informações da folha com documentos feitos em editor de texto padrão Word;
- 3.4.2.83. Emitir as fichas de dados cadastrais dos servidores;
- 3.4.2.84. Cadastro e controle de atestados para verificação de cálculos, inclusive vale transporte;
- 3.4.2.85. Gerador de relatório, onde possa: Selecionar para imprimir, filtrar, ordenar e quebrar o relatório por qualquer campo do cadastro de funcionários, valores e ou grupo de valores recebidos; Salvar estes relatórios para uso futuro sem a necessidade de criá-los a todo momento; Salvar este relatório em planilhas eletrônicas.
- 3.4.2.86. Modulo para controle dos estágios probatórios, com cadastros das comissões das avaliações e chefias, cadastro de todas as avaliações, com opção de impressão e ainda emissão dos pareceres parciais e finais.
- 3.4.2.87. Modulo para implementar os planos de cargos x carreira da entidade, com enquadramento automático dos funcionários atuais, acertando inclusive (excluindo e/ou incluindo) os lançamentos de proventos/descontos exigidos no novo plano; após a implementação do novo Plano de cargo x carreira fazer automaticamente, mediante aceite dos responsáveis as progressões (promoções) horizontais previstas no plano.
- 3.4.2.88. Possuir rotina de Geração de Arquivos Digitais do INSS –MANAD, possibilitando a prestação de informações via arquivo texto, conforme Instrução Normativa MPS/SRP nº 12, de 20/06/2006 –DOU de 04/07/2006;
- 3.4.2.89. Permitir a emissão de relatório da provisão de férias e 13º salário, após a integração contábil;
- 3.4.2.90. Permitir configurar o envio dos dados para o Portal da Transparência

3.4.3. Módulo de Emissão de Crachás

- 3.4.3.1. Permitir a emissão de crachás de funcionários, em impressora específica para cartões plásticos, com foto, logotipo e arte da entidade

3.4.4. Módulo para Escala de Férias Anual

- 3.4.4.1. Permitir calcular a escala de férias anual de todos os servidores, dessa forma podendo definir a escala de ferias de todos departamentos das secretarias municipais.
- 3.4.4.2. Permitir gerar ou exportar uma planilha, podendo utilizar vários filtros, por Regime, Secretaria, Departamento, Setor, Cargo, Função e Local de Frequência, com as definições:
- Qual o período aquisitivo Inicial e final dessas ferias que estão abertas;
 - Data Limite para gozar as férias;

- Mês e Ano escolhido para gozar estas férias;
- Venda de Abono Pecuniário, 10 dias;
- Definição do início das férias sendo no início ou fim do período de férias gozado;
- Lançamento do adiantamento do 13º Salário.

3.4.5. Módulo de Administração

- 3.4.5.1. Permitir cadastros e gerenciamento de acessos dos usuários, definindo quem poderá ter acesso total ou em partes do sistema – Restrito;
- 3.4.5.2. Permitir a geração e o envio dos dados de usuário e senha dos servidores criados a partir do sistema por e-mail.
- 3.4.5.3. Permitir por meio de log identificar possíveis alterações no sistema.

3.4.6. Módulo de Autorizações

- 3.4.6.1. Permitir configurar os servidores que terão autorização para liberar as rotinas de admissão, demissão, alteração salarial e alteração de cargo no sistema.
- 3.4.6.2. Possuir uma tela de visualização de dados dos servidores e a rotina de autorização solicitada, sendo possível confirmar (autorizar) ou não.

3.5. SISTEMA DE ATENDIMENTO AO E-SOCIAL

3.5.1. Módulo e-Social

- 3.5.1.1. Permitir geração de arquivo em TXT, CSV, de acordo com Leiaute para - CQC (Consulta Qualificação Cadastral) - para consulta em LOTE no site com eSocial;
- 3.5.1.2. Permitir a validação do lote de retorno com as inconsistências e possíveis formas de correção;
- 3.5.1.3. Permitir a integração de dados de forma segura sem interferência, de forma automática;
- 3.5.1.4. Permitir cadastrar Processo Administrativos/Judiciais e decisão dos processos para seleção;
- 3.5.1.5. Verificar se a data da admissão é compatível com a data de validade do cadastro de cargo;
- 3.5.1.6. Permitir cadastro do Certificado Digital e seleção para busca e envio dos arquivos gerados;
- 3.5.1.7. Permitir comparação de enviado do evento 5001;
- 3.5.1.8. Permitir envio do CAT já preenchida;
- 3.5.1.9. Permitir envio de todos os eventos de todas as fases do eSocial;
- 3.5.1.10. Permitir emissão de relatórios do eSocial com seleções e opções de geração.

3.6. SISTEMA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

3.6.1 Módulo de Credores

- 3.6.1.1. Permitir cadastro manutenção de Fornecedores e Credores;
- 3.6.1.2. Permitir o cadastro e manutenção de perfil de usuários;
- 3.6.1.3. Permitir alteração de senha de usuário;
- 3.6.1.4. Permitir a verificação de ações do usuário: edição, inclusão e exclusão, através do log no sistema, armazenando o usuário e o IP da estação que realizou a operação;
- 3.6.1.5. Permitir a parametrização de configuração do sistema;
- 3.6.1.6. Permitir gerenciar usuários conectados;
- 3.6.1.7. Permitir o Cadastro de documentos, dos quais deverão ser organizados em grupos (documentos exigidos em determinado certame);
- 3.6.1.8. Permitir que o cadastro Fornecedor/Credor esteja totalmente integrado com Sistema de Compras/Licitações e Contratos, Contabilidade e Orçamento Público, Protocolo, Almoxarifado e Patrimônio;
- 3.6.1.9. Controlar os documentos entregues por um Fornecedor com respectivas datas de validade (exigência da data de validade configurável conforme necessidade);
- 3.6.1.10. Permitir o cadastro e consulta de atividades pertinentes ao objeto da licitação, visando à vinculação com a área de atuação da empresa;
- 3.6.1.11. Permitir o cadastro de documentos para participação na licitação;
- 3.6.1.12. Permitir o Cadastro de Classes para especificar a abrangência dos serviços prestados por um Fornecedor;
- 3.6.1.13. Vinculação das classes com documentos;
- 3.6.1.14. Permitir o cadastro de instituições financeiras;
- 3.6.1.15. Permitir o cadastro e emissão do Certificado de Registro Cadastral - C.R.C;
- 3.6.1.16. Permitir a verificação da consistência do cadastro de credores no momento da geração do C.R.C, verificando pendências dos fornecedores irregulares no cadastramento e aviso de documentação entregue com vencimento esgotado;
- 3.6.1.17. Permitir a emissão do recibo do CRC;
- 3.6.1.18. Permitir a emissão de recibo para documentos recebidos;
- 3.6.1.19. Permitir o cadastrar e consulta da situação de inidoneidade e suspensão;
- 3.6.1.20. Ativar ou inativar cadastro de Credor/fornecedor;
- 3.6.1.21. Estorna uma inativação do cadastro de Credor/fornecedor;
- 3.6.1.22. Permitir a vinculação de um produto/serviço ao Credor/fornecedor;
- 3.6.1.23. Permitir a alteração da data de validade do Certificado de Registro Cadastral C.R.C;
- 3.6.1.24. Permitir o registro e atualização das atividades econômicas de acordo com as

definições do Cadastro Econômico do Município e/ou Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE);

3.6.1.25. Permitir a emissão de relatórios com informações dos tipos de cadastro disponíveis no sistema;

3.6.1.26. Possuir relatório com informações de Credor/fornecedor cadastrados;

3.6.1.27. Possuir relatório com informações das atividades cadastradas;

3.6.1.28. Possuir relatório com informações dos documentos cadastrados;

3.6.1.29. Possuir relatório com informações das classes x documentos cadastrados;

3.6.1.30. Possuir relatório com informações das instituições financeiras e agências cadastradas;

3.6.1.31. Possuir relatório com informações da vinculação de itens ao fornecedor;

3.6.1.32. Possuir relatório com informações de credores sem documentos informados;

3.6.1.33. Possuir relatório com informações de documentos duplicados;

3.6.1.34. Possuir relatório com informações de credores inidôneos suspensos;

3.6.1.35. Informações sobre o produto (versão, número de série e licenciamento);

3.6.2. Módulo Compras e Licitações

3.6.2.1. Permitir integração entre os módulos Compras e Licitações, Estoque, Credores, Pregão e Contabilidade;

3.6.2.2. Cadastro e manutenção de usuários;

3.6.2.3. Gerenciamento e definições e controle de acessos dos usuários;

3.6.2.4. Permitir alteração de senha de usuários;

3.6.2.5. Permitir a verificação de ações do usuário, tipo edição, inclusão, exclusão através do log no sistema;

3.6.2.6. Portal da Transparência Publicação de contratos, aditivos, apostilamento, rescisão e específicos (Ex. Covid-19);

3.6.2.7. Permitir o cadastro de dados do cliente;

3.6.2.8. Consultas aos centros de custo, unidades e subunidades;

3.6.2.9. Permitir o cadastro de solicitantes, com vinculação de centro de custo e almoxarifados;

3.6.2.10. Permitir o cadastro de custeio e aplicação;

3.6.2.11. Permitir o cadastro de motivos de devoluções;

3.6.2.12. Permitir o cadastro de forma de pagamento;

3.6.2.13. Permitir o cadastro do critério de aceitabilidade;

3.6.2.14. Permitir o cadastro da Legislação Municipal para Licitação;

3.6.2.15. Permitir o cadastro das modalidades de licitação;

3.6.2.16. Permitir o cadastramento de comissões julgadoras: especial, permanente, leiloeiros

- e agentes de contratação, informando as portarias e datas de designação e suas vigências;
- 3.6.2.17. Permitir o cadastro de tipo de aditivos;
- 3.6.2.18. Permitir o cadastro de cargos e funções;
- 3.6.2.19. Consulta ao cadastro de Fornecedores/Credores;
- 3.6.2.20. Utilizar registro geral de fornecedores, desde a geração do edital de chamamento até o fornecimento do “Certificado de Registro Cadastral”, controlando o vencimento de documentos, bem como registrar a inabilitação por suspensão ou rescisão do contrato;
- 3.6.2.21. Ser totalmente integrado ao sistema de credores;
- 3.6.2.22. Permitir cadastramento de solicitações de compras através de qualquer terminal de computador que tenha acesso ao banco de dados e respeitando as permissões dos usuários;
- 3.6.2.23. Permitir a classificação orçamentária no momento do cadastramento das solicitações de compras;
- 3.6.2.24. Ser integrado com o sistema de almoxarifado permitindo cadastrar solicitações somente com itens validados pela contabilidade e classificados como itens de compras pelos responsáveis dos almoxarifados;
- 3.6.2.25. Permitir o cadastro e gerenciamento de Ata de Registro de Preços;
- 3.6.2.26. Permitir o cadastro e gerenciamento Adesão à Ata de Registro de Preços;
- 3.6.2.27. Permitir o cadastro de solicitações de receitas para casos em que o órgão terá valores a receber;
- 3.6.2.28. Permitir cancelar uma solicitação de compras;
- 3.6.2.29. Permitir inativar um registro de preço;
- 3.6.2.30. Copiar solicitações de compras do ano vigente e de exercícios anteriores;
- 3.6.2.31. Deverá integrar-se com a contabilidade permitindo análise contábil das solicitações de compras, bem como a classificação orçamentária (prévia) dos mesmos;
- 3.6.2.32. Permitir o controle gerencial das solicitações de compras, os quais poderão ser devidamente liberados eletronicamente pelo gestor de cada Secretaria, antes de chegar à etapa de efetivação da compra;
- 3.6.2.33. Permitir a devolução e/ou estorno de movimentações das solicitações de compras;
- 3.6.2.34. Controle de devolução eletrônica com filtro por usuário ou por secretaria;
- 3.6.2.35. Permitir o envio das solicitações para compras ou licitação;
- 3.6.2.36. Consulta ao cadastro geral das solicitações;
- 3.6.2.37. Consulta ao cadastro geral de itens;
- 3.6.2.38. Consulta e cadastro de Ordem de Fornecimento para entrada de mercadorias no estoque;
- 3.6.2.39. Consulta à situação de Documentos Fiscais, quanto à movimentação de entrada, liquidação e retenção de impostos;

- 3.6.2.40. Consulta e cadastro de pesquisas de preços para gerar estimativo (preço médio);
- 3.6.2.41. Permitir o agrupamento de solicitações de compras, visando o princípio da economicidade;
- 3.6.2.42. Formalizar os processos de acordo com as Modalidades exigidas em Lei bem como por Dispensa ou Inexigibilidade;
- 3.6.2.43. Registrar os processos licitatórios identificando o número do processo, objeto, solicitação de compra a atender, modalidade de licitação e datas do processo e responsáveis;
- 3.6.2.44. Possuir meios de acompanhamento de todo o processo da abertura, julgamento de processos licitatórios, registrando a habilitação, proposta comercial e emissão de mapas comparativos de preços;
- 3.6.2.45. Permitir a geração, importação e exportação de planilhas para preenchimento de propostas comerciais;
- 3.6.2.46. Permitir consulta ao preço praticado nas licitações, por fornecedor ou material;
- 3.6.2.47. Permitir a execução de processos licitatórios registrando habilitação, proposta de preços e julgamento e inversão das fases;
- 3.6.2.48. Permitir cadastramento de marcas de materiais, visando manter/estabelecer o controle de qualidade dos itens adquiridos pela entidade;
- 3.6.2.49. Permitir o cadastro de pré-empenho com valor total ou parcial da contratação (Autorização de Empenho);
- 3.6.2.50. Permitir o cadastro e o controle de saldo de ordem de fornecimento;
- 3.6.2.51. Permitir o parcelamento e cancelamento de ordens de compra;
- 3.6.2.52. Permitir o cadastro e controle de agenda de licitações;
- 3.6.2.53. Controle de cancelamento eletrônico das solicitações de compras;
- 3.6.2.54. Permitir realizar o cadastro de anulação da Autorização de Empenho;
- 3.6.2.55. Permitir realizar o bloqueio de itens de Registro de Preços;
- 3.6.2.56. Permitir realizar a convocação de novo fornecedor de processo licitatório;
- 3.6.2.57. Permitir a incorporação de fornecedor/credor;
- 3.6.2.58. Emitir relatório com informações sobre os limites de compras por categorias de materiais;
- 3.6.2.59. Emitir relatório para apuração geral de solicitações de compras por período e por unidade requisitante;
- 3.6.2.60. Emitir relatório de Compras por modalidade, permitindo filtrar por período, fornecedor, objeto entre outros, trazendo as informações atualizadas até o período escolhido;
- 3.6.2.61. Emitir relatório para apuração de processos instaurados por período e por unidade requisitante;
- 3.6.2.62. Emitir relatório para controle de saldo de registro de preço com filtro por item;

- 3.6.2.63. Emitir relatórios de envio obrigatório aos Tribunais de Contas de Minas Gerais;
- 3.6.2.64. Emitir relatório para controle de valores empenhados por unidade requisitante;
- 3.6.2.65. Emitir relatório para controle de vigência e de saldo de contratos por período;
- 3.6.2.66. Realizar a importação dos processos licitatórios, contratos, aditivos, dispensas e inexigibilidades para prestação de contas ao Tribunal;
- 3.6.2.67. Permitir que os relatórios possam ser salvos em formato texto de forma que possam ser importados em outros aplicativos;
- 3.6.2.68. Integração completa com o Sistema de Pregão Presencial.

3.6.3. Módulo Pregão

- 3.6.3.1. Deverá atender a legislação vigente e auxiliar o pregoeiro na condução do processo licitatório:
- 3.6.3.2. Gerenciamento e definições e controle de acessos dos usuários;
- 3.6.3.3. Permitir alteração de senha de usuários;
- 3.6.3.4. Permitir a verificação de ações do usuário, tipo edição, inclusão, exclusão através do log no sistema;
- 3.6.3.5. Permitir a definição do número mínimo e máximo de participantes para rodadas de lances;
- 3.6.3.6. Permitir configurar o valor de referência para aparecer na sessão de lances do pregão;
- 3.6.3.7. Permitir o cadastro de pregoeiro (a) e equipes de apoio com possibilidade de adequação da equipe conforme processo;
- 3.6.3.8. Permitir a execução do pregão por item ou lote de itens;
- 3.6.3.9. Permitir inserir descrição do lote;
- 3.6.3.10. Permitir o cadastro e execução da sessão de pregão;
- 3.6.3.11. Permitir que a definição de lotes e forma de julgamento sejam importados automaticamente do sistema de licitações conforme definido em minuta e edital de licitação;
- 3.6.3.12. Permitir a geração, importação e exportação de planilhas para preenchimento de propostas comerciais;
- 3.6.3.13. Permitir o Credenciamento de Empresas com respectivos representantes;
- 3.6.3.14. Permitir a suspensão do item/lote para efetivar diligências, permitindo o progresso do pregão e a definição do estado do item/lote.
- 3.6.3.15. Permitir a desclassificação participantes no ato do credenciamento e documentos;
- 3.6.3.16. Permitir a identificação do fornecedor diferenciado de acordo com Lei Complementar 123/2006;
- 3.6.3.17. Calcular e classificar automaticamente as propostas de acordo com valor informado em percentual (%), podendo ser cotado por preço ou melhor desconto, respeitando a legislação

vigente;

3.6.3.18. Possibilitar que o (a) pregoeiro (a) classifique fornecedores definindo número mínimo e máximo de participantes para rodadas de lances;

3.6.3.19. Permitir que o Valor de Referência seja importado automaticamente do sistema de licitação conforme cotação previamente registrada;

3.6.3.20. Permitir a emissão das propostas comerciais;

3.6.3.21. Permitir a reprovação de propostas em desacordo com o edital licitatório;

3.6.3.22. Registrar os lances em ordem cronológica (data, hora, minuto e fração de minuto);

3.6.3.23. Informar valor mínimo do lance e automaticamente o fornecedor que dará o lance seguinte;

3.6.3.24. Ordenar automaticamente os ganhadores dos lotes conforme rodada de lances;

3.6.3.25. Classificar ganhadores automaticamente quando não houver lances, permitindo desempate quando propostas têm valores iguais;

3.6.3.26. Permitir o desempate de propostas em caso de “Empate Ficto” previsto na Lei Complementar nº 123/2006;

3.6.3.27. Permitir a Classificação Técnica do Fornecedor, e se não aprovado, disponibiliza automaticamente os ganhadores seguintes para classificação;

3.6.3.28. Permitir a inabilitação de um fornecedor pela falta de regularidade jurídica, fiscal ou trabalhista;

3.6.3.29. Possuir parâmetros que definem o critério de encerramento e apuração do lote conforme situação deste;

3.6.3.30. Permitir a Habilitação dos ganhadores com reclassificação em caso de não habilitação;

3.6.3.31. Apurar automaticamente os lotes, encerrando-os conforme critério definido para situação do lote;

3.6.3.32. Emissão de Ata: Deverá ser totalmente formatável conforme ocorrências do certame;

3.6.3.33. Permitir a Emissão de Relatórios Gerenciais:

3.6.3.34. Lista de Presença;

3.6.3.35. Relatório de Propostas;

3.6.3.36. Relatório de Lances;

3.6.3.37. Mapa de Apuração de Ganhadores;

3.6.3.38. Vantagens Financeiras: demonstrar a economia do dinheiro público advindo da execução do Pregão através de relatórios gerenciais;

3.6.3.39. Permitir a integração com outras plataformas Tipo Pregão Eletrônico.

3.6.4. Módulo Registro de Preços

- 3.6.4.1. Atender aos procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços, aquisição e locação de bens, para contratações futuras, realizado por meio de uma única licitação, na modalidade de concorrência ou pregão, em que as empresas disponibilizem os bens e serviços a preços e prazos registrados em ata específica e que a aquisição ou contratação é feita quando melhor convier aos órgãos/Entidades que integram a Ata. Atendendo a Lei Federal nº 14.133/21, que institui as normas para licitações e contratos da administração Pública;
- 3.6.4.2. Trabalhar totalmente integrado com os sistemas de Credores, Compras/Licitações e Pregão;
- 3.6.4.3. Permite a visualização das Atas vencidas ou a vencer;
- 3.6.4.4. Permite elaborar cotação contemplando as demandas do órgão gerenciador e dos órgãos participantes.
- 3.6.4.5. Permite o agrupamento de materiais;
- 3.6.4.6. Permite o critério de julgamento o menor preço aferido pela oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado;
- 3.6.4.7. Permite itens em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade;
- 3.6.4.8. Registra e emite solicitações de entrega ao fornecedor, mediante a necessidade demandada;
- 3.6.4.9. Permite o realinhamento/reajustes de preços da ata registrada, mediante contrato;
- 3.6.4.10. Permite o lançamento de aditivos quantitativos de contrato de Ata de Registro de Preços de unidades administrativas que já estavam no processo ou novas unidades;
- 3.6.4.11. Permite o remanejamento/transferência de cotas entre os participantes do processo e entre unidades administrativas que não participaram do certame;
- 3.6.4.12. Exportar as cotações de Registro de Preços para programas de planilhas eletrônicas;
- 3.6.4.13. Possuir opção para consolidar o Registro de Preços, para que não possa ser alterado erroneamente e com isto dar continuidade aos procedimentos;
- 3.6.4.14. Permitir cotação dos valores, enviando, via e-mail, a planilha de Registro de Preços, para os fornecedores selecionados;
- 3.6.4.15. Importar e atualizar automaticamente, via planilha eletrônica, os valores enviados pelos fornecedores;
- 3.6.4.16. Permitir realizar o cadastro de Instrumento Contratual direto da Ata de Registro de Preços;
- 3.6.4.17. Permitir aditivos quantitativos e ajustes de valores (adequação do mercado atual) de contrato, de acordo com a legislação vigente.

3.6.5. Módulo de Adesão a Ata de Registro de Preço/Carona

- 3.6.5.1. Permitir o cadastramento do número do processo de adesão do órgão à Ata de Registro de Preços;
- 3.6.5.2. Permitir o cadastro da data de abertura do processo de adesão do órgão à Ata de registro de Preços;
- 3.6.5.3. Permitir o cadastro do órgão ou entidade da administração pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preço e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente. (nome do órgão gerenciador do registro de preços);
- 3.6.5.4. Permitir o cadastrado do exercício em que foi instaurado o procedimento licitatório pelo órgão gerenciador;
- 3.6.5.5. Permitir o cadastro número sequencial do processo Licitatório cadastrado no órgão gerenciador do registro de preços por exercício;
- 3.6.5.6. Permitir o cadastro da modalidade de licitação do órgão gerenciador (Concorrência ou Pregão);
- 3.6.5.7. Permitir o cadastro do número sequencial da modalidade;
- 3.6.5.8. Permitir o cadastro da data da Ata do Registro de Preço;
- 3.6.5.9. Permitir o controle da data de validade da Ata de Registro de Preços;
- 3.6.5.10. Permitir o cadastro da natureza do procedimento, órgão Participante ou órgão não participante;
- 3.6.5.11. Permitir o cadastro do objeto da Adesão;
- 3.6.5.12. Permitir o cadastro do responsável pela aprovação do pedido de adesão;
- 3.6.5.13. Permitir o critério de adjudicação a oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado;
- 3.6.5.14. Permitir a realização do processo por lote;
- 3.6.5.15. Permitir o cadastro detalhamento da pesquisa de preço do Objeto da adesão;
- 3.6.5.16. Permitir o cadastro da quantidade licitada do item pelo órgão gerenciador conforme Ata de Registro de Preços;
- 3.6.5.17. Permitir o cadastro da quantidade estimada do item para adesão;

3.6.6. Módulo de Contrato Administrativos

- 3.6.6.1. Permitir informar os dados relativos aos instrumentos de contratos, termos de parceria e contratos de gestão com pessoas físicas e jurídicas.
- 3.6.6.2. Permitir formalizar Termos Aditivos para mais de um órgão da Administração Pública Municipal;
- 3.6.6.3. Permitir o cadastro de contratos e o controle do saldo, anulações, cancelamentos e

aditamentos contratuais, apostilamento e rescisão, suspensão e revogação;

3.6.6.4. Permitir o detalhamento dos itens dos Termos Aditivos;

3.6.6.5. Permitir o detalhamento dos itens contratos, quantidade, unidade de medida do material ou serviço e valor unitário;

3.6.6.6. Permitir o detalhamento dos Créditos Orçamentários pelo qual correrá a dispensa, com indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

3.6.6.7. Permitir o detalhamento de motivo dos termos de rescisão contratual;

3.6.6.8. Permitir controle de número de contratos;

3.6.6.9. Permitir cadastro do prazo da execução;

3.6.6.10. Permitir cadastro forma de pagamento;

3.6.6.11. Permitir cadastro de multa rescisória;

3.6.6.12. Permitir cadastro do fiscal e do signatário.

3.7. SISTEMA DE GESTÃO DE NOTAS DE FORNECEDOR

3.7.1. Possuir opção de recuperação de login de acesso ao sistema, com validação por e-mail.

3.7.2. Permitir a criação de usuários, possibilitando especificar os menus que determinado usuário poderá acessar, bem como links e botões.

3.7.3. Permitir a criação de grupos de usuários, possibilitando especificar os menus que determinado grupo poderá acessar, bem como links e botões.

3.7.4. Permitir a criação/controle de usuários, possibilitando a definição de menus a serem acessados, bem como controle em qualquer tela de manutenção de cadastro do sistema, a definição de perfil básico como fornecimento de fotos, alteração de senha e layout de tela ideal.

3.7.5. Permitir a inserção de senhas em relatórios no formato PDF.

3.7.6. Permitir a criação de filtros de consulta por tabela, possibilitando a pesquisa conforme o tipo de dado (numérico, texto ou data), posição da informação no campo (início, meio ou fim), bem como um conjunto de campos, podendo especificar a ordem do resultado, e ainda sendo possível salvar o filtro para sua futura utilização.

3.7.7. Tanto os filtros quanto as definições de relatórios dos cadastros deverão ser customizáveis por usuário.

3.7.8. Permitir ao usuário acesso ao módulo em mais endereços simultaneamente.

3.7.9. Permitir a criação de tabelas conforme necessidade bem como permitir a entrada de dados para estas tabelas.

3.7.10. Possuir mecanismo de ajuda nas telas/campos que forem relevantes.

3.7.11. Permitir realizar a decodificação (capturar coordenadas geográficas) de cadastros relevantes que possuam endereços, para visualização em algum mapa.

3.7.12. Permitir especificar quais informações deverão serem visualizadas no mapa através de definição de filtro efetuada conforme interesse do usuário.

3.7.13. Possibilidade de definir o tipo de marca (ponto, imagem, pulsante, etc.) para os filtros que forem assinalados para serem exibidos no mapa, conforme a informação desejada.

3.7.14. Possuir mecanismo de criação de gráficos em cada tela de manutenção de cadastro do sistema, permitindo, ao usuário, definir os campos de impressão, armazenamento da definição para futuras impressões, impressão do relatório propriamente dito, armazenamento do relatório impresso, definição dos formatos de impressão e permitir tais definições e controles por usuário.

3.7.15. Todos os relatórios, bem como quaisquer documentos impressos pelo sistema, deverão possuir QRCode de forma a permitir verificação de sua autenticidade através da leitura do mesmo.

3.7.16. Deverá possuir mecanismo de Geocodificação nos locais onde houver dados para o mesmo, (essencialmente endereços) de forma a permitir a plotagem das coordenadas obtidas sobre algum mapa como GoogleMaps.

3.7.17. Notificações de Processos em Andamento e Concluídos. O sistema deve incluir um recurso de notificações intuitivas. Este recurso informará os usuários sobre processos em andamento e concluídos, permitindo um acompanhamento fácil e rápido das atualizações e status, garantindo que os usuários permaneçam informados de maneira eficiente.

3.7.18. Personalização do Perfil do Usuário. O sistema deve oferecer um ambiente de personalização do perfil do usuário, permitindo a definição de um avatar (foto), ajuste do tamanho da fonte, configuração do tempo de login, posição do menu principal e variação de cores do sistema. Além disso, os usuários poderão escolher entre emitir sons ou silenciar as notificações, proporcionando uma experiência personalizada e adaptada às suas preferências.

3.7.19. Customização do Dicionário de Tela. O sistema deve permitir a customização do dicionário de tela, possibilitando a definição de descrições dos campos, condições de obrigatoriedade de preenchimento e seleção das colunas a serem exibidas nos GRIDs. Além disso, os usuários poderão especificar os tipos de arquivos permitidos para anexação e os limites de tamanho desses arquivos. Essa flexibilidade garantirá que o sistema atenda às necessidades específicas de cada usuário e facilite a usabilidade e organização das informações.

3.7.20. Personalização de Filtros e Grids de Tela. O sistema deve permitir a personalização de filtros e grids de tela, possibilitando que o usuário crie filtros específicos para consultas e ajuste os grids que serão exibidos em cada tela. Essa funcionalidade proporcionará uma experiência de uso mais eficiente, permitindo que os usuários organizem e visualizem as informações de acordo com suas necessidades e preferências, melhorando a agilidade na tomada de decisões e na análise de dados.

3.7.21. Montagem Personalizada de Relatórios. O sistema deve permitir que o usuário monte relatórios personalizados, definindo nome, formato, extensão, colunas a serem incluídas e

opções de agrupamento. Os usuários poderão salvar essas configurações em seus perfis, facilitando o acesso e a reutilização de relatórios específicos conforme suas necessidades. Além disso, os relatórios poderão ser gerados em segundo plano, permitindo que o usuário continue suas atividades enquanto o relatório é processado, e enviados diretamente para o e-mail do usuário, garantindo praticidade e agilidade na obtenção de informações.

3.7.22. Permitir que fornecedores façam seu cadastro inicial para obter acesso ao portal.

3.7.23. Campos obrigatórios:

- Nome, CNPJ, e-mail, telefone, endereço, senha de acesso.
- Validação de CNPJ único.
- Validação de dados básicos e autenticação.

3.7.24. Permitir o envio de notas fiscais pelos fornecedores através do portal, incluindo campos para:

- Número da AE (Autorização de Empenho).
- Número da OF (Ordem de Fornecimento).
- Anexar a nota fiscal (em formato PDF ou imagem).
- Verificação do formato de arquivo.

3.7.25. Permitir que os responsáveis no local de recebimento do Órgão Público visualizem todas as notas enviadas pelos fornecedores e as confirmem.

3.7.26. Exibição de status das notas (Aguardando, Conferida, Devolvida).

3.7.27. Possibilidade de tramitar a nota para o Setor Tributário ou devolvê-la ao fornecedor com justificativa.

3.7.28. Permitir que o Setor Tributário da Prefeitura receba, verifique e, se necessário, altere valores de retenção nas notas fiscais.

3.7.29. Conferência de valores e retenções.

3.7.30. Possibilidade de ajustar valores de retenção.

3.7.31. Exibição de notas aguardando conferência.

3.7.32. Permitir que o Setor Contábil da Prefeitura receba as notas fiscais aprovadas pelo Setor Tributário e realize o processamento e liquidação da nota.

3.7.33. Autopreenchimento dos dados da nota a partir do cadastro anterior.

3.7.34. Tramitação das notas para a Tesouraria para pagamento.

3.7.35. Exibição de notas aprovadas para liquidação.

3.7.36. Permitir que a Tesouraria visualize todas as notas fiscais e liquidações pendentes de pagamento.

3.7.37. Possibilidade de realizar o pagamento das notas fiscais.

3.7.38. Marcação das notas como pagas.

3.7.39. Exibição de notas e liquidações pendentes.

3.7.40. Permitir que qualquer responsável devolva uma nota ao estágio anterior com uma justificativa, quando necessário para correção.

3.7.41. Exibição de histórico de devoluções e observações sobre as correções necessárias.

- 3.7.42. Possibilidade de devolução para o fornecedor ou setor responsável.
- 3.7.43. Permitir que os fornecedores acompanhem o trâmite das suas notas fiscais em tempo real.
- 3.7.44. Exibição de status da nota (Aguardando, Em Processamento, Devolvida, Aprovada, Liquidada, Paga).
- 3.7.45. Registrar todos os trâmites das notas fiscais em logs para garantir rastreabilidade e transparência.
- 3.7.46. Registro de cada etapa do processo, como aprovação, alteração e devolução de notas.
- 3.7.47. Identificação do usuário responsável por cada ação no sistema.
- 3.7.48. Garantir que o sistema seja acessível tanto em desktop quanto dispositivos móveis.
- 3.7.49. Plataforma web responsiva para facilitar o acesso em qualquer dispositivo.
- 3.7.50. Implementar autenticação via login e senha, com controle de acesso por perfil (fornecedor, do Órgão Público, setores internos).
- 3.7.51. Garantir que o sistema seja seguro e restrito conforme o perfil de usuário.
- 3.7.52. Ser desenvolvido com arquitetura de microserviços para garantir modularidade, escalabilidade e integração com sistemas existentes.
- 3.7.53. Possuir integração com sistemas de contabilidade e tributação da Prefeitura.
- 3.7.54. Possibilitar a tramitação eletrônica de documentos, atestes, liquidações e registros administrativos, de forma a reduzir o uso de papel, racionalizar recursos e promover maior eficiência administrativa, contribuindo para práticas sustentáveis compatíveis com a natureza do objeto.

3.8. SISTEMA DE GESTÃO DE ALMOXARIFADOS E ESTOQUES

3.8.1. Módulo de Controle e Administração de Estoque

- 3.8.1.1. Permitir o cadastro e manutenção dos itens dos almoxarifados com total integração com o Sistema de Contabilidade, no qual são validados;
- 3.8.1.2. Permitir a classificação prévia dos itens, informando se um determinado item é para compra ou apenas para ser requisitado ao almoxarifado;
- 3.8.1.3. Utilizar centros de custo na distribuição de materiais para apropriação e controle do consumo;
- 3.8.1.4. Emitir relatórios destinados à Prestação de Contas aos Tribunais de Contas da União e do Estado;
- 3.8.1.5. Possuir controle da localização física dos materiais no estoque;
- 3.8.1.6. Manter controle efetivo sobre as requisições de materiais, permitindo atendimento parcial de requisições e mantendo o controle sobre o saldo não atendido das requisições;
- 3.8.1.7. Efetuar cálculo automático do preço médio dos materiais;
- 3.8.1.8. Controlar o estoque mínimo e máximo dos materiais;

- 3.8.1.9. Permitir o gerenciamento integrado dos estoques de materiais existentes nos diversos almoxarifados;
- 3.8.1.10. Manter e disponibilizar em consultas e relatórios, informações históricas relativas à movimentação do estoque para cada material, de forma analítica;
- 3.8.1.11. Tratar devolução de materiais ao almoxarifado;
- 3.8.1.12. Possuir integração com o sistema de compras/Licitações permitindo verificar o andamento dos processos de compras, bem como as fases dos processos licitatórios cadastrados com base nas solicitações de Compras;
- 3.8.1.13. Tratar entrada de materiais recebidos em doação/troca/empréstimo/convênios.
- 3.8.1.14. Possibilitar análise de consumo mensal de itens por almoxarifado de alocação;
- 3.8.1.15. Possibilitar análise de consumo mensal de itens por centro de custo (em qualquer nível da hierarquia da secretaria);
- 3.8.1.16. Permitir controlar a aquisição de materiais de aplicação imediata;
- 3.8.1.17. Permitir o controle de datas de vencimento de materiais perecíveis;
- 3.8.1.18. Possibilitar restringir o acesso dos usuários somente a almoxarifados específicos;
- 3.8.1.19. Possibilitar que determinados itens sejam requisitados apenas por determinados centros de custos, os quais são previamente relacionados aos usuários do sistema;
- 3.8.1.20. Possuir registro de Entradas e controle de pendências de entrega de itens totalmente integrado ao sistema de Compras/Licitações;
- 3.8.1.21. Possibilidade de controle de medicamentos por lotes e validade, emitindo alerta sempre que o lote a ser distribuído não seja o de validade mais próxima.
- 3.8.1.22. Possibilitar saída de itens por inutilização exigindo a justificativa para tal (perdas, vencimentos).
- 3.8.1.23. Diferenciação de perfil de acesso definido por usuário.
- 3.8.1.24. Permitir o cadastro e manutenção de perfil de usuários;

3.9. SISTEMA DE GESTÃO DE PATRIMÔNIO

3.9.1. Módulo de Patrimônio

- 3.9.1.1. Permitir o controle dos bens recebidos ou cedidos em comodato a outros órgãos da administração pública;
- 3.9.1.2. Manter o controle do responsável e da localização dos bens patrimoniais;
- 3.9.1.3. Emitir Termo de Guarda e Responsabilidade, individual ou coletivo dos bens;
- 3.9.1.4. Permitir o cadastramento dos bens móveis de forma individual ou por lote;
- 3.9.1.5. Permitir a inclusão dos bens móveis por lote, numerando-os automaticamente à partir do último número existente;
- 3.9.1.6. Permitir da mesma forma, a exclusão por lote, eliminando de uma só vez todos os bens

relacionados ao mesmo;

3.9.1.7. Permitir a transferência dos bens de forma global, ou seja, todos os bens que estão em um determinado local para outro;

3.9.1.8. Permitir a transferência dos bens de um local para outro de forma individual;

3.9.1.9. Permitir o controle da destinação dos bens patrimoniais em desuso (alienação, sessão e baixa);

3.9.1.10. Emitir recibo de transferência de bens;

3.9.1.11. Permitir registrar o processo licitatório, empenho e nota fiscal referentes ao item;

3.9.1.12. Integrar seus sistemas de Estoque de forma a vincular o bem ao cadastro único de itens, podendo o usuário responsável acrescentar informações complementares;

3.9.1.13. Permitir a integração com o Sistema de IPTU de forma a automatizar o cadastramento dos bens imóveis, atualizando automaticamente as informações comuns, tais como, endereço, valor venal, valor predial, etc.;

3.9.1.14. Possuir o cadastro dos Bens Intangíveis.

3.9.1.15. Permitir a incorporação dos bens de forma automática, através do cadastro das notas fiscais e/ou empenhos liquidados e ainda não incorporados. A rotina deverá permitir que o usuário possa visualizar todos os bens já liquidados e ainda não incorporados e automaticamente cadastrá-los.

3.9.1.16. Permitir fazer a incorporação complementar para os Bens Imóveis;

3.9.1.17. Possibilitar a vinculação entre itens patrimoniais (agregação), de forma que possam ser tratados como um único bem, possibilitando sua desvinculação a qualquer momento;

3.9.1.18. Manter registro histórico de todas as movimentações dos itens patrimoniais;

3.9.1.19. Permitir a baixa individual ou por lote dos bens móveis;

3.9.1.20. Permitir a baixa individual dos bens imóveis e veículos;

3.9.1.21. Não permitir nenhuma movimentação de inclusão, alteração ou exclusão, dos bens patrimoniais e de suas movimentações caso o mês esteja bloqueado pela contabilidade;

3.9.1.22. Manter registro histórico de todas as movimentações dos itens patrimoniais;

3.9.1.23. Permitir a emissão de pelo menos dos seguintes relatórios:

- Inventário de bens patrimoniais;

- Emissão e etiquetas de bens patrimoniais com o logotipo da entidade;

- Relação de bens a incorporar;

- Auto de transferência de bens patrimoniais;

- Arrolamento das existências

- Demonstrativo das movimentações de depreciações, amortizações e exaustão dos bens patrimoniais;

- Baixa de Bens

3.9.1.24. Todos os relatórios acima deverão permitir que o usuário possa emití-los de forma consolidada, por entidade ou por junção de entidades específicas;

3.9.1.25. Permitir a criação de agrupamentos de bens, de forma a estabelecer para os

mesmos uma metodologia padrão de alíquota de depreciação, amortização ou exaustão e vida útil;

3.9.1.26. Permitir no momento do cadastro que o bem possa ter uma característica própria diferente das especificadas no agrupamento dos bens, conforme descritos acima;

3.9.1.27. Permitir no momento do cadastro dos bens, determinar para os mesmos a modalidade de tombamento, a data para início contábil, o valor líquido contábil, o valor residual;

3.9.1.28. Permitir que as metodologias definidas nos agrupamentos dos bens possam ser alteradas em um determinado mês, modificando os cálculos a serem processados a partir deste momento. Os valores já processados deverão permanecer conforme a metodologia da época;

3.9.1.29. Permitir fazer a reavaliação patrimonial dos bens de forma automática a qualquer momento, desde que o mês não esteja bloqueado pela contabilidade. O sistema deverá permitir que o usuário possa fazer diversos filtros, tais como por agrupamentos de bens, descrição, período de aquisição, entre outros, de forma a selecionar os bens a serem reavaliados;

3.9.1.30. Permitir no momento da reavaliação que o usuário possa escolher a forma de cálculo a ser aplicada, onde deverá conter pelo menos as opções de:

- Determinar um valor específico;
- Aplicar um percentual sobre o valor do bem;
- Aplicar a metodologia Fator de Reavaliação (CASP);

3.9.1.31. Permitir o cálculo mensal das depreciações, amortizações e exaustão de todos os bens em um só momento, desde que o mês não esteja bloqueado pela contabilidade;

3.9.1.32. Permitir que o usuário possa excluir todo o cálculo mensal em um só momento, desde que o mês não esteja bloqueado pela contabilidade;

3.10. SISTEMA DE GESTÃO DE FROTAS

3.10.1. Módulo de Controle e Administração de Frotas

3.10.1.1. Gerenciar todo o cadastro de veículos públicos e seus acessórios;

3.10.1.2. Fornecer ao gestor público ferramentas de administração que os permita controlar consumo de combustíveis, deslocamento de veículos, quilometragem, gastos com peças e serviços;

3.10.1.3. Permitir o cadastro dos locais (centros de custo) e possuir integração com de centros de custos utilizados pelos sistemas integrados de Compras, Licitações e Estoque;

3.10.1.4. Possuir integração com Cadastro Único de Credores / Fornecedores do Município;

3.10.1.5. Permitir o cadastro de peças e acessórios utilizados nos veículos;

3.10.1.6. Permitir o cadastro dos tipos de contratação de veículos (por km rodado, por hora, fixo mensal);

3.10.1.7. Permitir o cadastro dos veículos com identificação do proprietário, local de lotação do veículo, classificação do veículo (próprio, contratado ou conveniado) e os dados de acordo

com os padrões do DETRAN;

3.10.1.8. Permitir a associação de acessórios aos veículos cadastrados;

3.10.1.9. Permitir o cadastro dos motoristas associando-os ao veículo de sua responsabilidade;

3.10.1.10. Permitir o cadastro das manutenções dos veículos a partir da nota fiscal dos serviços prestados.

3.10.1.11. Permitir o registro das notas de abastecimento por veículo/data, possibilitando o controle de quilometragem versus quantidade de litros abastecida;

3.10.1.12. Permitir o registro das liberações dos veículos a cada saída do pátio;

3.10.1.13. Permitir o registro do retorno dos veículos ao pátio;

3.10.1.14. Permitir o controle de circulação dos veículos, a partir do registro do solicitante (local que requisitou o veículo), do motorista, da data/hora/quilometragem da saída e data/hora/quilometragem da chegada;

3.10.1.15. Permitir o cadastro de lançamento da circulação dos veículos de transporte escolar;

3.10.1.16. Apurar, mediante relatórios, da quilometragem rodada por veículo em cada local solicitado ou geral por local;

3.10.1.17. Apurar, mediante relatórios, do fornecimento de combustível por veículo, por posto ou por data de abastecimento;

3.10.1.18. Apurar, mediante relatórios, das manutenções efetuadas por veículo no período;

3.10.1.19. Apurar, mediante relatórios, das manutenções efetuadas por nota fiscal registrada no período;

3.10.1.20. Apurar, mediante relatórios, das circulações de veículos registradas por veículo ou por solicitante no período;

3.10.1.21. Apurar, mediante relatórios, das manutenções de serviços ou de peças por veículo.

3.11. SISTEMA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA

3.11.1. Características Gerais dos Sistemas

3.11.1.1. Estar disponível em ambiente Web, sem limitações de acessos simultâneos e incluído no site da Prefeitura Municipal.

3.11.1.2. Deverá ser totalmente responsivo, ou seja, adaptar à tela no qual será executado (celular, tablet etc.).

3.11.1.3. Possuir opção de auto cadastramento para criação de credenciais de acesso ao sistema, com validação por e-mail

3.11.1.4. Possuir opção de recuperação de login de acesso ao sistema, com validação por e-mail.

- 3.11.1.5. Permitir a criação de usuários, possibilitando especificar os menus que determinado usuário poderá acessar, bem como links e botões.
- 3.11.1.6. Permitir a criação de grupos de usuários, possibilitando especificar os menus que determinado grupo poderá acessar, bem como links e botões.
- 3.11.1.7. Permitir a criação/controle de usuários, possibilitando a definição de menus a serem acessados, bem como controle em qualquer tela de manutenção de cadastro do sistema, a definição de perfil básico como fornecimento de fotos, alteração de senha e layout de tela ideal.
- 3.11.1.8. Permitir a inserção de senhas em relatórios no formato PDF.
- 3.11.1.9. Permitir a criação de filtros de consulta por tabela, possibilitando a pesquisa conforme o tipo de dado (numérico, texto ou data), posição da informação no campo (início, meio ou fim), bem como um conjunto de campos, podendo especificar a ordem do resultado, e ainda sendo possível salvar o filtro para sua futura utilização.
- 3.11.1.10. Tanto os filtros quanto as definições de relatórios dos cadastros deverão ser customizáveis por usuário.
- 3.11.1.11. Permitir informar em qual endereço ip ou quais, o usuário poderá acessar o sistema.
- 3.11.1.12. Permitir ao usuário acesso ao módulo em mais endereços simultaneamente.
- 3.11.1.13. Permitir a criação de tabelas conforme necessidade bem como permitir a entrada de dados para estas tabelas.
- 3.11.1.14. Possuir mecanismo de ajuda nas telas/campos que forem relevantes.
- 3.11.1.15. Permitir realizar a decodificação (capturar coordenadas geográficas) de cadastros relevantes que possuam endereços, para visualização em algum mapa.
- 3.11.1.16. Possuir mecanismo de criação de gráficos em cada tela de manutenção de cadastro do sistema, permitindo, ao usuário, definir os campos de impressão, armazenamento da definição para futuras impressões, impressão do relatório propriamente dito, armazenamento do relatório impresso, definição dos formatos de impressão e permitir tais definições e controles por usuário.
- 3.11.1.17. Impressão de Guias com QR Code PIX. O sistema deve permitir a impressão de guias de pagamento que incluam QR Code para transações via PIX. Essa funcionalidade deve facilitar o processo de pagamento, permitindo que os contribuintes realizem suas quitações de forma rápida e segura por meio de dispositivos móveis. As guias geradas devem seguir os padrões de segurança e usabilidade, garantindo a integridade das informações.
- 3.11.1.18. Emissão de Guias com Autenticidade em QR Code. O sistema deve permitir a emissão de guias contendo um QR Code para autenticação, tanto de forma programada (através de rotinas automatizadas) quanto de forma eventual (sob demanda). O QR Code gerado deve possibilitar a verificação de autenticidade do documento por meio de uma consulta digital, assegurando que as informações contidas na guia possam ser confirmadas e validadas

eletronicamente. Essa funcionalidade deve seguir as normas vigentes de segurança e garantir a integridade dos dados.

3.11.1.19. Todos os relatórios, bem como quaisquer documentos impressos pelo sistema, deverão possuir QRCode de forma a permitir verificação de sua autenticidade através da leitura do mesmo.

3.11.1.20. Deverá possuir mecanismo de Geocodificação nos locais onde houver dados para o mesmo, (essencialmente endereços) de forma a permitir a plotagem das coordenadas obtidas sobre algum mapa como GoogleMaps.

3.11.1.21. Deverá possuir um cadastro único de pessoas (física ou jurídica) possibilitando a utilização em qualquer local do sistema que se faz necessário, de forma a evitar redigitações e duplicações de informações.

3.11.1.22. Notificações de Processos em Andamento e Concluídos. O sistema deve incluir um recurso de notificações intuitivas. Este recurso informará os usuários sobre processos em andamento e concluídos, permitindo um acompanhamento fácil e rápido das atualizações e status, garantindo que os usuários permaneçam informados de maneira eficiente.

3.11.1.23. Personalização do Perfil do Usuário. O sistema deve oferecer um ambiente de personalização do perfil do usuário, permitindo a definição de um avatar (foto), ajuste do tamanho da fonte, configuração do tempo de login, posição do menu principal e variação de cores do sistema. Além disso, os usuários poderão escolher entre emitir sons ou silenciar as notificações, proporcionando uma experiência personalizada e adaptada às suas preferências.

3.11.1.24. Customização do Dicionário de Tela. O sistema deve permitir a customização do dicionário de tela, possibilitando a definição de descrições dos campos, condições de obrigatoriedade de preenchimento e seleção das colunas a serem exibidas nos GRIDs. Além disso, os usuários poderão especificar os tipos de arquivos permitidos para anexação e os limites de tamanho desses arquivos. Essa flexibilidade garantirá que o sistema atenda às necessidades específicas de cada usuário e facilite a usabilidade e organização das informações.

3.11.1.25. Personalização de Filtros e Grids de Tela. O sistema deve permitir a personalização de filtros e grids de tela, possibilitando que o usuário crie filtros específicos para consultas e ajuste os grids que serão exibidos em cada tela. Essa funcionalidade proporcionará uma experiência de uso mais eficiente, permitindo que os usuários organizem e visualizem as informações de acordo com suas necessidades e preferências, melhorando a agilidade na tomada de decisões e na análise de dados.

3.11.1.26. Montagem Personalizada de Relatórios. O sistema deve permitir que o usuário monte relatórios personalizados, definindo nome, formato, extensão, colunas a serem incluídas e opções de agrupamento. Os usuários poderão salvar essas configurações em seus perfis, facilitando o acesso e a reutilização de relatórios específicos conforme suas necessidades. Além disso, os relatórios poderão ser gerados em segundo plano, permitindo que o usuário

continue suas atividades enquanto o relatório é processado, e enviados diretamente para o e-mail do usuário, garantindo praticidade e agilidade na obtenção de informações.

3.11.2. Módulo de IPTU

3.11.2.1. Disponibilizar sistema de gestão cadastral imobiliária que realize o mapeamento detalhado dos imóveis localizados no município, incluindo informações estruturais, localização e uso do solo;

3.11.2.2. Monitorar a inadimplência de tributos imobiliários, possibilitando o acompanhamento contínuo da arrecadação e a identificação de imóveis com pendências fiscais.

3.11.2.3. Disponibilizar funcionalidade de recadastramento imobiliário, permitindo a atualização dos dados dos imóveis para fins de correção de distorções na base de cálculo dos tributos.

3.11.2.4. Gerar relatórios que possibilitem uma visão estratégica do potencial de arrecadação imobiliária e subsidiem o planejamento urbano e financeiro do município.

3.11.2.5. Permitir definição (incluir, editar e excluir) de campos estruturais para as informações referentes ao cadastro Imobiliário, com livre digitação (criação) desses campos pelo usuário, da prefeitura, conforme acesso permitido no cadastro de usuários;

3.11.2.6. Permitir e lançar isenção e imunidade com data de vigência conforme previsto no Código Tributário Municipal (CTM);

3.11.2.7. Emitir etiquetas para mala direta observando o endereço de correspondência apontado nos cadastros Mobiliário e Imobiliário;

3.11.2.8. Possuir rotinas visuais de parametrização para todos os cálculos podendo ser elaboradas e mantidas pelo usuário final;

3.11.2.9. Possuir agenda de vencimentos, controlando os feriados municipais, estaduais e federais;

3.11.2.10. Possuir rotina de recepção e classificação dos dados de arrecadação recebidos dos agentes arrecadadores através de meio eletrônico ou comunicação de dados; - Conciliar os valores repassados pelos agentes arrecadadores ao Tesouro Municipal, acusando diferenças a maior ou a menor dos valores devidos;

3.11.2.11. Possuir integração com o sistema contábil gerando automaticamente lançamentos contábeis da receita arrecadada (através de meio eletrônico, comunicação de dados ou de forma manual) e classificada;

3.11.2.12. Permitir bloquear o acesso de usuário do sistema de acordo com o tipo de cadastro;

3.11.2.13. Permitir a emissão de segunda via de guias de recolhimento de tributos através de Documento de Arrecadação Municipal, com crítica referente ao tipo de tributo;

3.11.2.14. Permitir registrar isenções, não incidência, imunidades e reduções de alíquota, de

acordo com a legislação vigente;

3.11.2.15. Permitir a leitura dos proprietários anteriores no banco de dados corrente;

3.11.2.16. Permitir verificar os dados referentes aos imóveis, como características, dimensões, Cálculos, quitações de pagamentos, referente aos exercícios anteriores;

3.11.2.17. Permitir rotina de transferência em massa dos imóveis cadastrados em uma via para outra via e ainda de um determinado bairro para outro bairro,

3.11.2.18. Permitir visualizar no cadastro do imóvel, os vários contribuintes, quando este tiver mais de um;

3.11.2.19. Permitir pesquisar imóvel de um determinado contribuinte que estiver tanto no cadastro principal do imóvel quanto no imóvel em conjunto com outros contribuintes;

3.11.2.20. Permitir lançar através de rotinas e de forma eventual, informações no histórico de cada inscrição, gerando relatório quando solicitado;

3.11.2.21. Permitir realizar através de rotinas ou de forma eventual a prévia, cálculo, recálculo, exclusão e consistência das inscrições selecionadas;

3.11.2.22. Permitir visualizar os débitos e realizar através de rotinas ou de forma eventual o envio para a dívida em qualquer exercício, ou seja, os dados deverão estar disponíveis nos bancos de dados dos exercícios anteriores para que o usuário possa fazer as consultas ou acertos necessários, quando for o caso;

3.11.2.23. Impressão de Guias com QR Code PIX. O sistema deve permitir a impressão de guias de pagamento que incluam QR Code para transações via PIX. Essa funcionalidade deve facilitar o processo de pagamento, permitindo que os contribuintes realizem suas quitações de forma rápida e segura por meio de dispositivos móveis. As guias geradas devem seguir os padrões de segurança e usabilidade, garantindo a integridade das informações.

3.11.2.24. Emissão de Guias com Autenticidade em QR Code

3.11.2.25. O sistema deve permitir a emissão de guias contendo um QR Code para autenticação, tanto de forma programada (através de rotinas automatizadas) quanto de forma eventual (sob demanda). O QR Code gerado deve possibilitar a verificação de autenticidade do documento por meio de uma consulta digital, assegurando que as informações contidas na guia possam ser confirmadas e validadas eletronicamente. Essa funcionalidade deve seguir as normas vigentes de segurança e garantir a integridade dos dados.

3.11.2.26. Permitir a consulta, edição e exclusão de dados dos exercícios anteriores, bem como: Alterações, inclusões, exclusões do cadastro de imóveis, consistência, prévia, cálculo ou, recálculo, exclusão e emissão de relatórios;

3.11.2.27. Permitir filtrar os dados do imóvel, utilizando uma ou várias características do imóvel;

3.11.2.28. Permitir a confecção de relatórios gerenciais diversos das informações lançadas e geradas no sistema de forma que o usuário selecione os parâmetros das informações desejadas;

3.11.2.29. Permitir replicar informações já existentes em uma determinada inscrição

imobiliária para novas inscrições;

3.11.2.30. Permitir emissão / exportação de guias em formato PDF;

3.11.2.31. Permitir que no momento da geração ou emissão das guias, o usuário possa optar por não gerar ou emitir as guias que estão com o endereço incompleto. Esta opção deverá estar disponível para que o usuário possa fazer a opção no momento da emissão das guias;

3.11.2.32. Permitir a emissão dos guias em Arquivo para serem impressas nas gráficas;

3.11.2.33. Possuir agenda de vencimentos de tributos;

3.11.2.34. Permitir alteração de vencimentos, emissão de guias com datas de vencimento alternativas de acordo com parâmetros estabelecidos por usuário e calcular automaticamente os juros, multa e correções monetárias em decorrência dessas alterações;

3.11.2.35. Permitir opção de aplicar e retirar juros, multa e atualizações monetárias quando necessário, ou seja, deverá estar disponível para que o usuário possa utilizar esta rotina no momento do cálculo e no momento em que for emitir a guia;

3.11.2.36. Permitir livre formatação e edição do conteúdo das Notificações e Certidões em geral, ou seja, dos modelos de cartas, utilizando editor de texto;

3.11.2.37. Permitir o registro de devolução de Carnês em função de não localização do contribuinte, possibilitando ao usuário a emissão de relatório;

3.11.2.38. Emissão de Documentos Relacionados ao Cadastro Imobiliário

3.11.2.39. O sistema deve permitir a emissão de carnês e guias de IPTU, bem como notificações e outros documentos relacionados ao cadastro imobiliário, de acordo com os endereços de entrega definidos. A funcionalidade deve contemplar a emissão para os seguintes destinatários: Proprietário, Endereço de Correspondência, Novo Adquirente e Endereço do Imóvel. O processo de emissão deve ser flexível, garantindo que os documentos sejam enviados ao endereço apropriado, conforme a escolha e as informações cadastradas. Além disso, o sistema deve possibilitar a personalização dos documentos, conforme a categoria do destinatário.

3.11.2.40. O sistema deve permitir a visualização em tela de inconsistências nos pagamentos, incluindo casos de duplicidade de pagamento, pagamento a maior ou pagamento a menor, sempre que identificados. Essas informações devem ser exibidas de forma clara e destacada, permitindo que o usuário realize as correções necessárias ou tome as devidas providências. Além disso, o sistema deve fornecer mecanismos para registrar e gerenciar essas ocorrências, garantindo o acompanhamento e a resolução adequada dos casos;

3.11.2.41. Permitir quando pago a menor que o sistema gere uma parcela complementar e quando pago a maior identificar o crédito;

3.11.2.42. Permitir a compensação de crédito e baixa manual;

3.11.2.43. Permitir registrar demonstrativo de cálculo (valor original, juros, multa, atualização monetária, taxa) para cada inscrição nos respectivos exercícios (banco de dados);

3.11.2.44. Permitir bloquear o acesso de usuário do sistema de acordo com o tipo de cadastro;

- 3.11.2.45. Permitir incluir, editar e excluir descontos programados (compensação) conforme legislação, possibilitando a impressão do procedimento;
- 3.11.2.46. O sistema deve possibilitar a emissão de diversos documentos relacionados ao cadastro imobiliário, como carnês de IPTU, notificações, e outros documentos pertinentes. A emissão deve ser flexível e personalizável, de acordo com as especificidades do cadastro e com os endereços previamente definidos para cada imóvel. O sistema também deve garantir que esses documentos sejam gerados de maneira eficiente e em conformidade com as regulamentações vigentes, assegurando precisão nas informações e facilidade no processo de distribuição
- 3.11.2.47. O sistema deve permitir a emissão de carnês e guias de IPTU, bem como notificações e outros documentos relacionados ao cadastro imobiliário, de acordo com os endereços de entrega definidos. A funcionalidade deve contemplar a emissão para os seguintes destinatários: Proprietário, Endereço de Correspondência, Novo Adquirente e Endereço do Imóvel. O processo de emissão deve ser flexível, garantindo que os documentos sejam enviados ao endereço apropriado, conforme a escolha e as informações cadastradas. Além disso, o sistema deve possibilitar a personalização dos documentos, conforme a categoria do destinatário;
- 3.11.2.48. Permitir a emissão de Certidões e Notificações inseridas nos modelos de cartas de forma parametrizada, como: Certidão de Valor Venal, de Lançamento de Benfeitoria, de Isenção/Imunidade, de Logradouro, de Transferência, de Correção, de Ratificação. Estas certidões deverão estar disponíveis em um editor de texto;
- 3.11.2.49. Ativação e Desativação de Inscrições
- 3.11.2.50. O sistema deve permitir a ativação e desativação de inscrições de forma eficiente e segura. Essa funcionalidade deve possibilitar ao usuário realizar alterações no status das inscrições, como ativar ou desativar, conforme a necessidade, com registros detalhados de data, hora e responsável pela ação. O processo deve ser intuitivo e garantir que todas as regras de negócio e permissões de acesso sejam respeitadas, assegurando a integridade das informações cadastradas.
- 3.11.2.51. Utilização do Cadastro de Imóveis de Exercícios Anteriores
- 3.11.2.52. O sistema deve permitir a reutilização dos dados cadastrais de imóveis de exercícios anteriores, aproveitando as características previamente registradas, para a geração da Certidão de Origem e Lançamento de Imóveis. Essa funcionalidade deve garantir que as informações históricas sejam acessadas e aplicadas de maneira eficiente, facilitando o processo de emissão desses documentos e assegurando a consistência dos dados ao longo dos anos. O sistema também deve permitir ajustes e atualizações quando necessário, sem comprometer a integridade das informações originais.
- 3.11.2.53. Permitir consultar as inscrições mobiliárias por parâmetros definidos pelo usuário, podendo o usuário selecionar o bairro mais uma ou várias características do imóvel, selecionar por endereço, por nome do contribuinte. Estas opções poderão ser solicitadas individualmente ou

poderem ser solicitadas em conjunto;

3.11.2.54. Permitir a consistência do cadastro de Imóveis, através de rotina Geral ou de forma eventual das inscrições selecionadas gerando relatório das inconsistências, quando houver;

3.11.2.55. Apresentar as possíveis inconsistências do cadastro imobiliário, no momento da inclusão ou alteração do imóvel;

3.11.2.56. Permitir lançar para um determinado imóvel, uma ou várias subunidades; estas subunidades deverão serem utilizadas, para complemento das informações do imóvel principal, podendo os dados ser inseridos ou não no cálculo do Imposto;

3.11.2.57. Permitir calcular o imposto e taxa por rotina ou de forma eventual, através de uma seleção de parâmetros;

3.11.2.58. Permitir criar, editar e excluir tabela de desconto para geração da Parcela única, conforme Lei Municipal;

3.11.2.59. Permitir a leitura da baixa por importação dos pagamentos efetuados nos bancos conveniados;

3.11.2.60. Análise sintética e analítica por receitas;

3.11.2.61. Permitir a definição de campos do cadastro pelo próprio usuário qualificado para tal, permitindo inclusive a definição de parâmetros para consistência do conteúdo do campo;

3.11.2.62. Permitir o lançamento de tributos prevendo a possibilidade de incluir na mesma emissão, valores de impostos e taxas;

3.11.2.63. Possuir rotina de cálculo parametrizável para cobrança de Contribuição de Melhoria, atendendo às fórmulas previstas em lei de rateio do custo;

3.11.2.64. Emitir edital de convocação para cobrança de Contribuição de Melhoria atendendo ao Código Tributário Nacional (CTN) e a Legislação Municipal;

3.11.2.65. Permitir a emissão de Guia de Tributos Imobiliário incorporando IPTU, Taxa (Contribuição) de Serviço Urbano, e outras conforme legislação;

3.11.2.66. Permitir a emissão de segunda via de um DAM (Documento de Arrecadação Municipal), já quitado.

3.11.2.67. Envio Automático do DAM (Documento de Arrecadação Municipal)

3.11.2.68. O sistema deve permitir o envio automático do DAM (Documento de Arrecadação Municipal) aos contribuintes por meio de e-mail e SMS, garantindo agilidade na comunicação e entrega das cobranças.

3.11.2.69. Permitir criar opção de plano de pagamentos, disponibilizando mais de uma opção de desconto para cota única, conforme Lei Municipal;

3.11.2.70. Permitir controle administrativo de recálculos feitos por inscrição;

3.11.2.71. Identificação Distinta de Dados de Proprietários e Possuidores

3.11.2.72. O sistema deve permitir a distinção clara entre os dados do Proprietário, do Proprietário transmitente (comprador) e do Possuidor, assegurando que cada categoria seja tratada de acordo com a legislação municipal vigente. Essa funcionalidade deve facilitar o

gerenciamento das informações cadastrais, possibilitando a consulta e o registro preciso de cada parte envolvida na transação imobiliária;

3.11.2.73. Rotinas de Importação e Exportação de Dados do Cadastro Imobiliário

3.11.2.74. O sistema deve incluir rotinas robustas para a importação e exportação dos dados do cadastro imobiliário, viabilizando a integração eficiente com o sistema de Geoprocessamento do município. Essas rotinas devem assegurar a transferência segura e precisa das informações, mantendo a integridade dos dados durante os processos de importação e exportação. Além disso, o sistema deve oferecer opções de mapeamento de dados para garantir a compatibilidade entre os sistemas e facilitar a atualização contínua das informações georreferenciadas.

3.11.2.75. Exibição de Imagens e Camadas Georreferenciadas

3.11.2.76. O sistema deve permitir a exibição de imagens e camadas georreferenciadas dos imóveis por meio de integração com plataformas de geoprocessamento. Essa funcionalidade possibilitará a visualização detalhada das propriedades, facilitando a análise espacial e a tomada de decisões informadas. As informações devem ser apresentadas de maneira clara e interativa, garantindo uma experiência de usuário eficiente.

3.11.3. **Gestão de Cadastro Mobiliário**

3.11.3.1. Permitir o registro das diversas atividades desempenhadas pelo contribuinte possibilitando destacar a atividade principal e as secundárias;

3.11.3.2. Disponibilizar solução de gestão cadastral mercantil que identifique e detalhe todas as empresas situadas no município, capturando informações como atividade econômica, porte, regime de tributação, situação cadastral e endereço georreferenciado.

3.11.3.3. Integrar as informações mercantis com o cadastro mobiliário municipal para identificar inconsistências, empresas não registradas e divergências cadastrais.

3.11.3.4. Permitir a geração de ações de cadastro de ofício para regularização de empresas identificadas como atuantes, mas não registradas no cadastro municipal.

3.11.3.5. Fornecer relatórios gerenciais e mapas temáticos com base nos dados mercantis, apoiando o planejamento fiscal, econômico e de políticas públicas no município.

3.11.3.6. Emitir guias observando o endereço de correspondência apontado nos cadastros Mobiliário;

3.11.3.7. Possuir rotinas visuais de parametrização para todos os cálculos podendo ser visualizadas as fórmulas de cálculo, onde o usuário final possa fazer as manutenções; quando necessário;

3.11.3.8. Possuir agenda de vencimentos, controlando os feriados municipais, estaduais e federais;

3.11.3.9. Possuir rotina de recepção e classificação dos dados de arrecadação recebidos dos agentes arrecadadores através de meio eletrônico ou comunicação de dados;

- 3.11.3.10. Possuir integração com o sistema contábil gerando automaticamente lançamentos contábeis da receita arrecadada (através de meio eletrônico, comunicação de dados ou de forma manual) e classificada;
- 3.11.3.11. Permitir bloquear o acesso de usuário do sistema de acordo com o tipo de cadastro;
- 3.11.3.12. Permitir a emissão de segunda via de guias de recolhimento de tributos através de Documento de Arrecadação Municipal, com crítica referente ao tipo de tributo;
- 3.11.3.13. Permitir registrar isenções, não incidência, de acordo com a legislação vigente;
- 3.11.3.14. Permitir identificar, através de uma consulta efetuada pelo usuário final, no momento do cadastramento da empresa, a existência de possíveis débitos anteriores dos sócios;
- 3.11.3.15. Possuir tabelas parametrizáveis com as atividades econômicas vinculadas ao CNAE, estruturadas por código, grupos, parâmetros para cálculo e lançamento dos tributos em cada atividade;
- 3.11.3.16. Permitir registrar o contador responsável pela empresa;
- 3.11.3.17. Permitir o enquadramento e desenquadramento de ME e EPP e outros optantes do Simples Nacional, de acordo com a legislação vigente;
- 3.11.3.18. Permitir o controle de empresas como ativas, inativas, suspensas e paralisadas, conforme ação fiscal;
- 3.11.3.19. Registrar na conta corrente fiscal todos os lançamentos efetuados para o sujeito passivo, detalhando obrigação, valor da obrigação e data de vencimento;
- 3.11.3.20. Possuir tabelas parametrizáveis de valores e alíquotas para cálculo do ISS de acordo com as atividades primárias e secundárias;
- 3.11.3.21. Permitir o cálculo automático do ISS fixo e Taxas, levando em conta períodos proporcionais e tabelas com faixas de valores por atividade ou grupo de atividades;
- 3.11.3.22. Permitir o lançamento de notas fiscais e outros documentos de serviços, prestados e tomados inclusive e prevendo as deduções no Código Tributário Municipal (CTM);
- 3.11.3.23. Emitir Guia de ISS sobre o movimento econômico com base nas notas fiscais lançadas;
- 3.11.3.24. Permitir que no momento da geração ou emissão das guias, o usuário possa optar por não gerar ou emitir as guias que estão com o endereço incompleto. Esta opção deverá estar disponível para que o usuário possa fazer a opção no momento da emissão das guias;
- 3.11.3.25. Permitir a emissão dos guias em Arquivo para serem impressas nas gráficas;
- 3.11.3.26. Permitir que o usuário final possa optar, no momento da emissão da guia, por imprimir a mesma em modelo de guia ou em formato de Carnê;
- 3.11.3.27. Possuir rotinas de enquadramento de contribuintes e/ou inscrição para cálculo do valor do imposto conforme seja fixo ou variável;
- 3.11.3.28. Permitir alterações para isenções e imunidades por intervenção de usuário habilitado, quando for o caso;

- 3.11.3.29. Permitir controle da vigência e emissão de alvarás, inclusive provisórios;
- 3.11.3.30. Permitir o cálculo, lançamento e emissão de guias de recolhimento de taxas de poder de polícia e taxas de serviço, e identificar e emitir relatórios parametrizáveis das taxas devidas somente;
- 3.11.3.31. Permitir o controle e emissão do alvará Sanitário;
- 3.11.3.32. Permitir controlar as vistorias efetuadas nos estabelecimentos que necessitam de Alvará Sanitário;
- 3.11.3.33. Possuir tabelas parametrizáveis de valores para o cálculo de taxas diversas e de poder de polícia;
- 3.11.3.34. Disponibilizar rotina para conciliação manual dos documentos de arrecadação nos quais não foi possível a conciliação automática;
- 3.11.3.35. Permitir que todos os débitos (tributáveis e não tributáveis) do contribuinte possam ser agrupados para consulta e emissão de extratos da posição financeira, mesmo aqueles de exercícios anteriores, informando em que fase da cobrança o débito se enquadra (em cobrança ou em dívida ativa);
- 3.11.3.36. Permitir registrar no cadastro do contribuinte, a inscrição do débito em dívida;
- 3.11.3.37. Registrar e controlar a autorização para utilização de documentos fiscais (talões de notas fiscais de serviço);
- 3.11.3.38. Registrar no cadastro fiscal o valor da obrigação, seus acréscimos legais e o número do processo fiscal para cada auto de infração e notificação fiscal;
- 3.11.3.39. Registrar o demonstrativo de cálculo de cada tributo nos seus respectivos exercícios e competências;
- 3.11.3.40. Permitir visualizar os débitos enviados a dívida com seus respectivos dados fiscais e administrativos;
- 3.11.3.41. Possibilitar o intercâmbio de informações com a baixa bancária, provendo requisitos eficientes de segurança quanto à integridade da quitação. O código de barras deverá estar disponível de visualização na conta corrente do contribuinte;
- 3.11.3.42. Permitir a emissão de certidões, a livre formatação e edição das mesmas, conforme modelos de cartas, utilizando editor de texto;
- 3.11.3.43. Impressão de Guias com QR Code PIX. O sistema deve permitir a impressão de guias de pagamento que incluam QR Code para transações via PIX. Essa funcionalidade deve facilitar o processo de pagamento, permitindo que os contribuintes realizem suas quitações de forma rápida e segura por meio de dispositivos móveis. As guias geradas devem seguir os padrões de segurança e usabilidade, garantindo a integridade das informações.
- 3.11.3.44. Emissão de Guias com Autenticidade em QR Code. O sistema deve permitir a emissão de guias contendo um QR Code para autenticação, tanto de forma programada (através de rotinas automatizadas) quanto de forma eventual (sob demanda). O QR Code gerado deve possibilitar a verificação de autenticidade do documento por meio de uma consulta digital, assegurando que as informações contidas na guia possam ser confirmadas e validadas

eletronicamente. Essa funcionalidade deve seguir as normas vigentes de segurança e garantir a integridade dos dados.

- 3.11.3.45. Permitir a visualização individualizada dos lançamentos em dívida ativa por inscrição;
- 3.11.3.46. Permitir o cadastro da lista de serviços e seus respectivos valores/ alíquotas aplicadas;
- 3.11.3.47. Permitir a possibilidade de trabalhar com contribuintes do município, de fora do município e outras classes de contribuintes. Estes contribuintes deverão estar incluídos no cadastro mobiliário e disponíveis para manutenção e consultas;
- 3.11.3.48. Permitir lançamentos de movimentações de ISS variável, ISS fixo e ISS estimado;
- 3.11.3.49. Apto a trabalhar com taxas mobiliárias contidas na legislação;
- 3.11.3.50. Permitir guias e carnês para pagamentos com códigos de barras no padrão Febraban ou em convênio específico de acordo com os bancos arrecadadores (ficha de compensação);
- 3.11.3.51. Disponibilizar os Contribuintes por ramos de atividade CNAE (relatórios);
- 3.11.3.52. Permitir a possibilidade de baixa manual dos lançamentos, quando necessário;
- 3.11.3.53. Permitir a possibilidade de enviar tributos para a dívida ativa;
- 3.11.3.54. Possuir integração com o módulo de Protocolo, para geração automática dos processos administrativos;
- 3.11.3.55. Permitir rotina específica para o cálculo do desconto de ISS de Obras, utilizando a tabela de SINDUSCON;
- 3.11.3.56. Permitir definição (incluir, editar e excluir) de campos estruturais para as informações referentes ao cadastro de engenhos, com livre digitação (criação) desses campos pelo usuário, da prefeitura, conforme acesso permitido no cadastro de usuários. Os campos deverão estar disponíveis para utilização na formula de cálculo das diversas taxas de publicidade existente no código tributário;
- 3.11.3.57. Permite a inclusão (anexos) de documentos digitalizados correspondentes ao contribuinte;
- 3.11.3.58. Permitir a Geração das Ordens de Serviços Fiscais, onde deverá ser controlado todo o fluxo dos lançamentos fiscais, devendo inclusive gerar relatórios de produtividade.
- 3.11.3.59. Permitir um módulo de fiscalização com ferramentas diversas, com flexibilidade e personalizações para atender os métodos e legislação do município;
- 3.11.3.60. Possuir Rotina de Fiscalização de Notas Fiscais Convencionais e Eletrônicas, Leasing e Taxas Diversas, permitindo a apuração automática do débito e controle da Notificação / Autuação. Esta rotina deverá estar disponível para serem utilizadas tanto para o contribuinte Prestador, quanto para o Tomador de Serviços;
- 3.11.3.61. Permitir que o fiscal possa fazer a homologação das notas fiscais, tanto de bloco quanto das eletrônicas, lançando as mesmas individualmente na fiscalização;
- 3.11.3.62. Permitir a emissão de guias apurada pela fiscalização, dos valores não

contestados pelo contribuinte;

3.11.3.63. Permitir a emissão e o controle de autos de infração e imposição de multa. Os documentos devem ser parametrizáveis pelo próprio usuário, permitindo a seleção dos campos integrantes e sua disposição dentro dos documentos. Esta rotina deverá estar integrada com a multa supostamente emitida para pagamento bancário;

3.11.3.64. Permitir a emissão e o controle de notificações fiscais, registrando os prazos de cumprimento da obrigação;

3.11.3.65. Permitir o controle e a emissão de Notificação de Lançamento;

3.11.3.66. Permitir o controle e a emissão do Arbitramento fiscal, e Guia de Recolhimento do ISS resultante desse arbitramento; o valor arbitrado deverá estar integrado à guia emitida;

3.11.3.67. Permitir a geração do mapa de apuração contendo os valores apurados pelo fiscal e valores recolhidos pelo contribuinte.

3.11.3.68. Permitir a emissão da notificação de débitos contendo o levantamento fiscal, para ciência do contribuinte.

3.11.3.69. Permitir o lançamento de recurso na fiscalização devendo a mesma ficar paralisada até o seu julgamento.

3.11.3.70. Permitir que a fiscalização possa ser espelhada, caso necessário, possibilitando retificações, mantendo o histórico de todos os lançamentos efetuados.

3.11.3.71. Permitir a Livre formatação do Conteúdo das Notificações de Lançamento; utilizando um editor de texto para a manutenção;

3.11.3.72. Possuir na abertura da ordem de serviço, a integração com o número do processo do módulo protocolo

3.11.3.73. Permitir o acompanhamento da ordem de serviço, com previsão inicial e de termino.

3.11.3.74. Permitir vincular a inscrição municipal do Imóvel com o cadastro Mobiliário;

3.11.3.75. Permitir cobrança eletrônica dos correios, através da geração de arquivo de dados para cobrança que é disponibilizado aos correios para postagem, (e-Carta). A utilização desta rotina depende de contrato entre Município e Correios;

3.11.3.76. Permitir o controle de emissão de Notas fiscais emitidas para os candidatos e partidos mediante a disponibilização dos arquivos com dados da base do TSE, exigidos no período eleitoral.

3.11.4. Módulo de Engenho (Publicidades)

3.11.4.1. O Módulo permite um melhor controle das Placas de Publicidades como Outdoor, tabuletas, painéis, Letreiro dentre outros. totalmente integrado ao cadastro mobiliário, permitindo assim um melhor controle quanto aos lançamentos de cobrança, pagamentos e débitos de publicidades não quitadas por parte das empresas cadastradas no município;

3.11.4.2. Permitir as definições (Incluir, Editar e Excluir) dos campos estruturais para as informações referentes ao cadastro dos Engenhos, com livre criação desses campos pelo

usuário, da prefeitura, quando o mesmo tem acesso permitido ao cadastro;

3.11.4.3. Permitir o cadastro dos técnicos responsáveis pela Empresa responsável pelo Engenho;

3.11.4.4. Permitir o cadastro de vários tipos de modelos de Cartas, com livre digitação dos usuários, quando o mesmo tem acesso permitido ao cadastro;

3.11.4.5. Permitir o cadastro de um ou mais engenhos para um mesmo contribuinte;

3.11.4.6. Permitir o cálculo das taxas dos engenhos, onde este cálculo poderá ser anual ou mensal, devendo atender o código tributário do Município;

3.11.4.7. O cálculo do engenho deverá ser totalmente integrado ao módulo do ISSQN, para que dessa forma possa ter um melhor controle quanto aos pagamentos ou débitos gerados, facilitando assim a cobrança em dívida;

3.11.4.8. Permitir gerar o licenciamento do Engenho;

3.11.4.9. Permitir a Emissão dos engenhos por contribuinte;

3.11.5. **Módulo de ITBI**

3.11.5.1. Permitir total integração com demais módulos tributários e com os sistemas contábeis e de protocolo;

3.11.5.2. Permitir os lançamentos de ITBI e a impressão de planilha de cálculo dos mesmos;

3.11.5.3. Controle dos ITBI's lançados por natureza;

3.11.5.4. Possuir rotinas visuais de parametrização para todos os cálculos podendo ser elaboradas e mantidas pelo usuário final;

3.11.5.5. Possuir rotina que permita utilizar a planta de valores do IPTU ou planta de valores específica para cobrança do ITBI;

3.11.5.6. Permitir atualização das características do imóvel, no momento do lançamento do ITBI. Estas alterações não podem refletir no cadastro principal do imóvel, ou seja, no cadastro utilizado para o cálculo do IPTU;

3.11.5.7. Possuir rotina de recepção e classificação dos dados de arrecadação recebidos dos agentes arrecadores através de meio eletrônico ou comunicação de dados;

3.11.5.8. Possuir integração com o sistema contábil gerando automaticamente lançamentos contábeis da receita arrecadada (através de meio eletrônico, comunicação de dados ou de forma manual) e classificada;

3.11.5.9. Permitir bloquear o acesso de usuário do sistema de acordo com o tipo de cadastro;

3.11.5.10. Permitir a emissão de segunda via de guias de recolhimento de tributos através de Documento de Arrecadação Municipal, com crítica referente ao tipo de tributo;

3.11.5.11. Permitir a confecção de relatórios gerenciais diversos das informações lançadas e geradas no sistema de forma que o usuário selecione os parâmetros das informações desejadas;

3.11.5.12. Permitir a emissão de relatório de lançamentos por natureza da transação;

3.11.5.13. Permitir o cálculo do ITBI conforme legislação vigente;

- 3.11.5.14. Permitir a emissão de Certidão de ITBI e não incidência de ITBI conforme padrão adotado pela prefeitura. Estes documentos deverão estar disponíveis em um editor de texto para a manutenção, podendo ser utilizado pelo usuário final;
- 3.11.5.15. Permitir a leitura da baixa por importação dos pagamentos efetuados nos bancos conveniados;
- 3.11.5.16. Permitir baixa manual;
- 3.11.5.17. Análise sintética e analítica por receitas e Relatório estatístico por receitas;
- 3.11.5.18. Na transferência de proprietário de imóvel, emitir relatório informando a existência de débito do imóvel, inclusive aqueles inscritos em dívida ativa ou em executivo fiscal, com encaminhamento através de processo administrativo devidamente registrado no ato;
- 3.11.5.19. Impressão de Guias com QR Code PIX. O sistema deve permitir a impressão de guias de pagamento que incluam QR Code para transações via PIX. Essa funcionalidade deve facilitar o processo de pagamento, permitindo que os contribuintes realizem suas quitações de forma rápida e segura por meio de dispositivos móveis. As guias geradas devem seguir os padrões de segurança e usabilidade, garantindo a integridade das informações.
- 3.11.5.20. Emissão de Guias com Autenticidade em QR Code. O sistema deve permitir a emissão de guias contendo um QR Code para autenticação, tanto de forma programada (através de rotinas automatizadas) quanto de forma eventual (sob demanda). O QR Code gerado deve possibilitar a verificação de autenticidade do documento por meio de uma consulta digital, assegurando que as informações contidas na guia possam ser confirmadas e validadas eletronicamente. Essa funcionalidade deve seguir as normas vigentes de segurança e garantir a integridade dos dados.
- 3.11.5.21. Possuir módulo Web para emissão das guias de pagamento, emissão de Guia de Transferência e permitir o lançamento de solicitação do ITBI pelo contribuinte;
- 3.11.5.22. Permitir atualização de multa e mora nas guias;
- 3.11.5.23. Permitir visualização de documentos anexados.

3.11.6. **Módulo de Dívida Ativa**

- 3.11.6.1. Permitir total integração com demais módulos tributários e com os sistemas contábeis e de protocolo;
- 3.11.6.2. Permitir incluir, editar e excluir os “serviços” (previstos no CTM) e seus respectivos valores/ alíquotas e códigos orçamentários;
- 3.11.6.3. Possuir rotinas visuais de parametrização para todos os cálculos podendo ser elaboradas e mantidas pelo usuário final;
- 3.11.6.4. Possuir rotina de recepção e classificação dos dados de arrecadação recebidos dos agentes arrecadadores através de meio eletrônico ou comunicação de dados;
- 3.11.6.5. Possuir integração com o sistema contábil gerando automaticamente lançamentos contábeis da receita arrecadada (através de meio eletrônico, comunicação de dados ou de

forma manual) e classificada;

3.11.6.6. Permitir bloquear o acesso de usuário do sistema de acordo com o tipo de cadastro;

3.11.6.7. Permitir a emissão de segunda via de guias de recolhimento de tributos através de Documento de Arrecadação Municipal, com crítica referente ao tipo de tributo;

3.11.6.8. Permitir a edição personalizada dos modelos de carta, notificação, aviso, certidão e termos e CDA, permitindo inclusive a definição de parâmetros para seus devidos fins; utilizando um editor de texto para a manutenção que poderá ser efetuada pelo usuário final;

3.11.6.9. Possuir rotinas visuais de parametrização para todos os cálculos podendo ser elaboradas e mantidas pelo usuário final;

3.11.6.10. Possuir rotina de recepção e classificação dos dados de arrecadação recebidos dos agentes arrecadadores através de meio eletrônico ou comunicação de dados;

3.11.6.11. Emissão de Segunda Via de Guias de Recolhimento de Tributos

3.11.6.12. O sistema deve permitir a emissão da segunda via de guias de recolhimento de tributos por meio do Documento de Arrecadação Municipal, realizando críticas quanto ao tipo de tributo. As guias emitidas deverão incluir um QR Code que garanta a autenticidade do documento, proporcionando segurança e facilidade no processo de pagamento.

3.11.6.13. Impressão de Guias com QR Code PIX. O sistema deve permitir a impressão de guias de pagamento que incluam QR Code para transações via PIX. Essa funcionalidade deve facilitar o processo de pagamento, permitindo que os contribuintes realizem suas quitações de forma rápida e segura por meio de dispositivos móveis. As guias geradas devem seguir os padrões de segurança e usabilidade, garantindo a integridade das informações.

3.11.6.14. Possuir Rotinas de inscrição em dívida ativa dos tributos e outras receitas vencidas e não pagas, registradas no cadastro fiscal, de acordo com a legislação;

3.11.6.15. Permitir através de rotinas e de forma eventual cálculos e simulações, inclusive com definição de parâmetros para seus devidos fins;

3.11.6.16. Permitir o controle de interrupção de prescrição (art. 174, CTN), em especial dos parcelamentos com confissões de dívida e visualização das informações contidas após procedimento;

3.11.6.17. Permitir o controle de suspensão de exigibilidade do crédito tributário (art. 151, CTN), em especial das reclamações e recursos que deem origem a processos tributários administrativos possibilitando a emissão do relatório;

3.11.6.18. Permitir o controle de extinção do crédito tributário (art. 156, CTN);

3.11.6.19. Emitir o livro da Dívida Ativa com seus respectivos dados fiscais e administrativos como: Termos de abertura e encerramento e suas fundamentações legais, nome e endereço do contribuinte, nº do processo administrativo, nº do processo judicial, nº do registro em dívida ativa, nº da CDA, valor de origem do débito, nome da receita por exercícios e suas respectivas datas de lançamento);

3.11.6.20. Permitir através de rotinas e de forma eventual a renegociação e prescrição dos débitos;

- 3.11.6.21. Permitir consultas por definição de parâmetros para seus devidos fins;
- 3.11.6.22. Permitir a confecção de relatórios gerenciais diversos das informações lançadas e geradas no sistema de forma que o usuário selecione os parâmetros das informações desejadas;
- 3.11.6.23. Apresentar em uma mesma tela de consulta a dívida Ajuizada e dívida não ajuizada e que para esses tipos de dívidas, se possa controlar os acessos dos usuários quanto a poder ou não efetuar os parcelamentos dessas dívidas;
- 3.11.6.24. Permitir a compensação de crédito, baixa manual e, permitir a leitura da baixa por importação dos pagamentos efetuados nos bancos conveniados;
- 3.11.6.25. Permitir bloquear o acesso de usuário do sistema de acordo com o tipo de cadastro;
- 3.11.6.26. Permitir imprimir documentos em formato PDF;
- 3.11.6.27. Permitir o registro e controle de parcelamentos, do número de parcelas e dos pagamentos referentes às mesmas, inclusive em caso de novo parcelamento, com aproveitamento dos créditos existentes e históricos dos mesmos;
- 3.11.6.28. Permitir registrar no cadastro as ações de cobrança ajuizadas após a inscrição em dívida ativa;
- 3.11.6.29. Permitir o registro da suspensão de exigências do crédito tributário previstas na legislação, pelo prazo devido (art. 151 CTN);
- 3.11.6.30. Permitir que todos os débitos do contribuinte possam ser agrupados para consulta e emissão de extratos da posição financeira, mesmo aqueles de exercícios anteriores, informando em que fase da cobrança o débito se enquadra (em cobrança ou em dívida ativa);
- 3.11.6.31. Permitir a elaboração e execução de programação de cobrança a partir das informações recebidas da conta corrente fiscal, possibilitando programar a emissão das notificações ou avisos de cobrança e guias de recolhimento, considerando o montante dos débitos, bairro e quantidade de imóveis do mesmo contribuinte;
- 3.11.6.32. Permitir a inclusão de Leis de Anistia de forma a controlar a Isenção de Juros, Multa e/ou Atualização, contendo, valor mínimo e máximo de parcelas para pessoa física e jurídica, conf. Lei aprovada, no momento do parcelamento. Este controle deverá permitir o retorno da anistia concedida caso haja interrupção do pagamento;
- 3.11.6.33. Relatórios sobre Anistias Concedidas
- 3.11.6.34. O sistema deve permitir a geração de relatórios com informações detalhadas sobre as anistias concedidas, incluindo quantidade, valores envolvidos e beneficiários. A funcionalidade deve oferecer opções de filtragem e agrupamento, facilitando a análise e a gestão das políticas de anistia.
- 3.11.6.35. Permitir lançamento de cobranças em massa (conf. seleção) onde somente será efetivada, caso haja pagamento da primeira parcela, em atendimento as campanhas de arrecadação, não podendo interferir nos lançamentos principais onde constam os registros de dívidas;

- 3.11.6.36. Possuir rotinas para o acompanhamento da dívida parcelada, possibilitando filtro de acordo com a quantidade de parcelas e dias em atraso a ser definido pelo usuário. Permitir emissão de carta cobranças e guias das parcelas em massa, permitir, permitir interrupção do parcelamento, permitir envio das guias por e-mail.
- 3.11.6.37. Recuperação de Registros de Parcelamentos
- 3.11.6.38. O sistema deve permitir a recuperação de registros de parcelamentos que foram apagados. Essa funcionalidade deve incluir um mecanismo seguro para restaurar esses registros, garantindo que os dados possam ser recuperados de maneira eficiente e confiável. Além disso, o sistema deve manter um histórico das ações de exclusão, permitindo auditoria e rastreamento das operações realizadas.
- 3.11.6.39. Rotina de Protesto de Títulos Públicos (CDA)
- 3.11.6.40. O sistema deve possuir uma rotina específica para o protesto de títulos públicos (Certidão de Dívida Ativa - CDA), integrada eletronicamente ao sistema utilizado pelo cartório municipal por meio de web service. Essa integração deve garantir a automação do processo de protesto, permitindo a transferência eficiente de informações e documentos entre os sistemas. Além disso, a rotina deve assegurar a conformidade com as normativas legais e proporcionar um acompanhamento claro do status dos protestos realizados, facilitando a gestão e a transparência das operações
- 3.11.6.41. Permitir que a Dívida enviada para protesto deverá ter um controle quanto a sua negociação, ou seja, somente poderá ser negociada na prefeitura após a mesma estar protestada;
- 3.11.6.42. Permitir rotina de emissão da dívida protestada pelo cartório, via web, onde o cartório poderá efetuar a emissão dessa guia para pagamento bancário;
- 3.11.6.43. Permitir tratar a rotina de protesto de Títulos eletronicamente via webservice, os procedimentos de cancelamento, desistência e autorização de cancelamento da dívida protestada;
- 3.11.6.44. Permitir a emissão de segunda via de um DAM (Documento de Arrecadação Municipal), já quitado;
- 3.11.6.45. Permitir a Negativação e Positivação do Contribuinte devedor, Pessoa Física, junto à CDL (Cama de Diretores Lojistas), via WebService;
- 3.11.6.46. Permitir Atualização dos dados Cadastrais de Pessoas Físicas e Jurídicas, junto ao Banco de Dados do SERASA. Esta rotina deverá ser executada via WebService;
- 3.11.6.47. Possuir integração com o módulo de Protocolo, para geração automática dos processos administrativos;
- 3.11.6.48. Permitir bloquear débitos a serem inscritos em Dívida Ativa de débitos administrativos.
- 3.11.6.49. Permitir a identificação dos débitos que já atingirão o prazo prescricional para a realização dos procedimentos administrativos para prescrição;
- 3.11.6.50. Permitir a cobrança dos honorários advocatícios, em percentuais dos débitos,

podendo ser lançado percentuais diferenciados, conforme lei Municipal;

3.11.6.51. Permitir emissão e controle de emissão das petições judiciais (Petição inicial, Petição de cancelamento, Petição de extinção, Petição de Suspensão), em todo decorrer do processo;

3.11.6.52. Permitir controlar a quantidade vezes o debito em Dívida já tenha sido negociado;

3.11.6.53. Permitir realizar parcelamentos com entrada, definindo o percentual sobre o montante do debito de acordo com lei do Município a ser aplicada automaticamente no ato do parcelamento;

3.11.6.54. Permitir criar tabela de escala com percentuais de entradas no parcelamento;

3.11.6.55. Emissões de Boletos com registro juntos a instituições bancarias com partilha de valores entre contas distintas como Honorários Advocatícios;

3.11.6.56. Permitir através de rotinas e de forma eventual a realização do procedimento de ajuizamento (aviso, CDA, registro em dívida ativa, execução).

3.11.7. Módulo de Outros Tributos e Taxas

3.11.7.1. Permitir total integração com demais módulos tributários e com os sistemas contábeis e de protocolo;

3.11.7.2. Permitir incluir, editar e excluir os “serviços” (previstos no CTM) e seus respectivos valores/alíquotas e códigos orçamentários;

3.11.7.3. Possuir rotinas visuais de parametrização para todos os cálculos podendo ser elaboradas e mantidas pelo usuário final;

3.11.7.4. Possuir rotina de recepção e classificação dos dados de arrecadação recebidos dos agentes arrecadadores através de meio eletrônico ou comunicação de dados;

3.11.7.5. Possuir integração com o sistema contábil gerando lançamentos contábeis da receita arrecadada (através de meio eletrônico, comunicação de dados ou de forma manual) e classificada;

3.11.7.6. Permitir a emissão de segunda via de guias de recolhimento de tributos através de Documento de Arrecadação Municipal, com crítica referente ao tipo de tributo;

3.11.7.7. Permitir incluir, editar e excluir cadastro de requerentes/contribuintes com todas as informações cadastrais necessárias para os devidos lançamentos;

3.11.7.8. Permitir a confecção de relatórios gerenciais diversos das informações lançadas e geradas no sistema de forma que o usuário selecione os parâmetros das informações desejadas;

3.11.7.9. Permitir relatório estatístico das receitas;

3.11.7.10. Permitir a compensação de crédito, baixa manual e, permitir a leitura da baixa por importação dos pagamentos efetuados nos bancos conveniados;

3.11.7.11. Possuir tabelas parametrizáveis de valores para o cálculo de taxas diversas.

3.11.7.12. Permitir a emissão de segunda via de um DAM (Documento de Arrecadação

Municipal), já quitado;

3.11.7.13. Permitir a emissão de alvará de licença de Eventos onde, a taxa já deverá estar quitada pelo contribuinte;

3.11.7.14. Permitir a emissão do certificado de perpetuidade de Jazigo.

3.11.8. Módulo Domicílio Tributário Eletrônico

3.11.8.1. Permitir total integração com demais módulos tributários e com os sistemas contábeis e de protocolo;

3.11.8.2. Permitir o envio de notificações eletrônicas via Domicílio Tributário Eletrônico para os Contribuintes.

3.11.8.3. Permitir o envio de e-mail quando for enviada notificação via Domicílio Tributário eletrônico.

3.11.8.4. Permitir que a fiscalização possa consultar o recebimento das correspondências por meio de relatório contendo no mínimo as seguintes informações: data de ciência, nome do contribuinte, CNPJ/CPF, inscrição municipal.

3.11.8.5. Possuir Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), para confirmação do recebimento de notificações eletrônicas enviadas pelo sistema.

3.11.8.6. Permitir a visualização da correspondência recebida.

3.11.8.7. Possuir o bloqueio do acesso das funcionalidades do sistema até que o contribuinte dê ciência no recebimento da notificação enviada via DTE.

3.11.8.8. Permitir o envio de notificação via DTE, contendo guia de recolhimento para visualização e impressão pelo contribuinte.

3.11.8.9. Permitir o registro de ciência do recebimento da correspondência pelo contribuinte, com informação da data e usuário cadastrado que deu ciência no recebimento, através de certificado digital ou senha de acesso ao sistema (login e senha).

3.11.9. Módulo de Recadastramento Mobiliário

3.11.9.1. Deverá ser disponível na Web, sem limitações de acessos simultâneos;

3.11.9.2. Ser executado em pelo menos dois Browsers sem apresentar distorções;

3.11.9.3. Os aplicativos WEB deverão estar integrados de forma ONLINE com o servidor de dados residente na prefeitura;

3.11.9.4. As Guias e Relatórios retornados pelos aplicativos WEB, através do Browser, deverão estar no formato PDF - Acrobat Reader; Os aplicativos WEB deverão ser acessíveis através de um LINK disponibilizado na própria página da Prefeitura;

3.11.9.5. Utilização de senhas previamente cadastradas para acesso as rotinas.

3.11.9.6. Disponibilizar a solicitação da senha através da própria página, permitindo à prefeitura analisar a solicitação e enviar a senha para o e-mail do contribuinte;

- 3.11.9.7. O módulo deverá ser totalmente integrado com sistema de Arrecadação sem necessidade de transferência via arquivo;
- 3.11.9.8. O módulo deverá garantir sigilo absoluto quanto as informações particulares de cada responsável pelo cadastramento;
- 3.11.9.9. Possibilitar a parametrização dos dados a serem cadastrados, configurando-os como Obrigatório ou Opcional;
- 3.11.9.10. O módulo deverá utilizar as informações de empresas, suas atividades e alíquotas, registradas no sistema de Arrecadação, para comparação no momento da digitação das novas informações inseridas;
- 3.11.9.11. Deverá permitir o salvamento parcial das informações visto que se trata de muitos dados e/ou a comunicação com a prefeitura ser interrompido (falhas adversas);
- 3.11.9.12. Permitir o aceite/recusa (substituição dos dados atuais com os cadastrados) das informações cadastradas mediante análise interna das mesmas;
- 3.11.9.13. Permitir a impressão dos dados cadastrados bem como o comprovante de cadastramento no ato da finalização.

3.11.10. Módulo de Cadastramento Imobiliário

- 3.11.10.1. Deverá ser disponível na Web, sem limitações de acessos simultâneos;
- 3.11.10.2. Deverá ser executado em pelo menos dois Browsers sem apresentar distorções;
- 3.11.10.3. Os aplicativos WEB deverão estar integrados de forma ONLINE com o servidor de dados residente na prefeitura;
- 3.11.10.4. As Guias e Relatórios retornados pelos aplicativos WEB, através do Browser, deverão estar no formato PDF - Acrobat Reader;
- 3.11.10.5. Os aplicativos WEB deverão ser acessíveis através de um LINK disponibilizado na própria página da Prefeitura;
- 3.11.10.6. Permitir que o contribuinte possa fazer seu cadastro, quando este não possuir cadastro na prefeitura;
- 3.11.10.7. Possuir rotina de validação de senha, através de e-mail cadastrado;
- 3.11.10.8. Permitir que o Contribuinte possa cadastrar um novo imóvel ou fazer o cadastramento de um imóvel existente, atualizando as características básicas das benfeitorias;
- 3.11.10.9. Este módulo deverá ser totalmente integrado ao módulo tributário destinado ao cadastro Imobiliário;
- 3.11.10.10. Permitir que o contribuinte possa fazer a inclusão de novos imóveis, sem que haja inscrição imobiliária previamente definida;
- 3.11.10.11. Permitir que o contribuinte ao utilizar a opção de cadastramento, possa atribuir o número da inscrição cadastral existente na Prefeitura para atualização das informações;
- 3.11.10.12. Permitir que o contribuinte ao lançar o endereço do imóvel, possa ter acesso às ruas já cadastradas no município e caso ele não encontre, o contribuinte possa efetuar o

cadastro da mesma sem intervenção no cadastro existente na prefeitura, para este caso, o contribuinte deverá ter uma opção onde deverá informar se a rua foi criada recentemente ou se ela mudou de nome;

3.11.10.13. Permitir que o contribuinte possa lançar/atualizar o endereço para correspondência;

3.11.10.14. Permitir o controle do Cadastramento/Recadastramento através de um número de protocolo que deverá estar em um documento a ser impresso pelo contribuinte no final de cadastramento/Recadastramento;

3.11.10.15. Permitir definição (incluir, editar e excluir) de campos estruturais para as informações referentes ao recadastramento Imobiliário, dessa forma, o próprio usuário poderá definir os campos que deverão estar disponíveis na web para o recadastramento;

3.11.10.16. Permitir que o usuário possa definir as informações referentes aos campos que se tornarão padrão de cadastro, estas informações deverão estar sendo incluídas juntamente com as inscrições Cadastradas/Recadastradas pelos contribuintes;

3.11.10.17. Permitir que ao terminar o Cadastramento/Recadastramento, que o contribuinte possa fazer o acompanhamento cadastro através do número de protocolo gerado;

3.11.10.18. Permitir que o contribuinte possa anexar uma ou mais fotos, referentes ao imóvel cadastrado ou recadastrado;

3.11.10.19. Permitir relatório dos imóveis recadastrados, emitindo a inscrição cadastral, as características e o endereço do imóvel;

3.11.10.20. Permitir relatório dos imóveis cadastrados, emitindo o endereço e proprietário do imóvel;

3.11.10.21. Permitir o salvamento parcial das informações visto que se trata de muitos dados e/ou a comunicação com a prefeitura ser interrompido (falhas adversas);

3.11.10.22. Permitir que o usuário, na prefeitura, possa fazer o aceite/recusa (substituição dos dados atuais com os recadastrados) das informações recadastradas mediante análise interna das mesmas;

3.11.10.23. Permitir que o usuário, na prefeitura, possa fazer o aceite/recusa dos Novos imóveis cadastrados mediante análise interna das mesmas;

3.11.10.24. Permitir a impressão dos dados recadastrados bem como o comprovante de recadastramento no ato da finalização.

3.11.11. Módulo de Coleta de Informações

3.11.11.1. Permitir o cadastro de campos diversos, segundo interesse dos gestores do módulo, para aperfeiçoamento da rotina;

3.11.11.2. Permitir vincular arquivos digitais no formato PDF, JPEG, XLSX (Excel), DWG (Autocad), SHP (Shapefile);

3.11.11.3. Possuir rotina de integração com o cadastro imobiliário da prefeitura, possibilitando a recuperação dos imóveis com as informações relevantes ao módulo coletor, tais como

localização, quadra, lote, loteamento, características e dimensões;

3.11.11.4. Possuir rotina de manutenção de imóveis, possibilitando a modificação e/ou inclusão de um novo imóvel bem como a modificação e/ou inclusão de uma nova característica e/ou dimensão, visando a atualizações cadastrais do mesmo;

3.11.11.5. Possuir rotina de integração com o módulo de planejamento urbano da prefeitura, possibilitando a recuperação de informações, tais como logradouros, bairros;

3.11.11.6. Possuir rotina de manutenção de logradouros, possibilitando a modificação e/ou inclusão de uma nova informação neste cadastro;

3.11.11.7. Possuir rotina de manutenção de bairros, possibilitando a modificação e/ou inclusão de uma nova informação neste cadastro;

3.11.11.8. Possuir rotina de cadastro de fiscais, os quais serão habilitados conforme permissão de acesso, a utilizarem as opções do modulo coletor seja monitorando as informações como gestor ou coletando informações em campo como agentes;

3.11.11.9. Possuir rotina de manutenção de questionários, possibilitando a modificação, exclusão e inclusão de novos questionários, informando a pergunta e o tipo de resposta esperado, cuja a mesma, poderá ser: textual, numérica, data ou seleção de opções pré-definidas;

3.11.11.10. Possuir rotina de manutenção de questionário, através do qual serão inseridas as questões previamente estabelecidas;

3.11.11.11. Possuir rotina de manutenção de tipos de coletas, onde serão cadastrados os tipos de coletas padrões tais como: Questionários para liberação do Habite-se, recadastramentos e fiscalização de Obras;

3.11.11.12. Possuir rotina de manutenção de ordens de serviços, através da qual serão informados o fiscal, o tipo de coleta, o questionário, os imóveis que serão visitados pelo mesmo, previsão de conclusão, data e hora de início, data e hora de término, sendo organizados por Bairro, Logradouro e nº do imóvel;

3.11.11.13. Possuir rotina de manutenção de pareceres, os quais deverão ser informados sobre a situação da informação apurada pelo fiscal;

3.11.11.14. Possuir rotina de gestão e monitoramento do andamento dos diversos tipos de levantamento efetuado pelo fiscal, sendo apresentável visualmente em mapa através de marcações e legendas previamente configurados conforme o tipo de coleta e visualização do caminho percorrido pelo fiscal em campo (trilha), de um ou mais fiscais ao mesmo tempo;

3.11.11.15. Possuir rotina de coleta de informações: a rotina será utilizada através de dispositivo móvel onde o fiscal fará o acesso através de login e senha e realizará as diversas coletas determinadas para o mesmo, mediante as ordens de serviços/tipos de coletas: coletas de recadastramento dos imóveis, Cadastro de informações para efeito de liberação do Habite-se, informando local, coordenadas, pareceres;

3.11.11.16. Permitir aos fiscais a possibilidade de envio de fotos, vídeos ou arquivos como forma de ilustrar os fatos apontados no momento da fiscalização;

3.11.11.17. Permitir aos fiscais da prefeitura possam coletar as informações necessárias ao cadastro de imóveis, estas informações deverão ser disponibilizadas em tempo real, utilizando dispositivo Móvel e ser totalmente integrada ao Cadastro Imobiliário;

3.11.11.18. Permitir que os fiscais da Prefeitura possam coletar as informações necessárias referente às vistorias solicitadas pelos contribuintes, nos imóveis que necessitam da Certidão de Habite-se, estas informações deverão ser disponibilizadas em tempo real, utilizando dispositivo Móvel e ser totalmente integrada ao do Planejamento Urbano.

3.12. SISTEMA DE ALVARÁ ELETRÔNICO

3.12.1. Módulo Alvará Eletrônico

3.12.1.1. Permitir a parametrização do sistema por parte da Administração Municipal;

3.12.1.2. Permitir regras pré-definidas de funcionamento como a classificação de Zonas e “Usos Permitidos” para essa Zona;

3.12.1.3. Configurar etapas dentro dos tipos de processos vinculados ao processo de abertura, alteração, encerramento e licenciamento de empresas;

3.12.1.4. Permitir a criação de órgãos;

3.12.1.5. Permitir a criação de requisitos vinculados aos órgãos;

3.12.1.6. Permitir a definição de risco dos requisitos, inclusive se um requisito é de análise automática;

3.12.1.7. Definir ordem das etapas criadas dentro de cada processo;

3.12.1.8. Configurar requisitos prévios para análises de consultas prévias;

3.12.1.9. Configurar requisitos para Alvará de localização e funcionamento;

3.12.1.10. Configurar requisitos para Licenciamento;

3.12.1.11. Apresentar a Base Legal para o Deferimento/Indeferimento da solicitação;

3.12.1.12. Permitir o cadastramento de perguntas por etapa do processo que servirão para especificar características que não são esclarecidas pelo CNAE e que são necessárias para a validação da solicitação em determinadas secretarias envolvidas;

3.12.1.13. Vincular tabela que relacione as perguntas criadas a um ou mais CNAEs;

3.12.1.14. Configurar pré-requisitos que deverão ser atendidos antes da liberação de viabilidade

3.12.1.15. Configurar requisitos que deverão ser atendidos antes da liberação do funcionamento;

3.12.1.16. Configurar endereço eletrônico para recepcionar e-mails encaminhados pelos usuários não logados;

3.12.1.17. Permitir cadastrar assunto, pergunta e resposta para módulo de perguntas frequentes;

3.12.1.18. Permitir que qualquer pessoa física ou jurídica efetue o cadastro no sistema

informando, no mínimo, os seguintes dados: Nome, CPF, Usuário, Senha, e-mail e telefones para contato (fixo, comercial e/ou celular);Enviar os dados de acesso para o e-mail do usuário cadastrado;

3.12.1.19. Possuir identificação, senha e teclado virtual (para garantir a proteção contra monitoração da digitação através do teclado físico).

3.12.2. Módulo Consulta Prévia para Empresas

3.12.2.1. Permitir que o usuário faça uma consulta prévia contendo as informações sobre a possibilidade de exercer as atividades escolhidas no endereço informado, a disponibilidade do Nome Empresarial pretendido (no caso de registro na Junta Comercial) e os Alvarás e Licenças necessários para o funcionamento;

3.12.2.2. Exigir que o solicitante possua um cadastro no sistema;

3.12.2.3. Exigir para consulta os seguintes dados obrigatórios: Nome e CPF do Requerente, Endereço (CEP, inscrição imobiliária ou logradouro), área do imóvel e área utilizada, atividades CNAE (principal e secundárias), questionário específico do contribuinte vinculado ao CNAE (caso tenha);

3.12.2.4. Disponibilizar um Protocolo de solicitação da consulta e disponibilizar a listagem de todos os protocolos vinculados ao cadastro;

3.12.2.5. Armazenar todas as consultas no sistema com identificação do usuário, data, IP e horário (registro de log);

3.12.2.6. Permitir análise pela Prefeitura dos dados informados pelo solicitante;

3.12.2.7. Apresentar para o usuário (contribuinte) a visualização em mapa georeferenciado e disponibilizar a visualização de escolas, hospitais e postos de saúde próximos ao endereço da solicitação;

3.12.2.8. Apresentar para o analista (prefeitura) a visualização em mapa georeferenciado e disponibilizar a visualização de escolas, hospitais e postos de saúde próximos ao endereço da solicitação;

3.12.2.9. Apresentar se o uso é permitido ou não para o endereço informado pelo solicitante com base na tabela configurada;

3.12.2.10. Permitir que o analista aprove ou não o pedido e possibilitar a inserção da justificativa de análise positiva ou negativa;

3.12.2.11. Permitir selecionar o embasamento legal da análise;

3.12.2.12. Enviar e-mail automático para o solicitante com as informações da análise após ação do analista;

3.12.2.13. Permitir que o analista devolva o processo para o usuário efetuar alterações e dar andamento na solicitação (se necessário).

3.12.3. Módulo Abertura de Empresas

3.12.3.1. Permitir que o solicitante efetue sua inscrição junto ao município podendo ou não

passar por viabilidade;

3.12.3.2. Integrar com os órgãos de registro respeitando as limitações técnicas de cada órgão envolvido;

3.12.3.3. Exigir o cadastro do solicitante para utilizar este módulo;

3.12.3.4. Dar continuidade a uma consulta prévia permitindo inserir dados complementares como por exemplo, Inscrição Cadastral do Imóvel, natureza jurídica, descrição das atividades exercidas, opções de nomes empresariais (se o registro for pertinente a Junta Comercial);

3.12.3.5. Efetuar o pedido de abertura/viabilidade informando os dados como por exemplo, nome e cpf do requerente, endereço, área, CNAEs (principal e secundários) e se for o caso perguntas predefinidas pela Prefeitura (vinculadas aos CNAEs);

3.12.3.6. Emitir protocolo referente ao processo para que o usuário possa acompanhar o andamento da solicitação;

3.12.3.7. Armazenar todos os protocolos com registro do solicitante, horário, data e IP;

3.12.3.8. Apresentar para o analista a visualização em mapa georeferenciado e disponibilizar a visualização de escolas, hospitais e postos de saúde próximos ao endereço da solicitação;

3.12.3.9. Apresentar com base na informação pre-configurada a permissão ou não dos usos permitidos para a região;

3.12.3.10. Permitir aprovação por CNAE de “uso permitido”;

3.12.3.11. Apresentar os documentos necessários para que o usuário possa obter o Alvará;

3.12.3.12. Permitir a seleção da base legal que justifique o deferimento/indeferimento;

3.12.3.13. Enviar, após análise, e-mail automático informando a movimentação do protocolo ao usuário;

3.12.3.14. Permitir devolução do processo ao usuário para eventuais correções;

3.12.3.15. Permitir o preenchimento dos dados complementares (dados cadastrais) após o deferimento de Nome Empresarial (Junta Comercial) com os seguintes campos;

- Nome Empresarial;
- Nome Fantasia;CNPJ;
- Inscrição Estadual;
- Órgão de Registro;
- Natureza Jurídica;
- Número de Registro;
- Data do Registro;
- Data da última alteração contratual;
- Valor do Capital Social;
- Inscrição Imobiliária (Sem permissão para editar);
- Tipo de logradouro (Sem permissão para editar);
- Logradouro (Sem permissão para editar);
- Número (Sem permissão para editar);
- Complemento (Sem permissão para editar);

- CEP (Sem permissão para editar);
- Site da empresa;
- E-mail (obrigatório); Telefone (obrigatório) Endereço de correspondência (com opção de copiar os dados de localização) ou campos para informar: Tipo de Logradouro, Logradouro, Número;
- Complemento, CEP, Cidade, Estado;
- Atividades exercidas (objeto social);
- Atividades CNAE (s) (Sem permissão para editar);
- Perguntas vinculadas (quando pré-configuradas); Quadro societário e administradores e responsáveis: Identificação do contador (PF ou PJ previamente cadastrado com CRC – e vínculo com a empresa), identificação do responsável legal (PF previamente cadastrada no sistema ou se fizer parte do QSA completar com dados de sócio/administrador: CPF/CNPJ, tipo de vínculo e participação societária (de acordo com as regras da RFB), natureza jurídica, nome, endereço completo, telefone, fax, celular e E-mail;
- Horário de funcionamento;
- Área utilizada;
- Publicidade;

3.12.3.16. Permitir a emissão do protocolo de dados cadastrais com todas as informações na lista de acompanhamento dos protocolos vinculados ao usuário;

3.12.3.17. Armazenar todos os protocolos com registro do solicitante, horário, data e IP;

3.12.3.18. Apresentar a situação do protocolo (acompanhamento);

3.12.3.19. Enviar e-mail automático para o solicitante com as informações da análise após ação do analista;

3.12.3.20. Permitir que o analista devolva o processo para o usuário efetuar alterações e dar andamento na solicitação (se necessário);

3.12.3.21. Permitir que o Auditor anexe e retire documentações, junto ao Protocolo;

3.12.3.22. Permitir que o contribuinte/usuário somente anexe documentações, junto ao Protocolo.

3.12.4. Alteração dos Dados Cadastrais de Empresas

3.12.4.1. Exigir que a empresa possua cadastro ativo (aberta);

3.12.4.2. Exigir que o solicitante esteja cadastrado no sistema e seja contador vinculado ou responsável legal da Empresa;

3.12.4.3. Permitir atualização/alteração de informações;

3.12.4.4. Validar eletronicamente dados de registro, correspondência, atividades, QSA e informações pertinentes à administração através de convênios com Órgãos de Registro;

3.12.4.5. Disponibilizar tipos de alteração de acordo com: Alteração simples e viabilidade;

3.12.4.6. Permitir alteração Simples: Dados da empresa, sócios, contábeis, contato;

3.12.4.7. Buscar os dados da empresa, para alteração simples, e não permitir alterar os

dados de viabilidade – Inscrição estadual, inscrição municipal, endereço empresarial (local da atividade), descrição da atividade econômica, atividades (CNAEs);

3.12.4.8. Apresentar somente as telas de dados de endereço, atividades, perguntas vinculadas (se for o caso) e área, para viabilidade;

3.12.4.9. Permitir a emissão do protocolo de dados cadastrais, após preenchimento das informações de alterações, com todas as informações na lista de acompanhamento dos protocolos vinculados ao usuário e evidenciar o que foi alterado;

3.12.4.10. Armazenar todos os protocolos com registro do solicitante, horário, data e IP;

3.12.4.11. Apresentar a situação do protocolo (acompanhamento) com o status de qual (s) órgão (s) estão em analisando ou se for o caso apresentar se a pendência se encontra com o usuário;

3.12.4.12. Enviar e-mail automático para o solicitante com as informações da análise após ação do analista;

3.12.4.13. Permitir que o analista devolva o processo para o usuário efetuar alterações e dar andamento na solicitação (se necessário);

3.12.4.14. Permitir que o Auditor anexe e retire documentações, junto ao Protocolo;

3.12.4.15. Permitir que o contribuinte/usuário somente anexe documentações ao Protocolo.

3.12.5. Solicitação de Cancelamento de Inscrição Municipal para Encerramento de Empresa

3.12.5.1. Exigir que a empresa possua cadastro ativo (aberta) ou paralisada;

3.12.5.2. Exigir que o solicitante esteja cadastrado no sistema e seja contador vinculado ou responsável legal da Empresa;

3.12.5.3. Exigir que seja informado Inscrição Municipal e CNPJ, para iniciar a solicitação;

3.12.5.4. Informar motivo da solicitação (com base em uma tabela pré-definida pela Prefeitura), e solicitar confirmação;

3.12.5.5. Permitir a emissão do protocolo de dados cadastrais, após preenchimento das informações de alterações, com todas as informações na lista de acompanhamento dos protocolos vinculados ao usuário;

3.12.5.6. Armazenar todos os protocolos com registro do solicitante, horário, data e IP;

3.12.5.7. Apresentar a situação do protocolo (acompanhamento) com o status de qual (s) órgão (s) estão em analisando ou se for o caso apresentar se a pendência se encontra com o usuário;

3.12.5.8. Enviar e-mail automático para o solicitante com as informações da análise após ação do analista;

3.12.5.9. Permitir que o analista devolva o processo para o usuário efetuar alterações e dar andamento na solicitação (se necessário);

3.12.5.10. Permitir que o Auditor anexe e retire documentações, junto ao Protocolo;

3.12.5.11. Permitir que o contribuinte/usuário somente anexe documentações, junto ao

3.12.6. Recadastramento de Empresas

- 3.12.6.1. Permitir uma atualização cadastral forçada;
- 3.12.6.2. Exigir que a empresa possua cadastro ativo (aberta) ou paralisada;
- 3.12.6.3. Exigir que o solicitante esteja cadastrado no sistema e seja contador vinculado ou responsável legal da Empresa;
- 3.12.6.4. Exigir que seja informado Inscrição Municipal e CNPJ para iniciar a solicitação;
- 3.12.6.5. Permitir o preenchimento total dos dados cadastrais (informações apresentadas em branco);
- 3.12.6.6. Permitir a emissão do protocolo de dados cadastrais, após preenchimento das informações de alterações, com todas as informações na lista de acompanhamento dos protocolos vinculados ao usuário;
- 3.12.6.7. Garantir que todos os recadastramentos sejam armazenados com registro do solicitante, horário, data e IP;
- 3.12.6.8. Garantir que os protocolos originados do recadastramento sejam armazenados a parte sem sobrescrever as informações antigas e são apresentados relatórios com as modificações, separadamente para alterações que não necessitam de análise cadastral da prefeitura e alterações que envolvem análise da prefeitura para posterior ação definida pela administração;
- 3.12.6.9. Enviar e-mail automático para o solicitante com as informações da análise após ação do analista;
- 3.12.6.10. Permitir que o analista devolva o processo para o usuário efetuar alterações e dar andamento na solicitação (se necessário);
- 3.12.6.11. Permitir que o Auditor anexe e retire documentações, junto ao Protocolo;
- 3.12.6.12. Permitir que o contribuinte/usuário somente anexe documentações, junto ao Protocolo.

3.12.7. Inscrição de Autônomos

- 3.12.7.1. Permitir que o solicitante efetue sua inscrição junto ao município podendo ou não passar por viabilidade;
- 3.12.7.2. Integrar com os órgãos de registro respeitando as limitações técnicas de cada órgão envolvido;
- 3.12.7.3. Exigir o cadastro do solicitante para utilizar este módulo;
- 3.12.7.4. Efetuar o pedido de abertura/viabilidade informando os dados como por exemplo, nome e cpf do requerente;
- 3.12.7.5. Exigir os dados abaixo para identificação do profissional;
 - Nome Empresarial;

- Nome Fantasia;
- CPF;
- RG/RM;
- Emissor;
- Data do Registro;
- Documento de qualificação;
- Data do documento de qualificação;
- Inscrição Imobiliária;
- Tipo de logradouro;
- Logradouro;
- Número;
- Complemento;
- CEP;
- Site;
- E-mail (obrigatório);
- Telefone;
- Endereço de correspondência (com opção de copiar os dados de localização) ou campos para informar: Tipo de Logradouro, Logradouro, Número, Complemento, CEP, Cidade, Estado;
- Atividades exercidas;
- Atividades CBO;

3.12.7.6. Emitir protocolo referente ao processo para que o usuário possa acompanhar o andamento da solicitação;

3.12.7.7. Armazenar todos os protocolos com registro do solicitante, horário, data e IP;

3.12.7.8. Apresentar os documentos necessários para que o usuário possa obter o Alvará;

3.12.7.9. Permitir a seleção da base legal que justifique o deferimento/indeferimento;

3.12.7.10. Enviar, após análise, e-mail automático informando ao usuário a movimentação do protocolo;

3.12.7.11. Permitir devolução do processo ao usuário para eventuais correções;

3.12.7.12. Permitir que o Auditor anexe e retire documentações, junto ao Protocolo;

3.12.7.13. Permitir que o contribuinte/usuário somente anexe documentações, junto ao Protocolo.

3.12.8. Alteração dos Dados Cadastrais de Autônomos

3.12.8.1. Exigir que o autônomo possua cadastro ativo (aberta);

3.12.8.2. Exigir que o solicitante esteja cadastrado no sistema e seja contador vinculado ou responsável legal do Autônomo;

3.12.8.3. Permitir alteração de todos os dados do autônomo ao informar dados do requerente,

cpf e inscrição municipal do autônomo;

- Nome Empresarial;
- Nome Fantasia;
- CPF;
- RG/RM;
- Emissor;
- Data do Registro;
- Documento de qualificação;
- Data do documento de qualificação;
- Inscrição Imobiliária;
- Tipo de logradouro;
- Logradouro;
- Número;Complemento;
- CEP;
- Site
- E-mail (obrigatório);
- Telefone;
- Endereço de correspondência (com opção de copiar os dados de localização) ou campos para informar: Tipo de Logradouro, Logradouro, Número, Complemento, CEP, Cidade, Estado;
- Atividades exercidas;
- Atividades CBO.

3.12.8.4. Permitir a emissão do protocolo de dados cadastrais, após preenchimento das informações de alterações, com todas as informações na lista de acompanhamento dos protocolos vinculados ao usuário e evidenciar o que foi alterado;

3.12.8.5. Armazenar todos os protocolos com registro do solicitante, horário, data e IP;

3.12.8.6. Apresentar a situação do protocolo com o status de qual(is) órgão(s) estão em analisando ou se for o caso apresentar se a pendência se encontra como usuário;

3.12.8.7. Enviar e-mail automático para o solicitante com as informações da análise após ação do analista;

3.12.8.8. Permitir que o analista devolva, defira ou indefira o processo para o usuário efetuar alterações e dar andamento na solicitação;

3.12.8.9. Permitir que o Auditor anexe e retire documentações, junto ao Protocolo;

3.12.8.10. Permitir que o contribuinte/usuário somente anexe documentações, junto ao Protocolo.

3.12.9. Solicitação de Cancelamento de Inscrição Municipal para Encerramento de Autônomo

- 3.12.9.1. Exigir que o autônomo possua cadastro ativo (aberta);
- 3.12.9.2. Exigir que o solicitante esteja cadastrado no sistema e seja contador vinculado ou responsável legal do autônomo;
- 3.12.9.3. Exigir que seja informado Inscrição Municipal e CPF para iniciar a solicitação;
- 3.12.9.4. Informar motivo da solicitação (com base em uma tabela pré-definida pela Prefeitura), e solicitar confirmação;
- 3.12.9.5. Permitir a emissão do protocolo de dados cadastrais, após preenchimento das informações de alterações, com todas as informações na lista de acompanhamento dos protocolos vinculados ao usuário;
- 3.12.9.6. Armazenar todos os protocolos com registro do solicitante, horário, data e IP;
- 3.12.9.7. Apresentar a situação do protocolo (acompanhamento) com o status de qual (is) órgão (s) estão em analisando ou se for o caso apresentar se a pendência se encontra com o usuário;
- 3.12.9.8. Enviar e-mail automático para o solicitante com as informações da análise após ação do analista;
- 3.12.9.9. Permitir que o analista devolva, defira ou indefira o processo para o usuário efetuar alterações e dar andamento na solicitação (se necessário);
- 3.12.9.10. Permitir que o Auditor anexe e retire documentações, junto ao Protocolo;
- 3.12.9.11. Permitir que o contribuinte/usuário somente anexe documentações, junto ao Protocolo.

3.12.10. Recadastramento de Autônomos

- 3.12.10.1. Permitir atualização cadastral forçada;
- 3.12.10.2. Exigir que o autônomo possua cadastro ativo (aberta) ou paralisada;
- 3.12.10.3. Exigir que o solicitante esteja cadastrado no sistema e seja contador vinculado ou responsável legal do autônomo;
- 3.12.10.4. Exigir que seja informado Inscrição Municipal e CPF para iniciar a solicitação;
- 3.12.10.5. Permitir o preenchimento total dos dados cadastrais (informações apresentadas em branco);
- 3.12.10.6. Permitir a emissão do protocolo de dados cadastrais, após preenchimento das informações de alterações, com todas as informações na lista de acompanhamento dos protocolos vinculados ao usuário;
- 3.12.10.7. Garantir que todos os recadastramentos são armazenados com registro do solicitante, horário, data e IP;
- 3.12.10.8. Garantir que os protocolos originados do recadastramento são armazenados a parte sem sobrescrever as informações antigas e são apresentados relatórios com as

modificações, separadamente para alterações que não necessitam de análise cadastral da prefeitura e alterações que envolvem análise da prefeitura para posterior ação definida pela administração;

3.12.10.9. Enviar e-mail automático para o solicitante com as informações da análise após ação do analista;

3.12.10.10. Permitir que o analista devolva o processo para o usuário efetuar alterações e dar andamento na solicitação (se necessário);

3.12.10.11. Permitir que o Auditor anexe e retire documentações, junto ao Protocolo;

3.12.10.12. Permitir que o contribuinte/usuário somente anexe documentações, junto ao Protocolo.

3.12.11. Módulo de Licenciamento

3.12.11.1. Permitir que a administração defina quais atividades devem passar pela análise de licenciamento e quais órgãos devem analisar o licenciamento;

3.12.11.2. Permitir que a administração cadastre perguntas específicas para o licenciamento de acordo com atividades e suas respectivas classificações de risco;

3.12.11.3. Permitir que o usuário solicite a análise de licenciamento caso já possua os dados cadastrais ativos;

3.12.11.4. Permitir que licenças ativas, vencidas sejam revalidadas/reavaliadas a parte desde que não haja alterações de viabilidade no cadastro da inscrição municipal;

3.12.11.5. Permitir que ocorra avaliação de licenciamento caso a (s) atividade (s) da Inscrição Municipal estejam pré configuradas com o requisito de licenciamento;

3.12.11.6. Permitir que as regras de licenciamento estejam vinculadas a abertura, alteração, recadastramento e licenciamento;

3.12.11.7. Gerar documentação referente ao licenciamento (certidões, formulários e licenças);

3.12.11.8. Controlar validade das licenças geradas pelo sistema.

3.12.12. Módulo Alvará de Eventos

3.12.12.1. Exigir que o usuário possua cadastro ativo no sistema;

3.12.12.2. Solicitar dados do promotor do evento:

- Nome/Razão Social;
- CPF/CNPJ;
- Representante legal (em caso de pessoa jurídica);
- CPF;
- Endereço completo;
- E-mail;
- Telefone;
- Celular;

- Nome do evento;
- Endereço completo do evento ou trecho do evento ou parque;
- Área do evento;
- Índice cadastral;
- Natureza do evento: Cultural, Político, Expositivo, Esportivo, Social, Entretenimento e Lazer, Religioso e Outros;
- Duração: data ou período e horário;
- Montagem: data ou período e horário;
- Desmontagem: data ou período e horário;
- Público estimado;
- Haverá atividades de apoio? (Juizado de menor, ambulância, etc);
- Uso de publicidade? Sim/Não;
- Espetáculo pirotécnico? Sim/Não;
- Trio elétrico? Sim/Não;
- Gerador ou similares? Sim/Não;
- Aparelho sonoro de áudio e vídeo? Sim/Não; Mesas e/ou cadeiras? Sim/Não – Quantidade;
- Sanitários móveis? Sim/Não – Quantidade;
- Barracas? Sim/Não 0 Quantidade;
- Palco, palanque ou tablado? Sim/Não – Dimensões (CxLxA) – Cobertura ou Iluminação? Sim/Não;
- Tenda ou Similares? Sim/Não - Dimensões (CxLxA) – Quantidade;
- Outros;
- Estimativa de geração de resíduos;
- Memorial descritivo do evento;

3.12.12.3. Apresentar termo de responsabilidade;

3.12.12.4. Apresentar listagem de documentação a ser anexada ao protocolo para andamento da solicitação

3.12.12.5. Permitir a emissão do protocolo de dados cadastrais com todas as informações na lista de acompanhamento dos protocolos vinculados ao usuário;

3.12.12.6. Armazenar todos os protocolos com registro do solicitante, horário, data e IP;

3.12.12.7. Apresentar a situação do protocolo (acompanhamento);

3.12.12.8. Enviar e-mail automático para o solicitante com as informações da análise após ação do analista;

3.12.12.9. Permitir que o analista devolva o processo para o usuário efetuar alterações e dar andamento na solicitação (se necessário);

3.12.12.10. Gerar documentação referente ao alvará;

3.12.12.11. Permitir que o Auditor anexe e retire documentações, junto ao Protocolo;

3.12.12.12. Permitir que o contribuinte/usuário somente anexe documentações, junto ao

3.12.13. Cadastro de Ofício de Empresas

3.12.13.1. Permitir que a administração efetue cadastro/encerramento de ofício de empresas irregulares e sem dados no sistema;

3.12.13.2. Ao definir qual o tipo está sendo aberto (Empresa) solicitar ao usuário o preenchimento das seguintes informações;

- Nome Empresarial;
- Nome Fantasia;
- CNPJ;
- Inscrição Estadual;
- Natureza Jurídica;
- Inscrição Imobiliária (Sem permissão para editar);Tipo de logradouro;
- Logradouro;
- Número;
- Complemento;
- CEP;
- E-mail;
- Telefone;
- Atividades CNAE (s);
- Requisitos a serem avaliados;

3.12.13.3. Permitir a emissão do protocolo de dados cadastrais, após preenchimento das informações, com todas as informações na lista de acompanhamento dos protocolos vinculados ao usuário;

3.12.13.4. Armazenar todos os protocolos com registro do solicitante, horário, data e IP;

5.17.13.5. Apresentar a situação do protocolo (acompanhamento) com o status de qual(is) órgão(s) estão em analisando ou se for o caso apresentar se a pendência se encontra com o usuário;

3.12.13.5. Enviar e-mail automático para o solicitante com as informações da análise após ação do analista;

3.12.13.6. Permitir que o analista devolva, defira ou indefira o processo para o usuário efetuar alterações e dar andamento na solicitação (se necessário);

3.12.13.7. Permitir que o Auditor anexe e retire documentações, junto ao Protocolo

3.12.14. Encerramento de Ofício de Empresas

3.12.14.1. Exigir que a empresa possua cadastro ativo (aberta) ou paralisada;

3.12.14.2. Exigir que seja informado Inscrição Municipal e CNPJ para iniciar a solicitação;

3.12.14.3. Informar motivo da exclusão (com base em uma tabela pré-definida pela Prefeitura), e

solicitar confirmação;

3.12.14.4. Informar data de encerramento;

3.12.14.5. Permitir a emissão do protocolo de dados cadastrais, após preenchimento das informações de alterações, com todas as informações na lista de acompanhamento dos protocolos vinculados ao usuário;

3.12.14.6. Armazenar todos os protocolos com registro do solicitante, horário, data e IP;

3.12.14.7. Permitir que o Auditor anexe e retire documentações, junto ao Protocolo

3.12.15. Cadastro de Ofício de Autônomos

3.12.15.1. Permitir que a administração efetue cadastro/encerramento de ofício de autônomos irregulares e sem dados no sistema;

3.12.15.2. Solicitar ao usuário o preenchimento das seguintes informações:

- Requerente;
- CPF;
- Data de Nascimento;
- Sexo;
- Tipo de autônomo;
- Inscrição Imobiliária (Sem permissão para editar);
- Tipo de logradouro;
- Logradouro;
- Número;
- Complemento;
- CEP;
- E-mail;
- Telefone;
- Atividades CBO (s);
- Requisitos a serem avaliados;

3.12.15.3. Permitir a emissão do protocolo de dados cadastrais, após preenchimento das informações, com todas as informações na lista de acompanhamento dos protocolos vinculados ao usuário;

3.12.15.4. Armazenar todos os protocolos com registro do solicitante, horário, data e IP;

3.12.15.5. Apresentar a situação do protocolo (acompanhamento) com o status de qual (is) órgão (s) estão em analisando ou se for o caso apresentar se a pendência se encontra com o usuário;

3.12.15.6. Enviar e-mail automático para o solicitante com as informações da análise após ação do analista;

3.12.15.7. Permitir que o analista devolva, defira ou indefira o processo para o usuário efetuar alterações e dar andamento na solicitação (se necessário);

3.12.15.8. Permitir que o Auditor anexe e retire documentações, junto ao Protocolo.

3.12.16. Encerramento de Ofício de Autônomos

3.12.16.1. Exigir que o autônomo possua cadastro ativo (aberta) ou paralisada;

3.12.16.2. Exigir que seja informado Inscrição Municipal e CPF para iniciar a solicitação;

3.12.16.3. Informar motivo da exclusão (com base em uma tabela pré-definida pela Prefeitura), e solicitar confirmação;

3.12.16.4. Informar data de encerramento;

3.12.16.5. Permitir a emissão do protocolo de dados cadastrais, após preenchimento das informações de alterações, com todas as informações na lista de acompanhamento dos protocolos vinculados ao usuário;

3.12.16.6. Armazenar todos os protocolos com registro do solicitante, horário, data e IP;

3.12.16.7. Permitir que o Auditor anexe e retire documentações, junto ao Protocolo.

3.12.17. Recursos Facilitadores

3.12.17.1. Permitir que a administração abra ocorrências solicitando manutenções/correções no sistema através de um sistema online;

3.12.17.2. Permitir que a administração acompanhe a solicitação de forma online com a previsão de prazos de conclusão de cada etapa até o momento da conclusão final;

3.12.17.3. Permitir o cadastro de assuntos, perguntas e respostas pelo usuário administrador;

3.12.17.4. Disponibilizar para o usuário os assuntos frequentes cadastrados pela administração juntamente com perguntas e respostas;

3.12.17.5. Permitir a comunicação de qualquer usuário com a administração através de e-mail;

3.12.17.6. Permitir que seja enviada uma solicitação sem a necessidade de cadastro no sistema;

3.12.17.7. Exigir que os assuntos e os destinatários vinculados ao assunto sejam predefinidos pela administração e apresentados em formato de lista;

3.12.17.8. Permitir descrição de livre digitação sem limitação de caracteres;

3.12.17.9. Incluir Pop-up com “mensagem enviada” para que o usuário saiba que a mensagem foi encaminhada;

3.12.17.10. Permitir qualquer pessoa ao acessar a página inicial do sistema tenha acesso ao propósito do sistema mesmo sem estar logado;

3.12.17.11. Permitir que o usuário (analista) com o perfil de acesso consiga inserir/retirar pré-requisitos/requisitos do protocolo;

3.12.17.12. Consultar todas as ações executadas pelos órgãos envolvidos no processo;

3.12.17.13. Permitir ao analista com acesso a órgão específicos que defira/indefira ou devolva o protocolo ao usuário e inserir data de validade do parecer;

3.12.17.14. Permitir a consulta de dados através de painéis gerenciais de acordo com indicadores predefinidos;

- 3.12.17.15. Permitir a visualização de painéis gerenciais de acordo com o perfil do analista logado;
- 3.12.17.16. Detalhar as informações contidas nos painéis gerenciais do macro informação até a micro informação.

3.13. SISTEMA DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA

3.13.1. Módulo de Nota Fiscal Eletrônica

- 3.13.1.1. Deverá estar disponível na Web, sem limitações de acessos simultâneos;
- 3.13.1.2. Deverá ser executado em pelo menos dois Browsers sem apresentar distorções;
- 3.13.1.3. Os aplicativos WEB deverão estar integrados de forma ONLINE com o servidor de dados residente na Prefeitura;
- 3.13.1.4. Deverão estar no formato PDF - Acrobat Reader, as Guias e Relatórios retornados pelos aplicativos WEB, através do Browser;
- 3.13.1.5. Os aplicativos WEB deverão ser acessíveis através de um LINK disponibilizado na própria página da Prefeitura;
- 3.13.1.6. Permitir a utilização de senhas previamente cadastradas para acesso as rotinas;
- 3.13.1.7. Disponibilizar a solicitação da senha através da própria página, permitindo a prefeitura
- 3.13.1.8. Analisar a solicitação e enviar a senha para o e-mail do contribuinte;
- 3.13.1.9. Deverá ser totalmente integrado com sistema de Arrecadação sem necessidade de transferência via arquivo;
- 3.13.1.10. Garantir sigilo absoluto quanto as informações particulares de cada contador e das empresas sob sua responsabilidade;
- 3.13.1.11. Restringir o acesso do contador somente à lista de empresas sob sua responsabilidade para as quais poderá realizar a manutenção dos dados das DME – Declaração de Movimento Econômico;
- 3.13.1.12. Utilizar as informações de empresas, suas atividades e alíquotas, registradas no sistema de Arrecadação, para a apuração do valor do ISS, a partir das informações constantes na DME (Declaração de Movimento Econômico);
- 3.13.1.13. Permitir que o contribuinte informe os dados da DME através de digitação feita diretamente no próprio sítio disponibilizado pela Prefeitura;
- 3.13.1.14. Permitir o envio de dados da DME através de arquivo magnético, em formato especificado pela própria Prefeitura, diretamente no sítio por ela disponibilizado, via remessa eletrônica;
- 3.13.1.15. Permitir que o contribuinte emita DME sem movimento;
- 3.13.1.16. Permitir no processamento da DME de cada declarante, apontar, separadamente, o montante de ISS próprio e de ISS retido na fonte;

- 3.13.1.17. Possibilitar ao contribuinte a digitação, o recebimento e o processamento de DME retificadoras, após a entrega da declaração;
- 3.13.1.18. Permitir a geração e impressão de protocolo de confirmação de recebimento da retenção (substituição tributária);
- 3.13.1.19. Possibilitar a geração das Guias de Recolhimento de ISS a partir dos dados constantes nas declarações recebidas, com código de barras, com valor devido no mês de competência, inclusive com o cálculo dos acréscimos legais, nos casos de recolhimento em atraso;
- 3.13.1.20. Permitir o enquadramento tributário de cada empresa no programa simples federal, de acordo com a legislação vigente;
- 3.13.1.21. Permitir a emissão de planilha com os valores declarados e não pagos, discriminando os valores de imposto próprio e retido a recolher;
- 3.13.1.22. Permitir o controle das declarações pendentes por contribuinte com detalhamento dos valores de imposto a recolher apontados em declarações de outros contribuintes, discriminando os valores de imposto próprio e substituído a recolher;
- 3.13.1.23. Possibilitar o controle das declarações “Sem Movimento”, indicando se houve alguma declaração de ajuste após a entrega da declaração sem movimento, exibindo também os valores de imposto a recolher apontados em declarações de outros contribuintes, discriminando os valores de imposto próprio e substituído a recolher;
- 3.13.1.24. Permitir a emissão de taxas para liberação da Autorização de Impressão de Documentos Fiscais (AIDF);
- 3.13.1.25. Possibilitar o gerenciamento dos valores declarados por atividade, por cliente, por ano e mês de referência;
- 3.13.1.26. Possuir consistência de erros de declaração, por mês/ano e por contribuinte, o qual permite identificar notas fiscais declaradas com imposto (próprio ou substituído) divergente entre prestador e tomador, notas fiscais declaradas em períodos diferentes pelo prestador e pelo tomador, e notas fiscais que obrigatoriamente devem constar nas declarações do prestador e do tomador, mas constam somente em uma das declarações;
- 3.13.1.27. Possibilitar a relação de notas fiscais emitidas declaradas sem a autorização para utilização de documentos fiscais (talões de notas fiscais de serviço);
- 3.13.1.28. Permitir a emissão de Nota Fiscal Eletrônica com lançamento automático dos dados na Declaração de Movimento Econômico (DME);
- 3.13.1.29. Permitir que os tomadores de Serviços possam verificar a autenticidade da Nota Fiscal Eletrônica;
- 3.13.1.30. Permitir a emissão de guia para pagamento sem que a DME seja lançada posteriormente;
- 3.13.1.31. Possuir atendimento on-line, para que dessa forma as dúvidas possam ser sanadas;

- 3.13.1.32. Permitir o lançamento de guias não quitadas no Módulo de Dívida Ativa do Município bem como o acompanhamento dos débitos e dívidas parceladas;
- 3.13.1.33. Possibilitar às empresas com sede no município cadastrar seus Clientes e respectivos contratos, para agilizar a emissão de Nota Fiscal Eletrônica;
- 3.13.1.34. Possuir cadastro de Obras que podem ser utilizadas por vários contribuintes, simplificando o controle na fiscalização;
- 3.13.1.35. Permitir, para a escrituração bancária, que as próprias instituições financeiras façam a inclusão das contas a serem escrituradas (Padrão COSIF);
- 3.13.1.36. Permitir a integração automática com o Portal Nacional da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, possibilitando a recepção, consulta, armazenamento, processamento e acompanhamento dos eventos das NFS-e emitidas no padrão nacional, para fins de escrituração, fiscalização e arrecadação do ISSQN pelo Município.
- 3.13.1.37. O sistema deverá permitir o registro, controle e acompanhamento dos eventos da NFS-e (cancelamento, substituição, correção ou outros previstos no padrão nacional), conforme informações recebidas do Portal Nacional da NFS-e.
- 3.13.1.38. O sistema deverá manter histórico completo das NFS-e recebidas do Portal Nacional, assegurando rastreabilidade, auditoria e preservação das informações fiscais.
- 3.13.1.39. Gerar relatórios das inconsistências de alíquotas e das empresas sem Registro de NFS-e no Portal Nacional.
- 3.13.1.40. Permitir a geração automática das guias não emitidas na data do vencimento do imposto sobre serviços - ISS.
- 3.13.1.41. Permitir o armazenamento e a visualização das notas fiscais em formato “XML”, conforme disponibilizadas pelo Portal Nacional da NFS-e.
- 3.13.1.42. Permitir a busca do tomador pelo CNPJ e ou CPF.
- 3.13.1.43. Permitir a busca do logradouro pelo CEP.

3.14. SISTEMA DE GESTÃO FISCAL

3.14.1. Módulo Declaração Assessoria Cartório

- 3.14.1.1. Permitir a Escrituração de Cartórios de forma diferenciada, onde deverá identificar a empresa/ pessoa física usuária, suas características tributárias e permitir que os dados existentes em um tipo de serviço sejam escriturados, tais como: tipo de documento fiscal, número do documento fiscal inicial e final, quantidade de documentos agrupados, valor total do documento, valor da receita própria referente aos emolumentos, tipo de estabelecimento de serviços públicos delegados, serviços notariais e de registro, código de identificação da atividade prestada;
- 3.14.1.2. Realizar o cadastro em registros editáveis de todos os Cartórios ativos no município, com CNPJ e endereço completo;

- 3.14.1.3. Efetuar a escrituração fiscal em um módulo específico;
- 3.14.1.4. Realizar o enquadramento conforme atividade notarial (notas, protesto, registro) e respeitar as regras pré-definidas.
- 3.14.1.5. Calcular o valor total do faturamento, emolumentos, taxa judiciária e o valor do imposto de acordo com a quantidade preenchida;
- 3.14.1.6. Para atos que possuem descontos ou isenção, o sistema deve habilitar os campos "Qtde 50% Desc.", "Qtde 70% Desc." e "Isentos" para preenchimento conforme a movimentação do mês no cartório;
- 3.14.1.7. Gravar todos os registros de movimentação do período;
- 3.14.1.8. Gerar a guia de pagamento após encerramento da escrituração;
- 3.14.1.9. Permitir consultar o período encerrado;
- 3.14.1.10. Disponibilizar o detalhamento dos registros conforme foram preenchidos e para os atos que não possuem registro, apresentar quantidade e valores zerados;
- 3.14.1.11. Após o encerramento, somente deve ser possível retificar os registros e não apagar;
- 3.14.1.12. Caso ocorra retificação, o sistema deve gravar o registro antigo como histórico e apresentar o novo registro válido;
- 3.14.1.13. A estrutura da escrituração deve ser apresentada por colunas na seguinte ordem: Ato, Serviço, Emolumentos, Taxa Judiciária, Quantidade, Qtde 50% Desc., Qtde 70% Desc., Isentos, Faturamento, Total de Emolumentos, Total de taxas judiciárias, Alíquota, Imposto;
- 3.14.1.14. Disponibilizar dados para consulta na área de acesso dos auditores-fiscais, apresentando relatórios específicos do módulo;
- 3.14.1.15. Os relatórios devem apresentar informações consolidadas da atividade 21.01 e dos contribuintes que estão enquadrados;
- 3.14.1.16. Nos relatórios deve ser possível acessar informações específicas através de filtros;
- 3.14.1.17. Na área do contribuinte, o mesmo deve conseguir consultar o histórico das escriturações,
- 3.14.1.18. Imprimir o livro fiscal mensal e anual, consultar o histórico de guias e emitir segunda via;
- 3.14.1.19. O acesso ao sistema deve ser realizado em níveis diferentes de permissão, sendo um de exclusiva digitação e outro gerencial;
- 3.14.1.20. Permitir a possibilidade de criação de outros níveis customizáveis as permissões de cada usuário. Esses níveis de acesso do sistema devem determinados por um ou mais gestores, que também possuem suas atribuições customizadas;
- 3.14.1.21. Parametrizar a matriz tributária local;
- 3.14.1.22. Gerar o livro fiscal eletronicamente, podendo ser auditado a qualquer momento pelos fiscais, que terão acesso integral aos lançamentos feitos, em tempo real;
- 3.14.1.23. Possuir ferramenta dinâmica de busca dos dados registrados no sistema;
- 3.14.1.24. Emitir as guias de pagamento utilizando o código de barras no padrão FEBRABAN e Ficha de Compensação;

- 3.14.1.25. Permitir a exportação de dados contidos no sistema em formatos Texto, Excel e PDF;
- 3.14.1.26. Ação fiscal que permita que os contribuintes sejam devidamente notificados, cumprindo os prazos e requisitos da legislação local, evitando erros e anulações desses processos.
- 3.14.1.27. Permitir a integração com software dos cartórios via webservice.

3.14.2. Módulo Declaração Assessoria de Banco

- 3.14.2.1. Efetuar a escrituração fiscal em um módulo específico;
- 3.14.2.2. Reconhecer o enquadramento da Instituição Financeira e respeitar as regras pré-definidas;
- 3.14.2.3. Gerar gráficos de Finanças que apresentem os valores de ISSQN gerados e arrecadados pelo município durante o dia, mês ou ano;
- 3.14.2.4. Gerar relatório de Arrecadação por Instituição financeira do Município;
- 3.14.2.5. Realizar o cadastro e gerenciamento as Instituições Financeiras;
- 3.14.2.6. Realizar o cadastro e gerenciamento das Filiais das Instituições Financeiras;
- 3.14.2.7. Apresentar dados do cadastro que permitam a fiscalização das filias bancárias e credoras;
- 3.14.2.8. Realizar o cadastro e gerenciamento das Tarifas Padrão;
- 3.14.2.9. Permitir importação do plano de contas das Instituições Financeiras COSIF;
- 3.14.2.10. Permitir editar as tarifas padrão das Instituições Financeiras e informar se as contas atreladas a esta tarifa são tributadas, isentas, suspensas, ou que não incidem ISS;
- 3.14.2.11. Importar declaração ou balancetes mensais COSIF das Instituições Financeiras, gerando automaticamente a escrituração do serviço tomado para emissão da guia de ISS para pagamento;
- 3.14.2.12. Realizar a geração do DESIF por meio de soluções informatizadas, via importação de dados que compõem, a sua validação e a assinatura e transmissão com certificação digital;
- 3.14.2.13. Possuir módulos DESIF com demonstração:
- Das informações comuns dos Municípios:
 - Periodicidade: Anual ou quando houver alterações;
 - Inclusão do Plano geral de contas comentado – PGCC
 - Do demonstrativo Contábil:
 - Periodicidade: Semestral ou Anual;
 - Inclusão de Balancete.
 - Da apuração Mensal do ISSQN:
 - Periodicidade: Mensal
 - Demonstrativo de operações de receita mensal por alíquota e imposto devido
 - Do demonstrativo das Partidas dos Lançamentos Contábeis:

- Periodicidade: Sob demanda
- Desmembramento de diversas informações

3.14.2.14. Permitir que o contribuinte acesse o módulo de Bancos. Após a inclusão da competência, o contribuinte poderá escolher qual o tipo de arquivo será importado na ferramenta. Enviar e Processar o arquivo que deve ficar registrado no histórico;

3.14.2.15. Realizar a finalização do processo de encerramento de competência e emissão de guia;

3.14.2.16. Gerar relatórios:

- Cruzamento de informações entre:
 - Acumulado declarado por Inscrição Municipal e declarado no balancete, conta a conta;
 - Diferenças de códigos (enquadramento), alíquotas;
 - Contas pacificadas (CONSIF 717) não oferecidas à tributação.
- Cruzamento entre:
 - Valores Estornados;
 - Valores deduzidos na base de cálculo tributável sem a devida comunicação;
 - Deferimento e ou abertura de processo Administrativo junto a Prefeitura;
 - Reclassificação contábil da base de cálculo para valores fora do COSIF (pacificado);

3.14.2.17. Permitir a importação de arquivo (Excel) do plano de contas de cada instituição, pelo auditor- fiscal.

3.14.2.18. Gerar relatórios que aponte as divergências e inconsistências das informações prestadas, alertas visuais que permitam comparações de todas as contas das instituições.

3.14.3. Módulo Declaração Assessória de Condomínios

3.14.3.1. Permitir os lançamentos de serviços tomados sujeitos ou não à substituição tributária dos condomínios, resguardando os dados históricos, dos balancetes econômicos e em todas as informações prestadas,

3.14.3.2. Possibilitar a emissão da Guia de Recolhimento do imposto retido na fonte, vinculando as escriturações informadas pelo usuário, possibilitando que as empresas cumpram suas obrigações tributárias e a Administração possua informações para geração de relatórios.

3.14.4. Módulo Declaração Assessoria Transporte Público

3.14.4.1. Permitir identificar a empresa usuária, suas características tributárias

3.14.4.2. Permitir que a escrituração fiscal de serviços prestados seja realizada contendo os seguintes dados: número do ônibus, quantidade de giros da catraca (número inicial e número final), atividade, valor da tarifa e quantidade de passes, possibilitando que as empresas cumpram suas obrigações tributárias e a Administração possua informações para geração de relatórios.

3.14.4.3. Permitir emitir relatório contendo os dados da escrituração.

3.14.4.4. Permitir o cadastro de Veículo.

3.14.5. Módulo Declaração Assessoria de Instituição de Ensino

3.14.5.1. Possibilitar ao Município configurar: quais são as instituições de ensino que realizam a emissão da NFS-e, a data específica em que as notas da instituição de ensino deverão ser emitidas.

3.14.5.2. O sistema deverá emitir automaticamente as NFS-e na data especificada pelo município, sem a intervenção da instituição de ensino. Deverá possibilitar que a instituição de ensino cadastre os cursos, alunos e os responsáveis financeiros e realize emissão da NFS-e para um aluno esporádico.

3.14.5.3. As regras obrigatórias de funcionamento desse dispositivo são:

3.14.5.4. A instituição de ensino deverá poder acessar o módulo através de login e senha somente após o Município ter realizado a configuração da mesma;

3.14.5.5. Deverá possibilitar à instituição de ensino o cadastramento dos cursos que presta serviço, informando: o código do curso, a descrição do curso, o código do serviço/atividade que esse curso está atrelado e se o tipo de curso é mensal ou esporádico e o valor do serviço;

3.14.5.6. Deverá possibilitar a edição pela instituição de ensino de cursos já cadastrados no sistema ou remover um curso do qual não presta mais serviço; d) Deverá possibilitar o cadastramento pela instituição de ensino dos alunos que estão inscritos na mesma, devendo contemplar os seguintes dados: Nome do Aluno, Data de Nascimento, Tipo de documento; podendo esse ser RG, CPF, CNPJ, Passaporte ou CNH, o número da matrícula, o endereço da residência ou comercial, e-mail, telefone e o curso em que ele está escrito;

3.14.5.7. Deverá possibilitar o cadastramento pela instituição de ensino do responsável financeiro dos alunos que estão inscritos na mesma, devendo contemplar os seguintes dados: Nome do Aluno, Data de Nascimento, Tipo de documento; podendo esse ser RG, CPF, CNPJ, Passaporte ou CNH, o número da matrícula, o endereço da residência ou comercial, e-mail e telefone;

3.14.5.8. Deverá possibilitar a realização de busca do aluno através do número do documento ou nome em que foi cadastrado;

3.14.5.9. Deverá possibilitar a edição/alteração dos dados do aluno, incluir ou excluir um curso ou até mesmo inativar o aluno;

3.14.5.10. Deverá possibilitar que a instituição de ensino realize importação dos dados do aluno através de um arquivo em XML. Esse arquivo necessariamente deverá conter os dados do aluno e o curso em que ele está inscrito. O layout do arquivo deverá ser disponibilizado no sistema.

3.14.6. Módulo Declarações assessoria de Cartões (Crédito e Débito)

3.14.6.1. Permitir integração via webservice para pagamentos de tributos e outras receitas por meio de cartão de crédito;

- 3.14.6.2. Permitir integração via webservice para pagamentos de tributos e outras receitas por meio de cartão de débito;
- 3.14.6.3. Permitir integração via webservice com terminais de pagamento para recebimento de tributos e outras receitas por meio de cartão de crédito;
- 3.14.6.4. Permitir integração via webservice com terminais de pagamento para recebimento de tributos e outras receitas por meio de cartão de débito;
- 3.14.6.5. Permite a cobrança de tributos e outras receitas devidas ao setor público por meio das redes de aquisição e de cartões de crédito ou débito existentes, sem limitação de bandeiras;
- 3.14.6.6. Permite o parcelamento dos débitos de acordo com a conveniência de cada devedor.

3.14.7. Módulo Declaração Assessoria Construção Civil

- 3.14.7.1. Permitir acesso exclusivo para empresas que possuam atividades enquadradas para atuação na área da construção civil, estabelecendo a escrituração das notas fiscais de serviços e de materiais, individualizadas para cada obra cadastrada.
- 3.14.7.2. Deverá possuir os campos mínimos necessários para escrituração de notas fiscais de serviços e de materiais, sendo: número da nota fiscal de serviços e/ou de materiais, data de emissão, série, código dos serviços e/ou descrição de mercadorias, natureza da operação, identificação da obra cadastrada, valor e os dados do comprador dos serviços e/ou do fornecedor de materiais, possibilitando que as empresas cumpram suas obrigações tributárias e a Administração possua informações para geração de relatórios, que serão exigidos na demonstração.
- 3.14.7.3. Possuir o Relacionamento do Prestador com a Obra cadastrada.

3.14.8. Módulo Monitoria Fiscal e Simples Nacional

- 3.14.8.1. Permitir que o contribuinte enquadrado no Simples Nacional escreva todas as Notas Fiscais de todos os seus serviços
- 3.14.8.2. Permitir que os contribuintes optantes pelo Simples Nacional, ao escriturarem suas notas, cumpram apenas a obrigação acessória de escrituração. O sistema, obrigatoriamente, não deverá gerar guia para pagamento de ISS na Prefeitura.
- 3.14.8.3. Para serviços comprados de prestadores optantes pelo Simples Nacional, Estabelecidos no Município o sistema deverá identificar se o prestador está ou não enquadrado no Simples Nacional, devendo então, disponibilizar as alíquotas do Simples Nacional para o comprador proceder à escrituração do serviço comprado, respeitando os itens de serviço com retenção de imposto no mesmo formato de alíquotas mencionado acima.
- 3.14.8.4. Para serviços comprados de prestadores optantes pelo Simples Nacional, Não Estabelecidos no Município o sistema deverá permitir que o tomador informe se o prestador está enquadrado no Simples Nacional ou não. Em caso afirmativo o sistema deverá apresentar

as alíquotas do Simples Nacional. Em caso negativo, o sistema deverá respeitar as alíquotas do município.

3.14.8.5. Permitir realizar o processamento das baixas bancárias do Simples Nacional.

3.14.8.6. A baixa dos arquivos PGDAS-D deverá ser feita pela contratada através de arquivos disponibilizados pelo Município em rede a ser criada ou em arquivos nacionais que a própria contratada possui.

3.14.8.7. Permitir realizar o cruzamento de informações entre a baixa e a declaração, emite relatórios gerenciais de divergências entre o valor pago e o informado.

3.14.8.8. Emitir relatórios gerenciais/fiscalização

3.14.8.9. Permitir o processamento dos Arquivos MEI, PERMEI, PGDAS.

3.14.8.10. Disponibilizar ferramenta de monitoramento fiscal inteligente que acompanhe detalhadamente todas as etapas do crédito tributário dos contribuintes estabelecidos no município, permitindo o controle da inadimplência, acompanhamento de aberturas/fechamentos de empresas, emissão de notas fiscais e recolhimento de tributos.

3.14.8.11. Integrar a solução com bases de dados federais, estaduais e municipais, para cruzamento de informações entre Receita Bruta, movimentações em cartões de crédito e débito, notas fiscais de serviço, escriturações fiscais (ICMS/IPI), Simples Nacional, MEI e outras declarações contábeis e fiscais.

3.14.8.12. Detectar, por meio do cruzamento de dados, inconsistências que possam indicar sonegação fiscal ou evasão de receita, fortalecendo as ações fiscais e o planejamento tributário do município.

3.14.8.13. Implementar módulo específico de monitoramento para contribuintes do Simples Nacional e MEI, integrando dados do portal do Simples Nacional, bases estaduais e municipais.

3.14.8.14. Identificar omissões de receita e declarações, mudanças de regime não comunicadas, indícios de sonegação e outros fatores que impactem negativamente a arrecadação municipal.

3.14.8.15. Disponibilizar relatórios gerenciais contendo:

- Inconsistências entre Receita Bruta e NFSe;
- Inconsistências entre Receita Bruta e valores transacionados via cartões de crédito e débito;
- Guias de ISS-Simples Nacional (DASN) não pagas;
- Débitos de ISS-Simples Nacional e ISS-MEI transferidos à cobrança municipal pela Receita Federal;
- Indicações para exclusão em massa por débitos ou excesso de faturamento;
- Gestão de contribuintes excluídos do Simples Nacional, com atualização cadastral conforme eventos registrados por Receita Federal, Fazenda Estadual e decisões judiciais;
- Imunidades e isenções indevidas relacionadas ao ISS no Simples Nacional;
- Outros indícios de evasão de receita.

3.15. SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS E PROTOCOLO

3.15.1. Módulo de Controle e Administração da Tramitação de Processos

- 3.15.1.1. Deverá ser disponível na Web, sem limitações de acessos simultâneos;
- 3.15.1.2. Ser executado em pelo menos dois Browsers sem apresentar distorções;
- 3.15.1.3. Os aplicativos WEB deverão estar integrados de forma ONLINE com o servidor de dados residente do Órgão Público;
- 3.15.1.4. Os aplicativos WEB deverão ser acessíveis através de um LINK disponibilizado na própria página do Órgão Público.

3.15.2. Módulo de Administração

- 3.15.2.1. Permite a criação de usuários para acesso ao Sistema, definindo-os com acesso total ou restrito, identificando o local onde o usuário está lotado;
- 3.15.2.2. Permite o cadastro de perfis de usuário para definição de acesso aos menus;
- 3.15.2.3. Permite visualizar o log dos usuários no sistema, discriminando acessos, alterações, inclusões, exclusões, etc.;
- 3.15.2.4. Possuir Certificação Digital que garanta autenticidade e integridade nas transações eletrônicas de Pessoas Físicas / Jurídicas.
- 3.15.2.5. Garante acesso ao Serviço de Protocolo oferecido pelo Governo Municipal e ainda permite assinar digitalmente qualquer documento com validade jurídica;
- 3.15.2.6. Possuir ferramentas que possam corrigir Assuntos e Situações de Processos em Massa;
- 3.15.2.7. Permite configurar o Sistema de acordo com as necessidades do Órgão Público;
- 3.15.2.8. Permite o usuário a alterar a senha a qualquer momento;
- 3.15.2.9. Permitir a integração com o Sistema de Taxas, de forma a gerar as guias de abertura de processos.

3.15.3. Módulo de Cadastros Básicos

- 3.15.3.1. Permitir a parametrização da numeração dos processos, aceitando a adoção de numeração sequencial única, sequencial única dentro do ano e sequencial única dentro do ano por tipos específicos de processos;
- 3.15.3.2. Permite a seleção de capa de processo específica para cada tipo de processo;
- 3.15.3.3. Permitir o cadastramento de situações para os processos, admitindo que o usuário possa utilizá-las no momento da tramitação dos processos;
- 3.15.3.4. Permitir o cadastramento de interessados (cidadão), para identificação no processo;
- 3.15.3.5. Permitir o cadastramento de Locais, possibilitando ao usuário utilizá-las no momento da tramitação dos processos;
- 3.15.3.6. Permitir o cadastro de órgão, unidades e subunidades, de acordo com organograma da Administração Municipal;

- 3.15.3.7. Prover sigilo das informações permitindo que somente o próprio requerente possa consultar dados relativos aos seus processos;
- 3.15.3.8. Permitir o cadastro de fluxo de processos predefinido para determinados tipos de processo e assuntos, informando automaticamente ao usuário nestes casos, qual o próximo encaminhamento;
- 3.15.3.9. Possuir rotina para a criação de comunicações internas/ofícios, que possibilite ao usuário envia-las a diversos setores, permitindo que o destinatário possa ler e responder ao remetente, possibilitando desta forma o controle dos documentos enviados e recebidos na entidade;
- 3.15.3.10. Permitir a criação de motivos de arquivamento;
- 3.15.3.11. Permite a criação de tipo de arquivamento (físico);
- 3.15.3.12. Permite a criação de grupo de assuntos, para filtrar assuntos cadastrados;
- 3.15.3.13. Possuir relatórios de análise de dados cadastrados no sistema.

3.15.4. Módulo de Abertura de Processos

- 3.15.4.1. Permite a discriminação do processo sem limitação de texto, quando da sua abertura;
- 3.15.4.2. Permite a abertura de processos com volume;
- 3.15.4.3. Emitir Capa de Protocolo;
- 3.15.4.4. Emitir etiquetas de protocolo;
- 3.15.4.5. Emitir etiquetas com código de barras ou QR Code;
- 3.15.4.6. Emitir comprovante de protocolização para o interessado no momento da inclusão do processo;
- 3.15.4.7. Disponibilizar informações ao usuário referente aos documentos necessários para abertura de processos, de acordo com o assunto;
- 3.15.4.8. Possibilitar a anexação de documentos solicitados no cadastramento e no trâmite do processo;
- 3.15.4.9. Permite consultar o número de processos disponíveis.

3.15.5. Módulo de Tramitação de Processos

- 3.15.5.1. Permitir a tramitação individual ou por grupo, sendo que por grupo, o usuário poderá também selecionar somente alguns processos a serem enviados a um determinado local;
- 3.15.5.2. Permitir a juntada de processos por anexação ou apensação;
- 3.15.5.3. Permitir ao usuário envolvido em uma tramitação de processo que o mesmo, a qualquer tempo, possa adicionar informações complementares ao processo;
- 3.15.5.4. Permitir o aceite individual ou por grupo de vários processos de um determinado local ou de vários;
- 3.15.5.5. Possuir rotina para que possibilite trocar todos os processos cadastrados em um determinado assunto para outro, de forma a normatizar o cadastro de assuntos;
- 3.15.5.6. Manter histórico da tramitação do processo;

- 3.15.5.7. Possibilitar ao requerente o acompanhamento de seus processos durante as diversas fases de sua tramitação;
- 3.15.5.8. Permitir a emissão de um relatório de encaminhamento dos processos a um determinado local, para que o setor possa atestar o recebimento;
- 3.15.5.9. Possibilitar o envio de mensagens dentro do aplicativo com informações do processo, de forma a avisar aos setores envolvidos;
- 3.15.5.10. Permitir criar uma lista de acompanhamento de determinados locais.

3.15.6. Módulo de Arquivamento de processos

- 3.15.6.1. Possuir rotina de arquivamento de processos, com identificação de sua localização física e controle de temporalidade;
- 3.15.6.2. Possuir opção de desarquivamento de Processos;
- 3.15.6.3. Possuir relatórios para acompanhamento de processos arquivados e/ou desarquivados.

3.15.7. Módulo de Comunicações

- 3.15.7.1. Permite enviar/receber comunicações dos usuários de determinados locais;
- 3.15.7.2. Possuir planilha de encaminhamento das comunicações.

3.15.8. Funcionalidades Gerências

- 3.15.8.1. Permitir a visualização do roteiro (unidades) por onde tramitou o processo, os documentos utilizados na sua protocolização e as taxas cobradas no momento da abertura do processo;
- 3.15.8.2. Consultar de processos através do código e ano, nome do requerente, CPF/CNPJ, solicitação de entrada ou unidade atual, data de abertura;
- 3.15.8.3. Permitir que tanto ao usuário remetente, quanto aos usuários de destino possam acompanhar, por meio de consultas, os aceites e respostas ocorridos nos documentos;
- 3.15.8.4. Permitir a geração de relatório de Processos;
- 3.15.8.5. Permitir a geração de relatório processos parados por Locais;
- 3.15.8.6. Permitir a geração de relatório de processos ainda Sem Aceite pelo local de destino;
- 3.15.8.7. Permitir a geração de relatório de Razão de Processos;
- 3.15.8.8. Permitir a geração de relatório Processos Abertos por período (quantitativo).

3.15.9. Módulo Portal Protocolo Geral

- 3.15.9.1. Possuir um Portal de Consulta onde o requerente possa realiza a consulta online de um Processo (desde que tipo de processo seja de consulta pública);
- 3.15.9.2. Permitir a consulta de processos através do código e ano, nome do requerente, CPF/CNPJ, solicitação, unidades de entrada ou unidade atual.

3.16. SISTEMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 3.16.1.** Possibilitar acesso pela Web, sem limitações de acessos simultâneos e ser incluído no site da Prefeitura Municipal.
- 3.16.2.** Possuir opção de auto cadastramento para criação de credenciais de acesso ao sistema, com validação por e-mail ou SMS;
- 3.16.3.** Possuir opção de recuperação de login de acesso ao sistema, com validação por e-mail ou SMS
- 3.16.4.** Permitir a criação de usuários, possibilitando especificar os menus que determinado usuário poderá acessar, bem como links e botões
- 3.16.5.** Permitir a criação de grupos de usuários, possibilitando especificar os menus que determinado grupo poderá acessar, bem como links e botões;
- 3.16.6.** Permitir a criação/controle de usuários, possibilitando a definição de menus a serem acessados, bem como controle em qualquer tela de manutenção de cadastro do sistema, a definição de perfil básico como fornecimento de fotos, alteração de senha e layout de tela ideal.
- 3.16.7.** Permitir a inserção de senhas em relatórios no formato PDF;
- 3.16.8.** Permitir a criação de filtros de consulta por tabela, possibilitando a pesquisa conforme o tipo de dado (numérico, texto ou data), posição da informação no campo (início, meio ou fim), bem como um conjunto de campos, podendo especificar a ordem do resultado, e ainda sendo possível salvar o filtro para sua futura utilização;
- 3.16.9.** Tanto os filtros quanto as definições de relatórios dos cadastros deverão ser customizáveis por usuário;
- 3.16.10.** Permitir informar em qual endereço ip ou quais, o usuário poderá acessar o sistema;
- 3.16.11.** Permitir a notificação via SMS ao usuário, sobre o acesso ao sistema, confrontando acesso indevido por outra pessoa;
- 3.16.12.** Possibilitar o cadastrar conta de e-mail específico para o modulo, possibilitando maior organização;
- 3.16.13.** Permitir realizar a decodificação (capturar coordenadas geográficas) de cadastros relevantes que possuam endereços, para visualização em algum mapa;
- 3.16.14.** Permitir especificar quais informações deverão serem visualizadas no mapa, através de definição de filtro efetuada conforme interesse do usuário.
- 3.16.15.** Permitir a execução de processos e impressões de relatórios em segundo plano (Background), possibilitando ao usuário a continuar utilizando o sistema em outras atividades paralelo a tais processos e impressões
- 3.16.16.** Todos os relatórios, bem como quaisquer documentos impressos pelo sistema, deverão possuir QRCode de forma a permitir verificação de sua autenticidade através da leitura do mesmo
- 3.16.17.** Deverá permitir a comunicação on-line entre seus usuários através de envio de mensagens, notificações em tela e Chat.

3.16.18. Deverá Possuir mecanismo de Geocodificação nos locais onde houver dados para o mesmo, (essencialmente endereços) de forma a permitir a plotagem das coordenadas obtidas sobre algum mapa como GoogleMaps

3.16.19. Deverá permitir a criação de filtros de consultas em qualquer opção que se realize manutenção de cadastros, podendo implementar qualquer critério de consulta em campos que sejam passíveis para tal (numérico, texto, datas, lógicos); deverá ter a opção de salvar o filtro por usuário para sua posterior utilização quando desejado

3.16.20. Estar integrado com todos departamentos da Prefeitura que exercem papel assistencial como Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS), Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e outras ferramentas de assistência.

3.16.21. Atender todas as exigências da legislação atual, seja ela Federal, Estadual ou municipal e adaptações às novas leis.

3.16.22. Garantir o acesso às informações através de usuários e senhas para impedir acesso as informações por pessoas não autorizadas.

3.16.23. Importar dados de bases governamentais como o cadastro único, evitando a redigitação.

3.16.24. Permitir o cadastro das unidades de Assistência Social, com as seguintes informações mínimas: tipo de unidade, data de criação, endereço, documentos, contatos, nome da unidade, dados comerciais.

3.16.25. Permitir o cadastro das áreas de encaminhamento conforme prontuário SUAS – Sistema Único de Assistência Social do Governo Federal.

3.16.26. Permitir o cadastro de Sexo/Gênero;

3.16.27. Permitir o cadastro de Composição familiar;

3.16.28. Permitir o cadastro de Cor Etnia;

3.16.29. Permitir o cadastro de Fontes de renda;

3.16.30. Permitir o cadastro de Escolaridade;

3.16.31. Permitir o cadastro de Tipos de residência;

3.16.32. Permitir o cadastro de Tipos de Deficiência;

3.16.33. Permitir o cadastro de Formas de acesso;

3.16.34. Permitir o cadastro de Vulnerabilidades;

3.16.35. Permitir o cadastro de Violações de Direito;

3.16.36. Permitir o cadastro de Motivos de acesso;

3.16.37. Permitir o cadastro de Tipos de Despesas;

3.16.38. Permitir o cadastro de Tipos de técnicos SUAS;

3.16.39. Permitir o cadastro de Tipo de acompanhamento;

3.16.40. Permitir o cadastro de Benefícios eventuais;

3.16.41. Permitir o cadastro de Tipos de Equipamentos

3.16.42. Permitir o cadastro Domicílios, com as informações:

- 3.16.43.** Permitir inserir dados do Cadastro único;
- 3.16.44.** Gerar código para o Domicílio para o Sistema de Assistência Social, permitindo editar, caso queira usar numeração própria;
- 3.16.45.** Permitir inserir endereço completo, inclusive ponto de referência.
- 3.16.46.** Permitir inserir Tempo de residência – Anos e Meses;
- 3.16.47.** Permitir detalhar as características do Domicílio:
- 3.16.48.** Permitir o preenchimento de Prontuários:
- 3.16.49.** Permitir localizar Prontuários pelo código familiar
- 3.16.50.** Gerar Código Domiciliar automaticamente ou buscar prontuários já existentes;
- 3.16.51.** Qual Status do Domicílio se Ativo, Desligado ou anexado;
- 3.16.52.** Permitir o cadastro de equipamentos de assistência social com as seguintes informações mínimas: número da unidade, tipo de unidade, nome da unidade, CNPJ da unidade, data de criação, nome fantasia, endereço completo, documentos, contatos, dados comerciais, responsável e serviços sócio assistenciais oferecidos.
- 3.16.53.** Permitir que ao cadastrar um membro da família seja possível identificar semelhanças de nomes na base de dados utilizada pelo órgão, evitando a duplicação de cadastro de pessoas.
- 3.16.54.** Permitir o cadastro de profissionais da assistência social com as seguintes informações mínimas: usuário do sistema, nome, data de nascimento, sexo, estado civil, CPF, apelido, raça/cor, crença religiosa, escolaridade, endereço, nome do pai, nome da mãe, documentos, naturalidade, nacionalidade, contatos, assinatura digital e dados comerciais.
- 3.16.55.** Permitir Prontuário e o histórico das famílias em todas as unidades de assistência social seja mantido de forma permanente para consultas e ajustes pelos usuários do órgão.
- 3.16.56.** Permitir o acompanhamento das famílias com os seguintes dados mínimos: endereço completo; tempo de residência; renda familiar; dados da moradia contendo: condição do imóvel (ótima, regular, péssima), tipo de casa (alvenaria, madeira, mista, barraco), moradia (alugada, própria, cedida), valor aluguel/financiamento, número de cômodos e dados da infraestrutura (se possui água, água tratada, esgoto, esgoto canalizado, eletricidade);
- 3.16.57.** Permitir o cadastro de dados educacionais do membro da família, contendo no mínimo: escolaridade do membro, local onde estuda, grau e série em que estuda e se não estuda, qual o motivo?
- 3.16.58.** Permitir cadastro das informações referentes ao trabalho do membro da família, contendo no mínimo: local onde trabalha, profissão, atividade exercida, valor do salário, se está registrado no seguro desemprego e recebe aposentadoria ou benefício, contendo o número e o valor de cada um respectivamente.
- 3.16.59.** Permitir o registro dos atendimentos prestados para cada membro/família, permitindo a guarda do histórico de cada atendimento. Ex: se um membro recebeu algum benefício.
- 3.16.60.** Permitir o registro de todas as solicitações de benefícios eventuais à população através do registro das seguintes informações mínimas: nome da assistente social que realizou

o atendimento, nome do membro que solicitou o atendimento, data do atendimento, itens fornecidos no atendimento e status do atendimento (concedido ou não concedido).

3.16.61. Permitir a realização de consulta aos benefícios eventuais realizados permitindo a verificação através dos status (concedido ou não concedido).

3.17. SISTEMA DE GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS

3.17.1. Módulo de Obras

3.17.1.1. Estar compatível com as exigências da Prefeitura Municipal de Santa Luzia e integrado aos demais sistemas contratados, com a possibilidade de controlar quantos exercícios se desejar;

3.17.1.2. Permitir o cadastro ilimitado de tipos de serviços com a possibilidade de associar valores em horas para cada um dos mesmos;

3.17.1.3. Permitir a definição, cadastramento e impressão dos tipos de obras que serão controladas;

3.17.1.4. Permitir o cadastro para origens de recursos que serão destinados à realização de uma obra;

3.17.1.5. Permitir o cadastro de regimes de execução para associá-los às obras a serem realizadas;

3.17.1.6. Permitir a definição, cadastramento e impressão de pessoas que não estejam vinculadas ao quadro de pessoal da Prefeitura;

3.17.1.7. Permitir a definição, cadastramento e impressão de equipes de funcionários que serão utilizados para execução de obras;

3.17.1.8. Permitir o cadastramento de serviços de terceiros que serão utilizados na execução das obras públicas;

3.17.1.9. Permitir o cadastro de uma obra com a inserção das seguintes informações mínimas: responsáveis, encarregados, data inicial, data final, tipo de obra, endereço, etapas de construção e subetapas de construção;

3.17.1.10. Permitir que no cadastro de uma obra seja possível associar o processo licitatório que deu origem à contratação quando a mesma for realizada por terceiros;

3.17.1.11. Permitir o acompanhamento dos prazos de execução de uma obra conforme o período do contrato vinculado à mesma;

3.17.1.12. Permitir a definição, cadastramento e impressão de ordem (s) de serviço para uma determinada obra com a indicação de datas previstas para início e fim da ordem de serviço, responsável, encarregado, descrições detalhadas conforme interesse da administração e etapas da obra a serem atendidas com a ordem de serviço;

3.17.1.13. Permitir o cadastro da execução de uma ordem de serviço constando no mínimo as seguintes informações;

- Data início e data fim da execução da O.S.;

- Responsável e encarregado de execução da O.S.;
- Valor representado pela O.S.;
- Funcionários envolvidos na O.S.;
- Terceiros (pessoas físicas e jurídicas) envolvidos na O.S.;

3.17.1.14. Permitir o cadastro e acompanhamento de medições (aferições) periódicas a serem realizadas nas obras com as seguintes informações mínimas;

- Data da medição da obra;
- Intervalo de datas entre as quais refere-se à medição da obra;
- Responsável (s) pela medição da obra;
- Serviços e materiais constantes na medição da obra;
- Percentual aprovado na medição da obra;
- Valor a ser liberado conforme medição da obra;
- Descrição livre relativa a esclarecimentos ou outros vinculados à medição da obra;

3.17.1.15. Permitir emissão de relatório dos tipos de serviços cadastrados;

3.17.1.16. Permitir emissão de relatório dos tipos de obras cadastradas;

3.17.1.17. Permitir emissão de relatório dos regimes de execução cadastrados a serem associados às obras;

3.17.1.18. Permitir emissão de relatório de equipes de funcionários cadastrados;

3.17.1.19. Permitir emissão de relatórios de funcionários e terceiros cadastrados;

3.17.1.20. Permitir emissão de relatórios indicando os funcionários e pessoas físicas terceirizadas, locados para uma determinada obra;

3.17.1.21. Permitir emissão de relatórios demonstrando a (s) ordem (s) de serviços realizadas para uma determinada obra;

3.17.1.22. Permitir emissão de relatório da utilização de equipamentos utilizados nas obras;

3.17.1.23. Permitir a inclusão de termo aditivo para prorrogação do prazo de conclusão da obra;

3.17.1.24. Permitir a inclusão de termo aditivo para alteração de quantitativos de planilha e alteração de valor do contrato considerando os limites permitidos pela lei 14.133/21 e não permitindo que seja registrado novo aditivo caso esteja em desconformidade com a lei.

3.18. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

3.18.1. Características Gerais

3.18.1.1. Deverá estar disponível na Web, sem limitações de acessos simultâneos;

3.18.1.2. Ser executado em pelo menos dois Browsers sem apresentar distorções;

3.18.1.3. Os aplicativos WEB deverão estar integrados de forma ONLINE com o servidor de dados residente do Órgão Público;

3.18.1.4. Os aplicativos WEB deverão ser acessíveis através de um LINK disponibilizado na própria página do Órgão Público;

3.18.1.5. Permitir através de configurações, o portal possa ser configurado de forma a apresentar somente as entidades que o órgão quer demonstrar;

3.18.2. Módulo Demonstrativos das Receitas

3.18.2.1. Permitir selecionar receita por: Código, Fonte de Recurso e Unidade Gestora;

3.18.2.2. Permitir selecionar período ou o mês;

3.18.2.3. Permitir o filtro pela natureza da receita;

3.18.2.4. Visualizar os valores: Previsto, Deduções Realizado no período e até o período;

3.18.2.5. Visualizar ao final a totalização do período selecionado.

3.18.3. Módulo Demonstrativo das Despesas

3.18.3.1. Permitir a seleção da despesa por: Empenho, Liquidação e Pagamento;

3.18.3.2. Permitir pesquisar os Restos a Pagar processados e não processados;

3.18.3.3. Permitir pesquisar as Despesas extraorçamentárias;

3.18.3.4. Permitir pesquisar os fornecedores;

3.18.3.5. Permitir pesquisar as notas fiscais;

3.18.3.6. Permitir selecionar período ou o mês;

3.18.3.7. Permitir pesquisar os adiantamentos;

3.18.3.8. Permitir pesquisar as diárias pagas;

3.18.3.9. Visualizar os campos: Credor, funcional programática, Processo, Licitação, contrato;

3.10.7.10. Valor e Histórico;

3.10.7.11. Visualizar ao final a totalização do período selecionado.

3.10.7.12. Permitir pesquisar gastos direto por órgãos.

3.18.4. Módulo Contas Públicas

3.18.4.1. Permitir publicar os relatórios da LRF;

3.18.4.2. Permitir publicar os relatórios do CASP;

3.18.4.3. Permitir publicar os relatórios do Controle Interno;

3.18.4.4. Permitir publicar as leis e os decretos

3.18.5. Outras Funcionalidades

3.18.5.1. Possuir funcionalidade para disponibilização na íntegra de contratos, aditivos, apostilamentos e rescisões, editais, avisos, retificações vinculadas ao certame, data da ata de julgamento e outros atos pertinentes a licitação no Portal da Transparência;

3.18.5.2. Possuir funcionalidade para disponibilização dos dados de RH, incluindo os valores recebidos e descontados no Portal da Transparência;

3.18.5.3. Possuir uma seção específica que permita disponibilizar as informações sobre os rendimentos de forma individualizada de todos os servidores públicos do município de Santa Luzia;

3.18.5.4. Possuir uma ferramenta de busca afim de listar as consultas que tiverem em sua descrição do título, palavras coincidentes entre outras opções.

3.18.6. Módulo de Integração (API's)

3.18.6.1. Disponibilizar API's que permitam a integração das funcionalidades do Portal da Transparência com aplicações Desktop, Web e Mobile desenvolvidas por terceiros.

3.19. PORTAL DO CIDADÃO

3.19.1. Características Gerais

- 3.19.1.1. Deverá estar disponível na Web, sem limitações de acessos simultâneos;
- 3.19.1.2. Ser executado em pelo menos dois Browsers sem apresentar distorções;
- 3.19.1.3. Os aplicativos WEB deverão estar integrados de forma ONLINE com o servidor de dados residente do Órgão Público;
- 3.19.1.4. As Guias e Relatórios retornados pelos aplicativos WEB, através do Browser, deverão estar no formato PDF -Acrobat Reader;
- 3.19.1.5. Os aplicativos WEB deverão ser acessíveis através de um LINK disponibilizado na própria página do Órgão Público;
- 3.19.1.6. Permitir a utilização de senhas previamente cadastradas para acesso às rotinas. Disponibilizar a solicitação da senha através da própria página, permitindo à prefeitura analisar a solicitação e enviar a senha para o e-mail do contribuinte.

3.19.2. Módulo de IPTU On-Line

- 3.19.2.1. Permitir a emissão de 2º via de parcela de IPTU do exercício corrente;
- 3.19.2.2. Permitir a atualização de cadastro correspondência (segundo parametrização da Secretaria);
- 3.19.2.3. Permitir a emissão de Certidões;
- 3.19.2.4. Permitir a emissão de certidão de quitação – IPTU;
- 3.19.2.5. Possuir mecanismo de consulta de autenticidade através de métodos criptográficos das certidões emitidas pela internet, por meio do nº da certidão, data de emissão e inscrição.

3.19.3. Módulo de ITBI On Line

- 3.19.3.1. Permitir preenchimento de formulário padrão de ITBI (segundo parametrização da Contratante);
- 3.19.3.2. Permitir a emissão de ITBI;
- 3.19.3.3. Permitir a declaração de transferência de Imóvel;
- 3.19.3.4. Permitir a emissão de taxas (segundo parametrização da Contratante);
- 3.19.3.5. Permitir mecanismo de consulta de autenticidade através de métodos criptográficos das certidões emitidas pela internet, através do nº da certidão, data de emissão e inscrição;

- 3.19.3.6. Permitir a solicitação de transferência de Imóvel através da WEB;
- 3.19.3.7. Permitir adicionar informações de Adquirente, Transmitente, Valor, Declarado e Cartório;
- 3.19.3.8. Permitir o solicitante o acompanhamento das solicitações de transferência, através de painel na WEB;
- 3.19.3.9. Permitir anexar documento a solicitação;
- 3.19.3.10. Permitir o contribuinte contestar valor arbitrado de ITBI e abrir processo administrativo.

3.19.4. Módulo de Dívida Ativa On Line

- 3.19.4.1. Permitir a emissão do extrato contendo débitos tributários e não tributários e demais informações pertinentes a inscrição;
- 3.19.4.2. Permitir a emissão da guia de pagamento, através de login e senha, cadastrado para o contribuinte;
- 3.19.4.3. Permitir mecanismo de consulta de autenticidade através de métodos criptográficos das certidões emitidas pela internet, através do nº da certidão, data de emissão e inscrição.
- 3.19.4.4. Permitir a parametrização do sistema por parte da Administração Municipal.
- 3.19.4.5. Permitir que qualquer pessoa física ou jurídica efetue o cadastro no sistema informando, no mínimo, os seguintes dados: Nome, CPF, Usuário, Senha, e-mail e telefones para contato (fixo, comercial e/ou celular);
- 3.19.4.6. Enviar os dados de acesso para o e-mail do usuário cadastrado;
- 3.19.4.7. Permitir a seleção livre dos débitos à parcelar;
- 3.19.4.8. Possuir a opção de simulação do parcelamento;
- 3.19.4.9. Permitir a parametrização da quantidade máxima de parcelas;
- 3.19.4.10. Permitir a parametrização do vencimento padrão da primeira parcela;
- 3.19.4.11. Permitir a condição exigir o valor de entrada do parcelamento;
- 3.19.4.12. Permitir emitir o Pré-termo de parcelamento;
- 3.19.4.13. Possuir código de autenticidade vinculado ao Termo de Parcelamento;
- 3.19.4.14. Possuir controle de “Li e concordo com as condições do termo impresso” para a emissão da Guia;
- 3.19.4.15. Permitir a emissão da Guia em PDF;
- 3.19.4.16. Permitir a emissão de segunda via do Parcelamento.

3.19.5. Módulo de Integração (API's)

- 3.19.5.1. Disponibilizar API's que permitam a integração das funcionalidades do Portal do Cidadão com aplicações Desktop, Web e Mobile desenvolvidas por terceiros.

3.20. PORTAL DO SERVIDOR

3.20.1. Módulo Portal do Servidor

- 3.20.1.1. Permitir a visualização e impressão do Contracheque;
- 3.20.1.2. Permitir a verificação de autenticidade do contracheque;
- 3.20.1.3. Permitir a visualização e impressão do comprovante de rendimentos;
- 3.20.1.4. Permitir a visualização e impressão do Ficha financeira;
- 3.20.1.5. Permitir o envio de informativos (circulares e mensagens) aos funcionários, podendo ser coletivo ou individual;
- 3.20.1.6. Possuir recurso Fale com RH - Ouvidoria do RH para os funcionários poderem fazer, via web requerimentos, sugestões e reclamações etc;
- 3.20.1.7. Permitir que os servidores efetuem solicitações de cursos de aperfeiçoamento;

3.20.2. Módulo de Recadastramento Web

- 3.20.2.1. Permitir que os próprios funcionários atualizem seus dados pela WEB, ficando para o responsável apenas a validação dos dados através documentos importados e atualização no cadastro.

3.20.3. Módulo de integração (API's)

- 3.20.3.1. Disponibilizar API's que permitam a integração com aplicações Desktop, Web e Mobile desenvolvidas por terceiros.
- 3.20.3.2. As API's devem permitir consumir as opções:
 - Contracheque, com filtro por Ano, Mês e Tipo de folha
 - Comprovante de rendimentos
 - Ficha Financeira

3.21. PORTAL DO GESTOR (B.I.)

3.21.1. Características Técnicas

- 3.21.1.1. O Sistema de Avaliação e Gestão do Desempenho da Administração Municipal deverá ser baseado em software de "Business Intelligence" (BI) e fornecer por meio de gráficos e planilhas as informações necessárias para: Planejamento Estratégico, Elaboração e Execução Orçamentária, Gestão de Desempenho Municipal, Tomada de Decisões em Geral, Suporte ao Controle Interno, Cumprimento de Responsabilidades Legais, Controle de Contratos, Controle dos Limites de Aplicação de Recursos, Análise das Receitas Tributárias, Gestão de Pessoal e Recursos Humanos, Protocolo, Obras, etc..., estando todas essas funcionalidades detalhadas nos itens abaixo;
- 3.21.1.2. Todos os elementos de interface devem ser interativos, permitindo que pesquisas e seleções sejam efetuadas, de forma visual;

- 3.21.1.3. Permitir a carga de dados a partir de Banco de Dados, arquivos de texto e planilhas e demais fontes externas compatíveis com esses padrões;
- 3.21.1.4. A interface do usuário deve permitir a apresentação de resultados em gráficos de linha, gráficos de barra, gráficos de pizza, tabelas simples e planilhas;
- 3.21.1.5. Os objetos de seleção deverão possibilitar que as seleções efetuadas sejam propagadas para os demais objetos disponíveis na interface;
- 3.21.1.6. Todos os objetos de interface deverão permitir a impressão, a exportação dos dados para planilhas eletrônicas;
- 3.21.1.7. Os acessos as aplicações deverão conter usuário e senha e autenticação em duas etapas;
- 3.21.1.8. O programa no ambiente do usuário deverá ser em língua portuguesa do Brasil;
- 3.21.1.9. O programa no ambiente do administrador deverá ser em língua portuguesa do Brasil;
- 3.21.1.10. A ferramenta deverá permitir a atualização automática das informações através de planos de execução, onde o usuário poderá definir quando e quantas vezes estas serão executadas;
- 3.21.1.11. Todos os objetos de tabelas e planilhas deverão permitir a exportação das informações selecionadas no mínimo para as extensões xls e csv;
- 3.21.1.12. Todos os módulos do sistema deverão estar disponíveis na web de forma a serem acessados pelos usuários através de browser via https.

3.21.2. Gestão de Desempenho Municipal

- 3.21.2.1. Apresentar um cenário onde o usuário possa visualizar como o orçamento estará comprometido. Este cenário deverá apresentar as seguintes informações: Dotação Inicial, a Projeção de Gastos com a Folha de Pagamento, a Projeção de Gastos com Custeio e o Saldo para o Exercício;
- 3.21.2.2. Apresentar um cenário onde o usuário possa visualizar a real disponibilidade para o exercício. Este cenário deverá apresentar as seguintes informações: Saldo Inicial para o Exercício (conforme fórmula do cenário do item anterior), o Saldo Financeiro do Exercício Anterior, Saldo de Restos a Pagar e a Disponibilidade para o Exercício;
- 3.21.2.3. Apresentar um cenário onde o usuário possa visualizar o Comprometimento Econômico até a presente data. Este cenário deverá apresentar as seguintes informações: Dotação Atualizada, Valor Liquidado (separado por despesas de pessoal e demais despesas), Projeção das Despesas de Custeio, Projeção das Despesas de Pessoal e o Saldo Atual;
- 3.21.2.4. Apresentar um cenário onde o usuário possa visualizar o Comprometimento Financeiro até o presente momento. Este cenário deverá apresentar as seguintes informações: Saldo Financeiro Atual, Projeções de Receitas, Projeções de Despesas, Saldo de Restos a Pagar, Valor a Pagar (deverá separar em empenhado a pagar de despesas que não são de pessoal e o liquidado a pagar de despesas de pessoal) e o Saldo;

- 3.21.2.5. Apresentar um cenário onde o usuário possa fazer uma análise mensal das receitas realizadas x as metas de arrecadação;
- 3.21.2.6. Apresentar um cenário onde o usuário possa visualizar as maiores arrecadações.
- 3.21.2.7. Apresentar um cenário onde o usuário possa visualizar as receitas realizadas mensalmente em um formato de planilha. A planilha deverá permitir que os valores possam ser demonstrados através de várias dimensões, tais como, Fonte de Recurso, Código Orçamentário, Categoria das Receitas, Origem das Receitas;
- 3.21.2.8. Apresentar um cenário onde o usuário possa visualizar as receitas realizadas anualmente em um formato gráfico e planilha. A planilha deverá permitir que os valores possam ser demonstrados através de várias dimensões, tais como, Fonte de Recurso, Código Orçamentário, Categoria das Receitas, Origem das Receitas. O cenário deverá permitir que o usuário possa selecionar quais os exercícios e quais os meses a serem apresentados;
- 3.21.2.9. Apresentar um cenário onde o usuário possa visualizar um comparativo mensal das Receitas Realizadas x Despesas Liquidadas dentro do exercício corrente. O cenário deverá apresentar também uma planilha com os respectivos valores, separados por mês.
- 3.21.2.10. Apresentar em um só cenário, diversos gráficos com os principais indicadores do município. Demonstrar pelo menos: Comparativo da Receita Realizada com a Receita Prevista, o percentual do Valor Empenhado em relação a Dotação Atualizada, o percentual do Valor Liquidado em relação ao Valor Empenhado, os percentuais de Gastos com Educação, Saúde e Pessoal, um comparativo mensal da Realização da Receita em relação as Metas de Arrecadação, as Maiores Arrecadações, um comparativo mensal das Despesas Liquidadas em Relação as Receitas Realizadas;
- 3.21.2.11. Apresentar um cenário onde o usuário possa fazer uma análise mensal das despesas Empenhadas, Liquidadas e Pagas;
- 3.21.2.12. Apresentar um cenário onde o usuário possa visualizar as maiores despesas por, pelo menos, duas dimensões. Ex.: por Secretarias, por Fonte de Recurso e por Função;
- 3.21.2.13. Apresentar um cenário onde o usuário possa visualizar as despesas Empenhadas, Liquidadas ou Pagas mensalmente em um formato de planilha. A planilha deverá permitir que os valores possam ser demonstrados através de várias dimensões, tais como, Fonte de Recurso, Código Orçamentário, Categoria da Despesa, Grupos de Despesas, Unidade Orçamentárias e Funções;
- 3.21.2.14. Apresentar um cenário onde o usuário possa visualizar as despesas Empenhadas, Liquidadas ou Pagas, anualmente em um formato gráfico e planilha. A planilha deverá permitir que os valores possam ser demonstrados através de várias dimensões, tais como, Fonte de Recurso, Código Orçamentário, Categoria da Despesa, Modalidade da Despesa. O cenário deverá permitir que o usuário possa selecionar quais os exercícios e quais os meses a serem apresentados. O cenário deverá permitir que o usuário possa escolher que o mesmo seja pelo Valor Empenhado, Valor Liquidado ou Valor Pago. O cenário deverá demonstrar as maiores despesas conforme o tipo (Empenhada, Liquidada ou Paga) tenha sido escolhida;

- 3.21.2.15. Permitir que o usuário possa montar dinamicamente um gráfico, com base nas dimensões do orçamento, tais como, órgão, unidade, função, etc. O valor a ser demonstrado, deverá ser o escolhido pelo usuário, tais como Valor Empenhado, Valor Liquidado, Valor Pago.
- 3.21.2.16. Apresentar um cenário dos Gastos Constitucionais, tais como, Gastos com a Saúde, Gastos com a Educação e Gastos com o Pessoal. O cenário deverá apresentar as informações em formato de gráficos e de planilhas. As planilhas deverão mostrar os gastos mensalmente. Deverá apresentar uma planilha de cada um dos três gastos, permitindo que os valores gastos possam ser demonstrados através de várias dimensões, tais como: Órgão, Unidade, Função, Subfunção, Programa, Projeto/Atividade, Modalidade da Despesa, Código Orçamentário e Fonte de Recurso.
- 3.21.2.17. Apresentar em um só cenário e de forma mensal, diversos indicadores para a tomada de decisão, tais como: Receita Realizada, PASEP, Receitas Extras, Base de Cálculo para a Saúde, Índice da Saúde, Base de Cálculo da Educação, Incide da Educação, Base de Cálculo de Pessoal, Índice de Pessoal, RCL, Despesas Empenhadas, Liquidadas e Pagas, Índice de Suplementação Autorizada, Pagamentos de Restos a Pagar, Pagamentos de Extras, Resultado Primário e Resultado Nominal;
- 3.21.2.18. Apresentar um cenário onde o usuário poderá fazer um comparativo entre um Exercício escolhido e o seu antecessor. O usuário poderá escolher qual quadrimestre as informações deverão ser demonstradas. Demonstrar no mínimo as seguintes informações: Despesas Liquidadas, Receitas Realizadas, Receitas de Transferências, Receitas Tributárias e Transferências Constitucionais;
- 3.21.2.19. Apresentar um cenário através de gráfico e planilha, o Saldo Financeiro Atual por dia. A planilha deverá ser decomposta por conta bancária;
- 3.21.2.20. Apresentar um cenário através de gráfico e planilha, o Saldo Financeiro Atual por Instituição Financeira e Origem dos Recursos, por Conta Bancária e por Fonte de Recurso;
- 3.21.2.21. Apresentar em um só cenário a Disponibilidade Financeira Atual e Futura para o Exercício. O cenário deverá ser decomposto em Fonte de Recurso. O cenário deverá demonstrar os valores das Receitas e Despesas Futuras. O cenário deverá demonstrar o Saldo Financeiro Atual, Saldo Disponível (Saldo Financeiro Atual – Despesas a Pagar) e Saldo Futuro, onde deverá ser considerado as Receitas e Despesas Futuras. Permitir demonstrar através de planilhas as, Despesas a Pagar, Despesas a Liquidar, Bloqueios Orçamentários, Receitas Futuras e Despesas Futuras;
- 3.21.2.22. Apresentar um cenário de forma a permitir a análise da execução orçamentária pela estrutura da funcional programática, natureza da despesa e fonte de recurso. As listas de seleções deverão permitir escolher o conjunto de informações a analisar e os demonstrativos devem apresentar valores de Dotação Inicial, Suplementações, Reduções, Créditos Adicionais, Dotação Atualizada, Empenhos, Bloqueios, Liquidações e Pagamentos.

3.21.2.23. Apresentar um cenário de forma a permitir a análise dos Bloqueios Orçamentários de forma a permitir a análise da execução orçamentária pela estrutura da funcional programática, natureza da despesa e fonte de recurso.

3.21.2.24. Apresentar um cenário de forma a permitir a análise dos empenhos de forma a permitir a análise da execução orçamentária pela estrutura da funcional programática, natureza da despesa e fonte de recurso. Deverá permitir também a análise pelas dimensões centros de custo, credor e tipo de empenho. As mesmas dimensões deverão ser utilizadas para organização dos demonstrativos e gráficos deste módulo. As listas de seleções deverão permitir escolher o conjunto de informações a analisar e os demonstrativos deverão apresentar valores empenhados, liquidados, anulados, pagos e saldos a pagar;

3.21.2.25. Apresentar um cenário de forma a permitir a análise dos empenhos de Restos a Pagar de forma a permitir a análise da execução orçamentária pela estrutura da funcional programática, natureza da despesa e fonte de recurso. Deverá permitir também a análise pelas dimensões centros de custo, credor e tipo de empenho. As mesmas dimensões deverão ser utilizadas para organização dos demonstrativos e gráficos deste módulo. As listas de seleções deverão permitir escolher o conjunto de informações a analisar e os demonstrativos deverão apresentar valores empenhados, liquidados, anulados, pagos e saldos a pagar;

3.21.2.26. Disponibilizar um módulo, onde o usuário poderá visualizar diversas informações somente da sua secretaria. O módulo deverá solicitar usuário e senha, e com base nisso, apresentar somente as informações pertinentes ao mesmo. Os cenários a serem demonstrados são:

- Um comparativo mensal através de um gráfico de barras da despesa empenhada, liquidada e paga;
- Um demonstrativo com os totais da despesa empenhada, liquidada, paga e liquidado a pagar, apresentados por fontes de recursos;
- Um demonstrativo mensal através de uma planilha da despesa empenhada, liquidada e paga;
- Um comparativo mensal da despesa empenhada, onde neste, o usuário poderá selecionar um ou mais meses a serem totalizados;
- Um comparativo mensal através de um gráfico de barras, da despesa liquidada, onde neste, o usuário poderá selecionar um ou mais meses a serem totalizados;
- Um comparativo mensal da despesa paga, onde neste, o usuário poderá selecionar um ou mais meses a serem totalizados;
- Um comparativo mensal através de uma planilha da despesa empenhada, onde o usuário poderá totalizar as informações de forma mensal e por diversas dimensões, tais como: Unidade Orçamentária, Categoria da Despesa, Modalidade, Fontes de Recursos, Credores, Elemento de Despesa. O usuário poderá selecionar um ou mais meses a serem demonstrados;

- Um comparativo mensal através de uma planilha da despesa liquidada, onde o usuário poderá totalizar as informações de forma mensal e por diversas dimensões, tais como: Unidade Orçamentária, Categoria da Despesa, Modalidade, Fontes de Recursos, Credores, Elemento de Despesa. O usuário poderá selecionar um ou mais meses a serem demonstrados;
- Um comparativo mensal através de uma planilha da despesa paga, onde o usuário poderá totalizar as informações de forma mensal e por diversas dimensões, tais como: Unidade Orçamentária, Categoria da Despesa, Modalidade, Fontes de Recursos, Credores, Elemento de Despesa. O usuário poderá selecionar um ou mais meses a serem demonstrados;
- Um comparativo anual através de uma planilha da despesa empenhada, onde o usuário poderá totalizar as informações de forma mensal e por diversas dimensões, tais como: Unidade Orçamentária, Categoria da Despesa, Modalidade, Fontes de Recursos, Credores, Elemento de Despesa. O usuário poderá selecionar um ou mais exercícios e um ou mais meses a serem demonstrados;
- Um comparativo anual através de uma planilha da despesa liquidada, onde o usuário poderá totalizar as informações de forma mensal e por diversas dimensões, tais como: Unidade Orçamentária, Categoria da Despesa, Modalidade, Fontes de Recursos, Credores, Elemento de Despesa. O usuário poderá selecionar um ou mais exercícios e um ou mais meses a serem demonstrados;
- Um comparativo anual através de uma planilha da despesa paga, onde o usuário poderá totalizar as informações de forma mensal e por diversas dimensões, tais como: Unidade Orçamentária, Categoria da Despesa, Modalidade, Fontes de Recursos, Credores, Elemento de Despesa. O usuário poderá selecionar um ou mais exercícios e um ou mais meses a serem demonstrados;
- A posição atual dos credores, demonstrando, o Valor Empenhado, Valor Liquidado, Valor Pago, Liquidados a Pagar e os restos a pagar. O demonstrativo deverá permitir que o usuário possa selecionar um ou mais credores ou um ou mais empenhos.

3.21.3. Gestão de Pessoal e Recursos Humanos

3.21.3.1. Apresentar um cenário onde o usuário possa visualizar:

- O número de funcionários ativos;
- O número de admitidos e demitidos no mês;
- O total bruto da folha no mês;
- O número de funcionários ativos por secretaria;
- O número de funcionários ativos por regime;
- O número de funcionários ativos por faixa etária;
- O número de funcionários ativos por sexo;
- Um comparativo da folha bruta nos últimos seis meses;

3.21.3.2. Apresentar um cenário onde o usuário poderá fazer um comparativo anual do valor bruto versus o custo médio com os funcionários. O cenário deverá permitir que o usuário selecione um ou mais exercícios.

3.21.3.3. Apresentar um cenário onde o usuário poderá fazer um comparativo anual do valor bruto versus o número de funcionários. O cenário deverá permitir que o usuário selecione um ou mais exercícios.

3.21.3.4. Apresentar um cenário onde o usuário poderá fazer um comparativo mensal do valor bruto versus o custo médio com os funcionários. O cenário deverá permitir que o usuário selecione um ou mais exercícios e um ou mais meses.

3.21.3.5. Apresentar um cenário onde o usuário poderá fazer um comparativo mensal do valor bruto versus o número de funcionários. O cenário deverá permitir que o usuário selecione um ou mais exercícios e um ou mais meses.

3.21.3.6. Apresentar um cenário onde o usuário poderá fazer um comparativo mensal dos admitidos nos meses selecionados. O cenário deverá permitir que o usuário selecione um ou mais exercícios e um ou mais meses.

3.21.3.7. Apresentar um cenário onde o usuário poderá fazer um gráfico como a quantidade de admissões ocorridas nos meses/exercícios selecionadas. O gráfico deverá permitir que o usuário veja o quantitativo pelo menos pelas seguintes dimensões: Regime, Secretarias, Divisões e Seções. O cenário deverá permitir que o usuário selecione um ou mais exercícios e um ou mais meses.

3.21.3.8. Apresentar um cenário onde o usuário poderá fazer um comparativo mensal dos demitidos nos meses selecionados. O cenário deverá permitir que o usuário selecione um ou mais exercícios e um ou mais meses.

3.21.3.9. Apresentar um cenário onde o usuário poderá fazer um gráfico como a quantidade de demissões ocorridas nos meses/exercícios selecionadas. O gráfico deverá permitir que o usuário veja o quantitativo pelo menos pelas seguintes dimensões: Regime, Secretarias, Divisões e Seções. O cenário deverá permitir que o usuário selecione um ou mais exercícios e um ou mais meses.

3.21.3.10. Permitir que o usuário possa montar dinamicamente um gráfico, com base nas dimensões das folhas brutas. O total bruto da folha deverá ser demonstrado por pelo menos as seguintes dimensões: Regime, Secretaria, Divisão, Seção, Cargo, CBO, Função e Faixa Etária. O cenário deverá permitir que o usuário selecione um ou mais exercícios e um ou mais meses;

3.21.3.11. Apresentar um cenário onde o usuário poderá fazer uma análise na ficha financeira dos funcionários, onde deverá demonstrar pelo menos: Quantidade de Funcionários, Total de Provento, Total de Descontos e Valor Líquido. As informações deverão ser apresentadas agrupadas por meses. O cenário deverá permitir que o usuário selecione um ou mais exercícios e um ou mais meses. As totalizações deverão poder ser analisadas através de diversas dimensões. Obrigatório pelo menos as dimensões: Regime, Secretaria, Divisão, Seção, Faixa Etária, Função, Provento/Desconto e Funcionário.

3.21.4. Gestão Tributária

3.21.4.1. Deverá Apresentar um cenário, onde o usuário poderá visualizar as seguintes informações:

- Tributos a receber, distribuídos pelo tipo dos tributos, tais como IPTU, ISS, Dívida Ativa, etc.;
- Os maiores devedores;
- Os maiores recebimentos do exercício, onde o usuário poderá saber de um determinado contribuinte qual o percentual de IPTU, ISS, Dívida Ativa, etc.;
- A evolução anual da Dívida Ativa;
- O total de tributos emitidos e recebidos onde o usuário poder ver a decomposição do mesmo, tais como IPTU, ISS, Dívida Ativa, etc.;
- O total do IPTU, ISS, Dívida Ativa recebidos no exercício corrente;
- O total de tributos a receber no exercício;

3.21.4.2. Apresentar um cenário, onde o usuário poderá fazer uma análise de forma mensal dos recebimentos de Dívida Ativa no exercício;

3.21.4.3. Apresentar um cenário, onde o usuário poderá visualizar os maiores devedores da Dívida Ativa. Permitir detalhar o valor do contribuinte por exercício;

3.21.4.4. Apresentar um cenário onde o usuário poderá visualizar o detalhamento da dívida, demonstrando pelo menos as seguintes informações: Nome do Contribuinte, CPF/CNPJ, Exercício da Dívida, Valor da Dívida, a Origem da Dívida (IPTU, ISS, etc.);

3.21.4.5. Apresentar um cenário, onde o usuário poderá um comparativo mensal do IPTU Emitido x IPTU Recebido no exercício;

3.21.4.6. Apresentar um cenário, onde o usuário poderá um comparativo anual do IPTU Emitido x IPTU Recebido no exercício;

3.21.4.7. Permitir que o usuário possa visualizar os Maiores Contribuintes e os Maiores Devedores;

3.21.4.8. Apresentar um cenário, onde o usuário poderá um comparativo anual do IPTU Emitido x IPTU Recebido no exercício;

3.21.4.9. Apresentar um cenário, onde o usuário poderá visualizar a quantidade de contribuintes por diversas dimensões, tais como, Tipo do Imposto (Territorial ou Predial), Bairro, Endereço,

3.21.4.10. Apresentar um cenário, onde o usuário poderá fazer uma análise de forma mensal do ISS Emitido x Recebido no exercício;

3.21.4.11. Apresentar um cenário, onde o usuário poderá visualizar os maiores devedores do ISS, com as principais informações: Nome do Contribuinte, CPF/CNPJ, Endereço e Valor a Receber;

3.16.4.12. Apresentar um cenário onde o usuário poderá visualizar os maiores valores emitidos e os recebidos de ISS;

- 3.21.4.12. Apresentar um cenário, onde o usuário poderá fazer uma análise de forma mensal das Taxas Emitidas x Recebidas no exercício;
- 3.21.4.13. Apresentar um cenário, onde o usuário poderá visualizar os maiores devedores de Taxas com as principais informações: Nome do Contribuinte, CPF/CNPJ, Endereço e Valor a Receber;
- 3.21.4.14. Apresentar um cenário, onde o usuário possa acompanhar de forma mensal o quantitativo de Alvarás emitidos pelo município. Permitir que o usuário possa selecionar o ano/meses a serem demonstradas as informações;
- 3.21.4.15. Apresentar um cenário, onde o usuário possa acompanhar de forma resumida os quantitativos de Alvarás emitidos pelo município. Permitir que o usuário possa selecionar o ano/meses a serem demonstradas as informações;
- 3.21.4.16. Apresentar um cenário, onde o usuário possa acompanhar através de um gráfico a quantidade Alvarás emitidos pelo município, classificando-os por Deferidos, Indeferidos e em análise. Permitir que o usuário possa selecionar o ano/meses a serem demonstradas as informações;
- 3.21.4.17. Apresentar um cenário, onde o usuário possa acompanhar através de um gráfico a quantidade Alvarás emitidos pelo município, classificando-os por órgãos expedidos, ex.: Secretarias, Defesa Civil, Etc... Permitir que o usuário possa selecionar o ano/meses a serem demonstradas as informações.

3.21.5. Gestão de Processos

- 3.21.5.1. Apresentar um cenário onde o usuário poderá visualizar a quantidade de processos abertos, processos fechados e processos ativos na entidade;
- 3.21.5.2. Apresentar um cenário onde o usuário poderá visualizar a quantidade de processos por Locais;
- 3.21.5.3. Apresentar um cenário onde o usuário poderá visualizar a quantidade de processos por Tipos, tais como (Administrativo, Fazenda, Dívida Ativa, etc.)
- 3.21.5.4. Apresentar um cenário onde o usuário poderá visualizar a quantidade de processos por Assuntos;
- 3.21.5.5. Apresentar um cenário onde o usuário possa visualizar de forma mensal, o número de aberturas de processos. O usuário poderá selecionar quais anos/meses que quiser;
- 3.21.5.6. Apresentar um cenário com dados básicos de um processo, tais como: Número, Ano, Assunto, Interessado, Data de Abertura, Situação, Local Atual, Dias Parados no Local, dentre outros. Permitir a seleção dos processos por Ano/Mês e Quantidade de Dias Parados;
- 3.21.5.7. Apresentar um cenário onde o usuário poderá selecionar um determinado processo e que sejam demonstrados os dados básicos do mesmo, tais como: Número, Ano, Assunto, Interessado, Data de Abertura, Situação, Local Atual, Dias Parados no Local e os andamentos do processo;

3.21.5.8. Apresentar um cenário com as informações referentes aos processos, agrupando por Assuntos e por Locais, as informações a serem apresentadas são: Processos Abertos, Processos Arquivados, Processos Ativos, Mínimo e Máximo de dias parados. Permitir que para a extração destas informações, o usuário possa selecionar Anos/Meses;

3.21.5.9. Permitir que o usuário possa montar dinamicamente um gráfico, com base nas dimensões dos processos, tais como, Órgão, Unidade, Subunidade, Local, Situação, Tipo de Processo, a quantidade de processos abertos. Permitir a seleção das informações por Ano/Mês de Abertura;

3.21.6. Gestão de Obras

3.21.6.1. Apresentar um cenário, onde o usuário poderá visualizar as seguintes informações:

- Número de obras em execução;
- O Valor licitado para as obras;
- O Valor já aditivado para as obras;
- O saldo a executar;
- O percentual do executado x licitado;

3.21.6.2. Apresentar um cenário onde o usuário possa acompanhar o percentual executado de cada obra;

3.21.6.3. Apresentar um cenário onde o usuário possa acompanhar a quantidade de obras pela sua característica, tais como: Reforma, Ampliação, Construção, etc.

3.21.6.4. Apresentar um cenário onde o usuário possa acompanhar a quantidade de obras pela situação, tais como: Iniciada, Concluída, Paralisada, Não Iniciada, etc.;

3.21.6.5. Apresentar em um mapa, a localização das obras do município. Permitir que o usuário possa selecionar as obras a serem apresentadas por: Endereço, Bairro, Situação da Obra (Iniciada, Concluída, Paralisada, Não Iniciada, etc.);

3.21.6.6. Apresentar um cenário onde o usuário possa acompanhar os contratos das obras. Permitir que o usuário possa selecionar os contratos a serem apresentadas por: Fornecedor e Situação da Obra (Iniciada, Concluída, Paralisada, Não Iniciada, etc.). Permitir que o usuário possa selecionar um determinado contrato e ver todas as medições;

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A gestão eficiente das Secretarias Municipais é essencial para o adequado funcionamento dos serviços públicos e o atendimento às demandas da população. Nesse cenário, a modernização dos processos por meio da implementação de um Sistema Integrado de Gestão (ERP) é crucial para garantir maior eficácia, transparência e otimização dos recursos disponíveis, conforme preconiza o Estudo Técnico Preliminar (ETP).

- a) **Atendimento à Lei Federal n.º 14.133/2021:** A nova legislação de licitações e contratos estabelece princípios que visam aprimorar a eficiência e a transparência nas contratações públicas. A adoção de um sistema ERP por meio de pregão eletrônico está alinhada a esses princípios, possibilitando a modernização dos processos e a conformidade com as normativas vigentes.
- b) **Integração de Processos:** Um ERP integra diferentes departamentos e processos dentro da organização, eliminando a necessidade de sistemas isolados e fragmentados, proporcionando uma visão unificada e consistente de todas as operações da Administração.
- c) **Consistência de Processos:** A padronização permite que a organização estabeleça processos de negócios consistentes em toda a entidade, reduzindo redundâncias e facilitando a compreensão e execução de tarefas por parte dos servidores.
- d) **Redução de Custos e Complexidade:** A padronização simplifica a gestão da solução, reduzindo custos relacionados ao suporte técnico, manutenção e treinamento.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A solução deverá contemplar os seguintes módulos integrados, por entidade:

5.1.1. PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA/MG

- Sistema de Planejamento de Governo
- Sistema de Contabilidade Pública
- Sistema de Tesouraria
- Sistema de Folha de Pagamento e Recursos Humanos
- Sistema de Atendimento ao E-social
- Sistema de Contratação Pública
- Sistema de Gestão de Notas de Fornecedor
- Sistema de Almoxarifado e Estoques
- Sistema de Patrimônio
- Sistema de Gestão de Frotas
- Sistema de Gestão Tributária
- Sistema de Alvará Eletrônico
- Sistema de Nota Fiscal Eletrônica
- Sistema de Gestão Fiscal
- Sistema de Processos e Protocolo
- Sistema de Assistência Social
- Sistema de Gestão de Obras Públicas
- Portal da Transparência
- Portal do Cidadão

- Portal do Servidor
- Portal do Gestor (B.I.)

5.1.2. CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA/MG

- Sistema de Contabilidade Pública
- Sistema de Tesouraria
- Sistema de Folha de Pagamento e Recursos Humanos
- Sistema de Atendimento ao E-social
- Sistema de Contratação Pública
- Sistema de Almoxarifado e Estoques
- Sistema de Patrimônio
- Sistema de Gestão de Frotas
- Portal da Transparência

5.1.3. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA

- Sistema de Contabilidade Pública
- Sistema de Tesouraria
- Sistema de Folha de Pagamento e Recursos Humanos
- Sistema de Atendimento ao E-social
- Sistema de Contratação Pública
- Sistema de Almoxarifado e Estoques
- Sistema de Patrimônio
- Sistema de Gestão de Frotas
- Portal da Transparência

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Para garantir a seleção da melhor solução, serão considerados os seguintes critérios:

- Técnica:** Adequação às especificações técnicas mínimas.
- Econômica:** Melhor relação custo-benefício.
- Experiência do fornecedor:** Histórico de projetos semelhantes e referências comprovadas.
- Prazo de entrega:** Capacidade de implementação dentro do cronograma estipulado.
- Suporte técnico:** Qualidade e disponibilidade do suporte pós-contratação.
- Subcontratação:** É vedada a subcontratação do objeto principal. Admite-se a subcontratação exclusivamente de atividades-meio (por exemplo: capacitações auxiliares, logística, atividades acessórias), mediante autorização prévia e expressa da Administração,

mantendo-se a responsabilidade integral da contratada pela implementação, configuração, manutenção, suporte técnico e resultados do objeto;

g) **Garantia:** Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133/21, uma vez que a natureza do Contrato é de prestação de serviço continuado com pagamento condicionado à entrega de etapas devidamente validadas pela Prefeitura.

7. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

7.1. PROTEÇÃO DE DADOS E ANTICORRUPÇÃO:

7.1.1. Aplica-se a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei n.º 13.709/2018), garantindo sigilo e segurança das informações.

7.1.2. Aplica-se a Lei Anticorrupção (Lei n.º 12.846/2013), prevenindo práticas ilícitas e garantindo transparência nos procedimentos contratuais.

7.2. PRAZO PARA IMPLANTAÇÃO/EXECUÇÃO:

7.2.1. Os sistemas e módulos deverão ser implantados no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de assinatura da Ordem de Serviço (para cada sistema).

7.2.2. Os sistemas e módulos de: Sistema de Planejamento de Governo, Sistema de Contabilidade Pública, Sistema de Tesouraria, Sistema de Folha de Pagamento e Recursos Humanos, Sistema de Atendimento ao e-Social, Sistema de Contratação Pública, Sistema de Gestão de Notas de Fornecedor, Sistema de Gestão de Almoxarifado e Estoques, Sistema de Gestão de Patrimônio, Sistema de Gestão de Frotas, Sistema de Gestão Tributária, Sistema de Nota Fiscal Eletrônica, Sistema de Processos e Protocolo, Portal da Transparência, Portal do Cidadão, Portal do Servidor e Portal do Gestor (B.I.), deverão ser implantados no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de assinatura da Ordem de Serviço (para cada sistema).

7.2.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data da assinatura da Ordem de Serviço (para cada sistema), pelo fiscal do Contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

a) O **MUNICÍPIO** realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes/Fiscal do Contrato, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

b) Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o Fiscal do Contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise

do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à **CONTRATADA**, registrando em relatório a ser encaminhado ao Gestor do Contrato.

c) A **CONTRATADA** fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

d) O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

e) No prazo supracitado para o recebimento provisório, o fiscal deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao Gestor do Contrato, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao Gestor do Contrato para recebimento definitivo.

f) Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 07 (sete) dias, a contar da notificação da **CONTRATADA**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório pelo Gestor do Contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

a) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à **CONTRATADA**, por escrito, as respectivas correções;

b) Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

c) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.2.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

7.2.6. Em caso de irregularidade não sanada pela **CONTRATADA**, o **MUNICÍPIO** reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

7.3. IMPLANTAÇÃO:

7.3.1. A implantação deverá ocorrer conforme estabelecido na Proposta de Cronograma Detalhado de Implantação.

7.3.2. Realizar testes exaustivos em ambiente controlado antes da implantação final.

7.3.3. Validar o sistema com a participação ativa dos usuários finais.

Proposta de Cronograma Detalhado de Implantação

Para a implantação do software a ser contratado, estimamos que tal ação dar-se-á em 07 (sete) etapas. Vejamos cada uma dessas etapas:

1ª ETAPA: Efetuar o **planejamento inicial e a reunião de kickoff**, que servirão para alinhar expectativas, definir os responsáveis, mapear os processos existentes e ajustar o cronograma de execução, se necessário. Essa etapa pode ser concluída em até duas semanas, após a homologação da licitação, pois ela é essencial para garantir o sucesso das fases seguintes.

2ª ETAPA: Com o planejamento definido, inicia-se a **implantação do software**, que envolve a migração de dados, parametrização do sistema, adequação às necessidades da instituição e integração com os sistemas existentes. Essa fase exige mais atenção e deve ter uma duração estimada de 180 (cento e oitenta) dias, dependendo da complexidade da operação e do grau de personalização do sistema.

3ª ETAPA: Paralelamente à implantação, é fundamental iniciar o **treinamento dos usuários**. Essa ação deve ser contínua e acompanhada por diferentes formatos (presencial, remoto, material de apoio). O treinamento pode se estender por 45 (quarenta e cinco) dias, preferencialmente começando no início da implantação, para garantir que os usuários estejam prontos quando o sistema entrar em funcionamento pleno.

4ª ETAPA: Durante esse processo, também deve ocorrer a **continuação da migração de dados**, com validações, testes e conferência da integridade das informações. Essa etapa é sensível e pode ser realizada ao longo de 45 (quarenta e cinco) a 60 (sessenta) dias, do início da implantação, conforme a qualidade e a organização dos dados a serem migrados.

5ª ETAPA: A seguir, é essencial **realizar os testes e ajustes do sistema**, simulando os fluxos reais de trabalho, corrigindo erros e ajustando funcionalidades. Este período deve durar em torno de 30 (trinta) dias, após o término da migração de dados e treinamento, servindo como uma preparação final para o go-live.

6ª ETAPA: Com o sistema validado, inicia-se a **fase de pleno uso** dos sistemas inicialmente implantados, quando o software passa a operar integralmente no ambiente da Prefeitura. Essa etapa deve durar aproximadamente 30 (trinta) dias, sendo um momento de consolidação do

uso e observação de melhorias no desempenho operacional. Após esse período, inicia-se a implantação dos demais sistemas que deverão ser concluídos em até 180 (cento e oitenta) dias.

7ª ETAPA: Por fim, é recomendável realizar uma **avaliação do projeto e coleta de feedback** com todos os envolvidos. Essa análise crítica deve ser feita ao término da implantação, com duração de até 02 (duas) semanas, para avaliar os resultados alcançados, identificar pontos de melhoria e consolidar aprendizados para futuras implantações.

7.4. MIGRAÇÃO:

7.4.1. A **CONTRATADA** deverá realizar saneamento e migração da base de dados legada.

7.4.2. A conversão/migração e o aproveitamento de todos os dados cadastrais e informações dos sistemas em uso são de responsabilidade da **CONTRATADA**, com disponibilização dos mesmos pelo **MUNICÍPIO** para uso. Deverão ser convertidos todos os dados (integralmente) do exercício atual e exercícios anteriores.

7.4.3. O prazo para execução será conforme o cronograma a partir da assinatura do Contrato.

7.5. TREINAMENTO:

7.5.1. A **CONTRATADA** deverá ministrar treinamento para no mínimo 300 servidores municipais.

7.5.2. O plano de treinamento deverá incluir cronograma, carga horária, local e materiais didáticos.

7.6. SUPORTE TÉCNICO:

7.6.1. A **CONTRATADA** deverá oferecer suporte técnico presencial permanente, mediante a disponibilização de 1 (um) técnico, com jornada integral de 8 (oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, destinado ao acompanhamento e atendimento das demandas operacionais e corretivas essenciais;

7.6.2. A **CONTRATADA** deverá oferecer também suporte técnico via telefone e atendimento eletrônico.

7.6.3. O suporte deverá obedecer aos seguintes prazos:

- a) **Prioridade 1 (parada total do sistema):** 2 horas para resposta, 4 horas para solução.
- b) **Prioridade 2 (comprometimento do sistema):** 4 horas para resposta, 10 horas para solução.
- c) **Prioridade 3 (erro funcional):** 1 dia para resposta, 3 dias para solução.
- d) **Prioridade 4 (documentação):** 2 dias para resposta, 6 dias para solução.

8. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1.O Contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terá como Gestor, o servidor, Sr. Leandro Luiz Santos, Secretário de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação, Matrícula n.º 40338, e fiscal, o servidor, Sr. Rafael Carvalho, Gerente de Gestão Estratégica e Inovação, Matrícula n.º 36665. É importante destacar que como o sistema é dividido em módulos, ainda que a gestão seja centralizada, sugerimos a indicação de um fiscal para as áreas correspondente aos respectivos módulos, no qual, serão nomeados através de portaria os Fiscais no momento da contratação.

8.2. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples aditivo.

8.4. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do Contrato, ou pelos respectivos substitutos.

8.4.1. O Fiscal do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.4.2. O Fiscal do Contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

8.5. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do Contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo MUNICÍPIO.

8.6. Somente a **CONTRATADA** será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.

8.6.1. A inadimplência da **CONTRATADA** em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do Contrato.

8.7. As comunicações entre a Administração e a **CONTRATADA** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.8. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.9. A **CONTRATADA** deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do Contrato.

8.9.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.10. Após a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, o Gestor do Contrato convocará o representante da **CONTRATADA** para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da **CONTRATADA**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.11. Antes do pagamento da Nota Fiscal ou da Fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao Cadastro de Fornecedores do Município – CFM.

8.13.1. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), a Certidão Negativa de Débito Municipal e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no CFM.

8.14. Para garantir o cumprimento das obrigações, o Contrato deverá prever:

- a) **Cláusulas de segurança:** Definição de métricas e indicadores de desempenho.
- b) **Garantia de continuidade:** Planejamento para eventual transição de fornecedor.
- c) **Sanções contratuais:** Penalidades em caso de descumprimento dos níveis de serviço.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO LICITANTE/CONTRATADO E ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

9.1. Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta:

9.1.1. O licitante será selecionado por meio de procedimento de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO**, considerando a contratação integrada de sistemas e serviços que compõem o objeto, nos termos deste Termo de Referência.

9.1.2. O procedimento seguirá de acordo com o **MODO DE DISPUTA ABERTO**.

- a) A utilização isolada do modo de disputa “fechado” será vedada quando adotados os critérios de julgamento “menor preço” ou “maior desconto”, em consonância com o art. 56, §1º, da Lei n.º 14.133/2021.
- b) Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

c) A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.1.3. O regime de execução do Contrato será empreitada por **preço unitário dos itens integrantes do lote único**, observando os valores registrados na Ata de Registro de Preços e as contratações efetivamente realizadas.

9.2. Exigências de Habilitação:

9.2.1. Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar os seguintes requisitos:

9.2.1.1. Habilitação Jurídica:

- a) Prova de inscrição no CNPJ;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e suas alterações, devidamente registrados, para sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, com os documentos de eleição de seus administradores;
- c) Cópia dos documentos pessoais do representante legal da empresa e/ou do responsável pela assinatura do instrumento contratual, neste último caso, acompanhado de instrumento de mandato público ou particular, com poderes específicos para tal ato;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, com prova da diretoria em exercício;
- e) Portaria de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira, com a autorização de funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.2.1.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Certidão negativa de débitos com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;
- c) Prova de regularidade com o FGTS e a Seguridade Social;
- d) Prova de inexistência de débitos trabalhistas.
- e) Declaração de que não emprega menor nas condições previstas no inciso XXXIII do art. 7º da CF/88.
- f) Declaração de não incidência nas proibições do art. 14, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- g) Declaração de que inexistem fatos impeditivos devidamente assinada pelo fornecedor.
- h) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

9.2.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de feitos sobre falência.

9.2.1.4. Qualificação Técnica:

- a) Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica;
- b) A licitante deverá comprovar que possui qualificação técnica para o fornecimento da solução ofertada por meio de:

- Apresentar atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, contendo o nome da empresa, endereço completo, telefone para contato, que comprovem aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com Edital.
- c) Não serão aceitos, para fins de comprovação da qualificação técnica da empresa na fase de habilitação, atestados de capacidade técnica emitidos e assinados pela própria licitante, ou seja, atestados emitidos por ela para ela própria.
- d) O **MUNICÍPIO** poderá realizar diligências visando a comprovar a autenticidade dos atestados apresentados.
- e) A licitante cuja proposta de preços for classificada em 1º lugar demonstrará o total das funcionalidades (em acordo com os percentuais mínimos exigidos neste edital/termo de referência), em local, data e horário definidos pela Gerência de Tecnologia da Informação. A versão de demonstração será a mesma implantada, devendo estar com todas as funcionalidades exigidas no edital funcionando no momento da demonstração. Sobre a demonstração a Gerência de Tecnologia da Informação emitirá relatório circunstanciando e conclusivo sobre o atendimento às exigências do edital. A demonstração terá caráter eliminatório.

10. DEMONSTRAÇÃO DOS SISTEMAS (PROVA DE CONCEITO - POC)

10.1. A licitante classificada em primeiro lugar na fase de lances e devidamente habilitada deverá realizar **demonstração prática dos sistemas licitados (Prova de Conceito – POC)**, com o objetivo de verificar a **exatidão, o cumprimento e a conformidade** da solução ofertada em relação às especificações técnicas, funcionais e não funcionais estabelecidas neste Termo de Referência.

10.2. A avaliação ocorrerá durante a demonstração dos sistemas, ocasião em que deverá ser comprovado o atendimento aos **requisitos gerais não funcionais** e aos **requisitos funcionais por módulo**, conforme descritos neste Termo de Referência e seus anexos, observados os percentuais mínimos exigidos.

10.3. A Comissão de Licitação agendará data e horário para a realização da demonstração, a qual será conduzida perante **Comissão Especial de Avaliação**, formalmente designada para essa finalidade.

10.4. Para fins de aprovação na Prova de Conceito, a licitante deverá comprovar o atendimento de **100% (cem por cento) dos requisitos gerais não funcionais** e, no mínimo, **90% (noventa por cento) dos requisitos funcionais por módulo**, considerados individualmente com seus respectivos subitens.

10.5. Cada requisito avaliado durante a Prova de Conceito receberá pontuação conforme o nível de atendimento demonstrado, observados os seguintes critérios:

- a) **Nota 1,0 (Atende):** a funcionalidade é demonstrada integralmente, de forma nativa, sem erros ou limitações;
- b) **Nota 0,5 (Atende Parcialmente):** a funcionalidade é demonstrada com restrições operacionais ou por meio de fluxos alternativos, desde que não comprometam a integridade dos dados, a segurança da informação ou o objetivo do requisito;
- c) **Nota 0,0 (Não Atende):** a funcionalidade não é demonstrada ou apresenta falhas que impeçam sua execução adequada.

10.6. A pontuação obtida na Prova de Conceito terá **caráter exclusivamente eliminatório**, destinando-se apenas à verificação da conformidade técnica da solução apresentada, **não sendo utilizada para fins de classificação ou ranqueamento das propostas.**

10.7. A **Nota Final (NF)** será calculada mediante a conversão da pontuação obtida para uma escala centesimal (0 a 100), conforme a fórmula abaixo:

$$NF = \left(\frac{\sum \text{Pontos Obtidos}}{\text{Total de Itens Avaliados}} \right) \times 100$$

10.8. A demonstração dos sistemas deverá ser realizada em local, data e horário definidos pela Comissão de Avaliação, cabendo à licitante providenciar todos os equipamentos necessários para a apresentação, sendo disponibilizado pela Administração o acesso à internet.

10.9. Após a instalação dos equipamentos, será concedido prazo de até **30 (trinta) minutos** para esclarecimento de eventuais dúvidas iniciais.

10.10. A Prova de Conceito terá duração máxima de até **24 (vinte e quatro) horas**, conforme cronograma definido pela Comissão de Avaliação, que também poderá conceder intervalo técnico durante a realização da POC, desde que preservadas condições isonômicas entre os licitantes.

10.11. Durante a demonstração, os membros da Comissão de Avaliação poderão formular questionamentos e solicitar esclarecimentos ao representante da licitante, exclusivamente relacionados aos requisitos avaliados.

10.12. Concluída a Prova de Conceito, a Comissão de Avaliação emitirá **parecer técnico conclusivo**, atestando o atendimento ou não dos requisitos exigidos, o qual será juntado aos autos para prosseguimento do certame.

10.13. O não atendimento aos requisitos mínimos exigidos implicará na **desclassificação da licitante**, vedada a celebração do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

10.14. A recusa ou o não comparecimento injustificado da licitante para a realização da Prova de Conceito implicará na **perda da adjudicação do objeto**, aplicando-se as penalidades legais cabíveis.

10.15. Constatado o atendimento integral das exigências editalícias e técnicas, o proponente será declarado vencedor, procedendo-se à adjudicação e demais atos subsequentes.

11. REALIZAÇÃO DE VISTORIA/VISITA TÉCNICA

11.1. Na presente contratação, não se vislumbra, no momento, necessidade de realização de vistoria/visita técnica, tendo em vista que se trata de uma solução 100% integrada.

12. ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS, GARANTIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E SLA

12.1. Os serviços serão considerados aceitos após a conclusão da implantação, migração de dados, capacitação dos usuários e disponibilização dos sistemas em pleno funcionamento, mediante validação formal da área técnica requisitante, observado o atendimento aos requisitos funcionais e não funcionais definidos neste Termo de Referência.

12.2. O prazo de garantia contratual dos serviços será durante toda a vigência contratual, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, cabendo a **Contratada** reparar ou refazer os serviços realizados durante esse período.

12.3. Durante o prazo de garantia contratual, a **Contratada** poderá ser notificada para realizar reparos ou para refazer o serviço. Decorrido o prazo previsto na notificação, sem o atendimento da solicitação ou a apresentação de justificativas pela **Contratada**, fica o **Contratante** autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos ou refazer o serviço, bem como a exigir do **Contratado** o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia.

12.4. A **Contratada** deverá assegurar a disponibilidade contínua dos sistemas, bem como suporte técnico para atendimento de incidentes, dúvidas e correções, observados prazos compatíveis com a criticidade do serviço, a serem definidos no contrato e no respectivo acordo de nível de serviço (SLA).

13. OBRIGAÇÃO DAS PARTES

13.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

13.1.1. Os serviços deverão ser realizados pela **CONTRATADA** no horário comercial compreendido entre as 08hs e 18hs, de segunda à sexta-feira.

- 13.1.2.** A **CONTRATADA** deverá apresentar durante a implantação um ambiente de homologação, para testes caso seja necessário ou para uso em treinamentos internos.
- 13.1.3.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **MUNICÍPIO**, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da prestação dos serviços.
- 13.1.4.** Comunicar ao Gestor do Contrato, por escrito, qualquer fato relacionado ao uso indevido do sistema, para as providências por parte do **MUNICÍPIO**.
- 13.1.5.** Apresentar relação com endereços, telefones e nome dos responsáveis, para fins de contato para os chamados de manutenções corretivas.
- 13.1.6.** Deverá ser ministrado treinamento para no mínimo 300 servidores municipais.
- 13.1.7.** O treinamento deverá permitir a compreensão das principais características do software.
- 13.1.8.** A **CONTRATADA** deverá prover suporte técnico necessário ao atendimento das necessidades da prefeitura e demais entidades, e dentro do escopo solicitado, contando com teleatendimento, via número telefônico específico.
- 13.1.9.** Os serviços da central de suporte deverão abranger abertura de chamados, controle de chamados em andamento, resolução de dúvidas correlatas à Solução implantada, exclusivamente em relação ao escopo do Edital.
- 13.1.10.** A **CONTRATADA** deverá disponibilizar suporte técnico local (on-site), sempre que solicitado pelo município, no horário das 8h00 às 18h00, de segunda a sexta-feira nas dependências do **MUNICÍPIO**. Este suporte técnico on-site deverá orientar e fornecer informações aos usuários quanto à melhoria contínua da utilização dos sistemas.
- 13.1.11.** Todos os custos para realização da manutenção, tais como: mão-de-obra, locomoção e alimentação dos técnicos e serviços serão de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.
- 13.1.12.** A **CONTRATADA** deverá obrigatoriamente ao término do Contrato, disponibilizar integralmente todo o banco de dados do sistema do sistema.
- 13.1.13.** A **CONTRATADA** deverá, para fins de maior eficiência e agilidade no suporte técnico, manter ainda, em caráter de exclusividade, pelo menos um técnico do seu corpo profissional prestando suporte aos usuários nas dependências da Prefeitura durante toda a vigência do Contrato de prestação de serviços;
- 13.1.14.** A **CONTRATADA** deverá obrigatoriamente ao término do Contrato, disponibilizar integralmente todo o banco de dados do sistema.
- 13.1.15.** A **CONTRATADA** deverá disponibilizar também uma solução de software para que este banco de dados possa ser eventualmente consultado. Esta solução de software deverá ser disponibilizada sem custo adicional para a Prefeitura e com licença de uso permanente.
- 13.1.16.** Todos os dados gerados e utilizados pelos sistemas integrados serão de propriedade do **MUNICÍPIO** e ao final do Contrato a **CONTRATADA** deverá fornecer todos os dados, para que possa ser realizada a migração dos dados sem perda de informações.

13.1.17. A **CONTRATADA** terá que disponibilizar todos os dados ao final do Contrato sem custos ao **MUNICÍPIO**, para consulta por pelo menos durante 1 (um) ano.

13.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

13.2.1. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados.

13.2.2. Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho.

13.2.3. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, inclusive quanto a continuidade da prestação dos serviços, que ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo **MUNICÍPIO**, não devem ser interrompidas.

13.2.4. Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do Contrato.

13.2.5. Permitir o acesso dos empregados da Contratada, quando necessário, para execução dos serviços e prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

13.2.6. Indicar as áreas onde os serviços serão executados.

13.2.7. Prestar informações e os esclarecimentos atinentes a prestação dos serviços que venham a ser solicitados pelos empregados da **CONTRATADA**.

13.2.8. Deverá impedir que terceiros executem os serviços.

13.2.9. Comunicar, oficialmente, à **CONTRATADA**, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

14. AFERIÇÃO E PAGAMENTO

14.1. A avaliação da execução do objeto verificará a adequada qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento sempre que a **CONTRATADA**:

a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.2. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA** em sua proposta, no prazo de 30 dias úteis, contados da data da emissão da nota fiscal e comprovação de regularidade fiscal, devidamente conferidos e aprovados pelo **MUNICÍPIO**. O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado à sua prévia conferência pelo Fiscal do Contrato.

14.3. As Notas Fiscais ou documentos que a acompanharem para fins de pagamento que apresentarem incorreções serão devolvidos à **CONTRATADA** e o prazo para o pagamento

passará a correr a partir da data da reapresentação dos documentos, considerados válidos pelo **MUNICÍPIO**.

14.4. Nas Notas Fiscais deverão vir os dados bancários completos da **CONTRATADA**, sob pena de não realização do pagamento até a informação dos mesmos, de obrigação da **CONTRATADA**.

14.5. Para que os pagamentos possam ser efetuados, a **CONTRATADA** deverá apresentar, junto à Nota Fiscal de produtos/serviços, a seguinte documentação:

- I. Documentos comprobatórios da regularidade fiscal e regularidade trabalhista;
- II. Termo de Medição ou Relatório de Prestação de Serviços, devidamente atestado e aprovado pelo Fiscal do Contrato e pelo Secretário requisitante.

14.6. Sobre o valor devido a **CONTRATADA**, a Administração efetuará as retenções tributárias cabíveis.

14.7. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar n.º 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

14.8. É vedado a **CONTRATADA** transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do Contrato.

15. DO REAJUSTE

15.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da anuência da **CONTRATADA**.

15.2. Após o interregno de 12 (doze) meses, a pedido da **CONTRATADA**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **MUNICÍPIO**, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), com data-base vinculada à data do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses, será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **MUNICÍPIO** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

15.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

15.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

15.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16. PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. As sanções administrativas aplicáveis à espécie são aquelas elencadas no art. 156, da Lei n.º 14.133/2021, e a recusa da licitante vencedora em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido pelo **MUNICÍPIO**, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do Contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pelo **MUNICÍPIO**, estabelecendo-se desde logo, o seguinte:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de 0,5% a 30% do valor do contrato em caso de inexecução parcial ou total;
- c) Impedimento de licitar e/ou contratar com a Administração Pública, por até 3 (três) anos, conforme dispõe o art. 156, §4º, da Lei n.º 14.133/2021;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, conforme o art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

16.1.1. São consideradas descumprimento parcial ou total das obrigações contratuais:

- a) Não atendimento às especificações técnicas relativas aos serviços previstas em Contrato ou instrumento equivalente.
- b) Retardamento imotivado dos serviços ou de suas parcelas;
- c) Paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação ao **MUNICÍPIO**;
- d) Prestação de serviço de baixa qualidade ou fornecimento de bens de baixa qualidade.

16.1.2. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas em lei.

16.1.3. A multa será descontada da garantia do contrato e/ou pagamentos eventualmente devidos à **CONTRATADA**.

17. VALOR DA CONTRATAÇÃO

17.1.1. A proposta de preços deverá ser apresentada com as quantidades, preços unitários e valor total, em moeda nacional, já considerados todos os tributos, encargos, custos diretos e indiretos e demais despesas necessárias à perfeita execução do objeto.

17.1.2. O valor estimado da contratação **não será sigiloso** e será **divulgado juntamente com o edital**, em observância aos princípios da publicidade, da transparência, do julgamento objetivo e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

17.1.3. A estimativa de preços foi elaborada com base em **pesquisa de mercado**, considerando **cotações obtidas junto a fornecedores do ramo**, e tem por finalidade subsidiar

o planejamento da contratação, bem como servir de parâmetro para a análise da exequibilidade das propostas apresentadas.

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

18.1.1. As despesas decorreram da retirada de todas as secretarias/órgãos, sendo o valor total distribuído de forma igualitária entre elas, assegurando o equilíbrio na alocação dos recursos e garantindo que toda a Prefeitura seja atendida igualmente.

18.1.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

025 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

001 - GAB. SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

04.122.2002.2742 MANUT. DA SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte: 1500 - Recursos não Vinculados de Impostos

Ficha: 204

026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

002 - GERÊNCIA TRIBUTÁRIA

04.129.2012.2746 - MANUT. DA GERÊNCIA TRIBUTÁRIA

3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte: 1500 - Recursos não Vinculados de Impostos

Ficha: 289

026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

003 - GERÊNCIA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CONTÁBIL

04.123.2010.2747 - MANUT. DA GERÊNCIA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CONTÁBIL

3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte: 1500 - Recursos não Vinculados de Impostos

Ficha: 316

027 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN., ESTRATÉGIA E GESTÃO DE PESSOAS

001 - GAB. SEC. MUN. DE ADMIN. ESTRAT. E GESTÃO DE PESSOAS

04.122.2001.2749 - MANUT. SEC. MUN. ADMIN., ESTRATÉGIA E GESTAO DE PESSOAS

3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte: 1500 - Recursos não Vinculados de Impostos

Ficha: 341

027 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN., ESTRATÉGIA E GESTÃO DE PESSOAS

004 - GERÊNCIA DA FOLHA DE PAGAMENTO

04.122.2001.2752 - MANUT. DA GERÊNCIA DA FOLHA DE PAGAMENTO

3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte: 1500 - Recursos não Vinculados de Impostos

Ficha: 412

027 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN., ESTRATÉGIA E GESTÃO DE PESSOAS

005 - GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

04.122.2001.2754 - MANUT. DA GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte: 1500 - Recursos não Vinculados de Impostos

Ficha: 422

028 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. ECONÔMICO

001 - GAB.SEC.MUN.DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

04.122.2010.2768 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte: 1500 - Recursos não Vinculados de Impostos

Ficha: 432

029 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. SOCIAL E CIDADANIA

001 - GESTÃO DO FUNDO DE ASSIST. SOCIAL

08.122.2081.2182 MANUT.DA SEC.MUN.DE DESENV.SOCIALE CIDADANIA

3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte: 1500 - Recursos não Vinculados de Impostos

Ficha: 464

036 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

002 - GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

04.122.2002.2767 MANUTENÇÃO GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte: 1500 - Recursos não Vinculados de Impostos

Ficha: 1752

18.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

19. CRITÉRIOS DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

19.1. A contratação observará os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

19.2. A CONTRATADA deverá adotar, no que couber, práticas que promovam a sustentabilidade ambiental, tais como:

- I – utilização preferencial de infraestrutura em nuvem com certificações de eficiência energética e segurança da informação;
- II – redução do consumo de papel, priorizando a tramitação eletrônica de documentos;
- III – adoção de boas práticas de governança e segurança da informação;
- IV – cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária vigente

19.3. Sempre que aplicável, deverão ser observadas as normas ambientais, técnicas e de segurança pertinentes à execução do objeto.

20. CONSIDERAÇÕES FINAIS

20.1. Os riscos associados à contratação e as respectivas medidas de mitigação encontram-se analisados no Estudo Técnico Preliminar, integrante do presente processo administrativo.


20.2. A solução ERP deve atender plenamente às exigências de prestação de contas junto ao TCEMG por meio do SICOM.

20.3. A solução ERP deve atender plenamente ao Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle - SIAFIC (Decreto 10.540/2020).


20.4. O sistema deve estar em conformidade com as normativas vigentes, incluindo a LC N.º 131/2009 e o Decreto n.º 10.540/2020.

20.5. A contratação deve garantir economia de escala, evitando fracionamento de despesas e otimizando os recursos disponíveis.

Declara-se que o presente Termo de Referência foi elaborado com base nos modelos oficiais recomendados para contratações públicas, com adaptações pontuais para adequação à estrutura administrativa municipal, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Documento assinado digitalmente
 **RAFAEL FERNANDES CARVALHO**
Data: 12/02/2026 18:12:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Rafael Fernandes de Carvalho
Gerente de Gestão Estratégica e Inovação

Documento assinado digitalmente
 **GILMAR NUNES LIMA**
Data: 12/02/2026 18:23:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Gilmar Nunes Lima
Gerente de Tecnologia da Informação

APROVO ESTE TR E DECLARO QUE TENHO CONHECIMENTO DE TODAS AS SUAS CARACTERÍSTICAS, RATIFICANDO, NESTE ATO, O SEU INTEGRAL CONTEÚDO.

Santa Luzia, 29 de janeiro de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **LEANDRO LUIZ SANTOS**
Data: 13/02/2026 10:02:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Leandro Luiz Santos
Secretário Municipal de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Inovação

